

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

**O MUSEU DA RESISTÊNCIA: MUSEU
TRANSNACIONAL**

Carlos Jorge Silva Mendes

Dissertação de Mestrado em Museologia

Orientador: Professora Doutora Alice Duarte

Porto

Setembro de 2010

**O MUSEU DA RESISTÊNCIA: MUSEU
TRANSNACIONAL**

Carlos Jorge Silva Mendes

Índice

Agradecimento	i
Resumo/Abstract	ii
Lista de Abreviaturas	iii
Índice de Figuras	v
Índice de Tabelas	vi
Introdução	1
Capítulo I - O museu, a memória e a educação: abordagens teóricas	6
1. O conceito de museu: a origem, o desenvolvimento e os desafios.....	6
2. O museu e o discurso da memória.....	12
3. A educação no museu: conviver com as comunidades.....	21
4. Conviver com a escola.....	29
Capítulo II - O colonialismo, a democracia, património comum e o transnacionalismo: comunidade afectiva imaginária	35
1. A relação entre Portugal e a África dos PALOP: da expansão ao Estado Novo.....	35
2. O colonialismo, a descolonização e os retalhos de uma luta comum.....	43
3. O Campo de Concentração do Tarrafal e o transnacionalismo.....	50
4. Portugal e as colónias: os traços que ficam	59

Capítulo III – O Museu da Resistência transnacional e um breve olhar sobre o panorama museológico de Cabo Verde.....	63
1. O Museu da Resistência: Museu transnacional	63
2. Um olhar sobre a exposição: espaço e experiência biográfica.....	68
3. Museu da Resistência: subsídio para um projecto desenvolvido	73
4. Os Museus de Cabo Verde: que caminho?.....	80
Conclusão	86
Bibliografia.....	88
Anexos.....	94

Agradecimentos

Sem contar com os apoios das pessoas conhecidas e anónimas, este trabalho não teria a concretização que tem. É por isso que estendo o meu agradecimento para os lugares e pessoas que cruzei ao longo da minha pesquisa etnográfica: à Biblioteca Nacional de Cabo Verde, Faculdade de Letras do Porto e a Biblioteca Municipal do Porto. Como este trabalho é a manifestação de conhecimentos e emoções será sempre produto dos esforços individuais e colectivos. Neste âmbito deixo o meu reconhecido agradecimento às seguintes pessoas:

À Professora Doutora, Alice Duarte pela forma como me orientou, mesmo estando em Cabo Verde, pelos questionamentos, sabedoria e serenidade. Sem muita paciência e margem de liberdade concedida à minha pessoa este trabalho não teria a concretização que tem.

Da mesma forma, quero agradecer ao coordenador do Museu da Resistência, João da Mata, pela simpatia e disponibilidade das informações sobre o Campo de Concentração do Tarrafal.

Ao Polo do Ensino Básico Integrado de Chão Bom (quarto e quinto) pelo apoio na realização de actividades no Museu da Resistência. Apesar de não poder utilizar a experiência educativa com os alunos e professoras do referido pólo educativo, a experiência foi enriquecedora. No futuro próximo terei a oportunidade de fazer um trabalho sobre o Serviço Educativo no referido Museu.

À minha família, com especial destaque à alma da minha mãe. Aos meus irmãos votos de agradecimento e compreensão pelo desafio que resolvi seguir.

À minha querida namorada muito obrigado pelo encorajamento e espírito crítico.

Mais uma vez à memória da minha mãe.

Resumo

Este trabalho tem por objectivo analisar o papel do Museu da Resistência enquanto *locus* de reflexão crítica no contexto local e global. A transnacionalidade do Campo de Concentração e os valores históricos e simbólicos são elementos balizadores para o desenvolvimento de um projecto transnacional. Recorre-se aos aspectos relacionados com a questão da memória, uma vez que ela funciona como base fundamental, como elemento de sustentação crítica da história do Campo de Concentração do Tarrafal.

A abordagem teórica deste trabalho se desenvolve a partir de considerações das tipologias dos museus no período pós-colonial, nas questões das memórias e na reflexão dos museus da consciência. Igualmente, as reflexões teóricas estão balizadas no paradigma dos museus reconstrutores, na perspectiva da educação para a cidadania nas escolas e nas comunidades.

Palavras-chaves: o museu, a transnacionalidade e a educação para a cidadania

Abstract

This work aims to reflect on the role of the Museum of the Resistance as a *locus* for critical reflection on local and global context. Transnationality of Concentration Camp, historical values and symbolic elements are indicators for the development of a transnational project. I based myself on topics related to the memories issues, since it functions as a fundamental basis and as part of the history of critical support Concentration Campo Tarrafal.

The theoretical approach of this paper is developed from considerations of different types of museums in post-colonial period and the memories issues and reflection of the museums of conscience. Likewise, the theoretical reflections are all associated in the paradigm of museums rebuilders, in the perspective of citizenship education in schools and communities.

Keywords: museum, transnational and citizenship education

Lista de abreviaturas

ACEP – Associação Cabo-verdiana dos Ex-Presos Políticos

CE – Comunidade Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas da Colónias Portuguesas

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa

CNA - Centro Nacional de Artesanato

EBI – Ensino Básico Integrado

EUA – Estados Unidos da América

FLING - Frente de Libertação Nacional da Guiné

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

GNR – Guarda Nacional Republicana

ICOFOM - Comité Internacional para a Museologia

ICOM – Conselho Internacional dos Museus

IIPC – Instituto de Investigação do Património Cultural

MAC - Movimento Anticolonialista

MFA - Movimento das Forças Armadas

MINOM- Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MPD – Movimento Para a Democracia

MLGC - Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA - Movimento Popular Para a Libertação de Angola

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OIM – Organização Internacional dos Museus

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

PCP – Partido Comunista Português

PIDE - Polícia Internacional da Defesa do Estado

PREC - Processo Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE - Polícia Política de Vigilância e defesa do Estado

UNITA - União Nacional Para a Libertação Total de Angola

UPA - União dos Povos de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice de figuras

- Imagem n.º 1. Planta do Campo de Concentração do Tarrafal
- Imagem n.º 2. Painel de enquadramento da sala 1.
- Imagem n.º 3. Vista panorâmica do lado esquerdo da sala 1.
- Imagem n.º 4. Imagem dos painéis com as personalidades africanas identificados com cores diferentes. Sala 2.
- Imagem n.º 5. Pais de Prata; e informações sobre o médico. Sala 3.
- Imagem n.º 6. Nomes dos médicos que passaram pelo Campo. Sala 3.
- Imagem n.º 7. Planta de enquadramento do Campo de Concentração do Tarrafal Anexo 1.
- Imagem n.º 1. Vista parcial do Campo de Concentração.
- Imagem n.º 2. Vista geral do Campo de Concentração.
- Imagem n.º 3. Cédula que representava moeda no Campo.
- Imagem n.º 4. Navio Luanda que levou os primeiros presos para Tarrafal.
- Imagem n.º 5. Cemitério de Chão Bom.
- Imagem n.º 6. Frigideira e os guardas
- Imagem n.º 7. Vista de cima do Campo
- Imagem n.º 8. Mapa do Campo feito pelo antigo preso político, Pedro Martins
- Imagem n.º 9. Exposição na galeria da primeira fase do Museu.
- Imagem n.º 10. Placa de inauguração do Museu na primeira fase.
- Imagem n.º 11. Bandolim na vitrina
- Imagem n.º 12. Fotos no painel que retratam os presos e as instalações
- Imagem n.º 13. Fotos no painel que retrata instalações na 1ª fase.
- Imagem n.º 14. Imagem da «frigideira»
- Imagem n.º 15. Nomes dos presos políticos portugueses
- Imagem n.º 16. Imagens de um instrumento musical e jogo de xadrez.
- Imagem n.º 17. Vista da ala esquerda da sala n.º 1. com a Escola de EBI.
- Imagem n.º 18. Vista da ala direita da sala n.º 1
- Imagem n.º 19. Sala n.º 2.
- Imagem n.º 20. Vista panorâmica da sala n.º 2
- Imagem n.º 21. Processos dos presos políticos
- Imagem n.º 22. Imagem da “Holandinha”.
- Imagem n.º 23. Fardamento de preso da primeira fase.

Imagem n.º 24. Capacetes dos soldados Angolanos e Portugueses.

Imagem n.º 25. Instalações pertencentes aos guardas.

Imagem n.º 26. Central eléctrica.

Imagem n.º 27. Vista alargada das instalações pertencentes ao Campo

Imagem n.º 28. Vista das casas e do serviço administrativo do Campo

Índice de tabelas

Quadro nº 1. Cronologia dos eventos associados ao Campo de Concentração

Introdução

Esta dissertação é realizada no âmbito do Mestrado em Museologia pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Alice Duarte.

A sobrevivência de uma sociedade passa necessariamente pela conservação da sua identidade colectiva. É através deste processo que se desenvolve a cultura e a identidade de um povo. A criação dos suportes da memória contribuem para a perpetuação e a transmissão da memória colectiva, como forma de fazer face ao esquecimento que possa ter sido movido por interesses de ordem ideológica, política ou socioeconómica. Pierre Nora (1992) chamou de “lugares de memória” os inúmeros suportes de memória como lugares físicos (museus), os textos, objectos que têm a função de condensar a memória colectiva de uma nação.

Anderson (2005) nos mostra que a nação “comunidade política imaginada” é construída através do carácter simbólico dos seus habitantes. A nação é imaginada como comunidade, na medida em que estabelece a ideia de um “nós” colectivo independente das desigualdades e hierarquias que a compõem.

Os eventos marcantes da história mundial (a Segunda Guerra Mundial, o fascismo e o Holocausto) constituem elementos que têm reforçado a “comunidade imaginada” de muitos povos. Tem-se assistido a discussões públicas sobre a forma de preservar a memória colectiva destes acontecimentos e de a manter como memória oficial uma vez que muitos sobreviventes desses eventos faleceram. Os sobreviventes ao regime fascista em Portugal e nos PALOP têm lutado para dar visibilidade às suas memórias. Proliferam movimentos cívicos que tendem a salvaguardar a memória do fascismo. Em Portugal, o movimento cívico «Não apaguem a Memória!» tem trazido para o espaço público a importância de preservar a memória histórica da resistência ao fascismo.

O Campo de Concentração do Tarrafal testemunha a herança do fascismo português. É a incorporação simbólica de centenas de opositores do regime e nacionalistas africanos. Nos dois períodos (1936 a 1961: de 1961 a 1974) que funcionaram o Campo estiveram presos 340 antifascista dos quais 32 faleceram de doença e maus tratos; dos 238 nacionalistas africanos presos morreram 4 até ao encerramento do Campo. Os homens

que sobreviveram são os resistentes ao regime. Os resistentes são símbolos de luta e determinação para uma sociedade mais justa e sem atropelos democráticos. Os protagonistas são homens de Portugal, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Angola que aderiram à Resistência não por capricho, mas sim, na base da escolha de uma doutrina que espelha os valores da Humanidade, da liberdade e da autodeterminação.

Mais de 35 anos após a queda do regime salazarista que obrigou ao encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal coloca-se a questão de como honrar as memórias das vítimas do fascismo e qual é a melhor forma de se fazer face ao esquecimento irreversível. Os movimentos da sociedade civil, em Portugal, têm estado a dar visibilidade sobre a causa dos resistentes antifascistas. Caso dos movimentos: Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas, União dos Resistentes Antifascista Portugueses, Comissão do Livro Negro do Regime Fascista e Tribunal Cívico Humberto Delgado. Em Cabo Verde, a Associação dos Ex-Presos Políticos, ACEP tem mostrado algum dinamismo.

É importante referir os trabalhos históricos sobre o Estado Novo que têm trazido algum conhecimento sobre o Campo de Concentração do Tarrafal. É com esses trabalhos que as memórias das vítimas têm sido valorizadas. No que respeita aos espaços de memória, caso do Campo de Concentração do Tarrafal, não são alvos de atenções devidas.

Após largos anos ao abandono, o Campo de Concentração do Tarrafal, actual Museu da Resistência é alvo de valorização por parte dos governos de Portugal, de Cabo Verde, da Guiné e de Angola. O Museu da Resistência foi inaugurado em 2000 como forma de dar dignidade ao espaço e às memórias das vítimas. Com o Simpósio Internacional de 2009, a motivação sobre este espaço saiu reforçada na medida em que se pretende edificar nesse “lugar de memória” um espaço museológico com alguma dignidade e que respeite os valores da Humanidade, já que vai concorrer para o Património da Humanidade.

É neste quadro que a minha dissertação se vai centrar: reflectir sobre o Museu da Resistência enquanto museu da Comunidade que labora na defesa dos Direitos Humanos e que represente uma identidade multinacional. Este Museu deverá usar a identidade da lusofonia para construir e articular consensos no espaço da Comunidade.

Respeitando a sua história e o seu simbolismo no quadro da luta da resistência antifascista, que papel o Museu poderá desempenhar no contexto global? Esta é a interrogação que conduz todo o enquadramento teórico desta dissertação. Como forma de acompanhar o percurso teórico, alguns objectivos sustentam este trabalho:

- Enquadrar no contexto histórico o lugar do Museu da Resistência na luta da resistência antifascista;
- Reflectir a cerca do estatuto do Museu e da memória como principais elementos de reconciliação com a história da Comunidade;
- Desenvolver teorizações, na perspectiva dos museus reconstrutores, sobre a memória para a educação da cidadania global;
- Propor um projecto desenvolvido para a dinamização do Museu da Resistência.

Trata-se de um conjunto de reflexões interdisciplinares em que procuro contribuições teóricas de diversas áreas para interrogar sobre o lugar e o papel do Museu da Resistência no contexto global e local.

Antes deste trabalho, pensei em criar conteúdos educativos para o Museu da Resistência porque o conhecimento “sistemizado” sobre este património é desconhecido por muita gente, inclusive pela comunidade escolar. Pude constatar no terreno que o processo de dinamização do espaço museológico precisava de ser pensado de forma mais académica; não apenas através das acções pontuais que se têm traduzido nas visitas guiadas e na transmissão escolástica dos conteúdos da história do Campo, feitas pelo coordenador/monitor do espaço. Como se costuma dizer na gíria popular: “meter a carroça à frente do boi” era o que se vinha fazendo com o projecto educativo. Daí ser necessário reflectir o Museu nos vários aspectos e depois pensar um Serviço Educativo. O Museu da Resistência, oficialmente designado, é um espaço museológico que serve como *power-container* (Giddens, 1981) isto é, sintetiza o tempo no espaço sobre uma realidade, o domínio colonial, e que se traduz nos projectos da emancipação dos povos dos PALOP e de Portugal. A carga simbólica do Campo de Concentração do Tarrafal, actual Museu da Resistência, é incontornável para a efectivação de um projecto transnacional e supranacional. É um acto de reparação de memórias das vítimas, uma homenagem aos mortos e aos que sobreviveram dos períodos do fascismo.

O museu ocupa actualmente uma posição importante nas questões relacionadas com a cultura e o património. O museu deixou de ser um espaço de contemplação, de usufruto de um grupo restrito, elite, para se tornar num espaço de interacção com a comunidade. O tempo é outro. Vivemos num período em que se vislumbra a necessidade de buscar novos laços identitários ou de reforçar os já existentes. Com a globalização, a intensificação dos contactos entre culturas contribui para o surgimento de novas formas de localismo, e que muitas vezes resultam na construção de novas referências simbólicas. Essas referências simbólicas encontram espaços na identidade e na

valorização do passado, com a criação dos lugares de memória, locais de rememoração que lutam contra a amnésia colectiva.

Os museus são dos lugares de memória como representação de um passado que procuram dar sentido a noção de continuidade e de pertença. Kirshenblatt-Gimblett (2001) fala do papel do museu na produção cultural e na produção da localidade, de objectos e de modos de vida. Dentro da arena da globalização fala-se dos museus como activos da oferta turística, daí os termos “museomania” e de “febre museística” (Olivares, 2004). Vive-se no contexto de que tudo é musealizável.

Com o Estado-nação do *capitalismo desorganizado* (Lash e Urry, 1994) os museus, enquanto *power container* do tempo/espaço, centram-se nas cidades. É no espaço da urbe que se assiste a toda a intensificação da globalização e ao exacerbar das manifestações culturais. As cidades transformam-se numa grande montra de museus de várias tendências: museus globais em contextos locais (caso de Guggenheim), museus localizados que mantêm a tradição e não se quiseram abrir ao mercado (museus de Cabo Verde) e museus *glocais* (o Museu da Resistência aspira a este tipo de museu): espaço crítico que discursa sobre a globalização (os valores da Humanidade, o projecto supranacional) e que articula os parâmetros da globalidade com os de localidade na afirmação dos patrimónios interculturais.

O Museu da Resistência aspira ser um museu *glocal*, por vários motivos: para fornecer consistência à candidatura ao Património da Humanidade - o projecto está em fase de estudo; por outro lado, envolve vários países que estiveram na luta contra o fascismo e na libertação do jugo colonial; pelos valores que representa que aliás são espelhados no espírito do Museu: o valor da Humanidade, os Direitos Humanos, valores por definições universais. Com isto, o Museu tem como função principal, não apenas, estar ao serviço das comunidades locais, mas também de toda a humanidade. Quem conhece a história contemporânea, vê que este Museu representa um compromisso com a história local e história global, com as suas relações, de poder e com os seus impactos.

Não pretendo com este trabalho mostrar o que “deve ser feito”. Enquanto aprendiz de Sociologia e de Museologia aprendi que a reflexão é o melhor caminho para evitar a precipitação. Por isso, este trabalho é o meu contributo para o que poderá ser um Museu desta natureza, um espaço de reflexão crítica que engloba na sua missão o desenvolvimento de uma pedagogia crítica ao serviço da Humanidade. Sendo um espaço de crítica por natureza, a minha reflexão encontra-se formatada nessa perspectiva e não se reduz aos valores locais, antes porém, sempre globais.

Para esta dissertação utilizei a abordagem etnográfica. No meu anterior projecto iria propor actividades educativas para o Museu da Resistência. Neste processo tive que respeitar todos os pressupostos da metodologia etnográfica: a permanência no terreno, as interpretações dos discursos e práticas dos intervenientes no processo. Durante a investigação tive uma permanência no terreno, durante dois meses para trabalhar com as escolas do Pólo de EBI de Chão Bom. Deste modo, o presente estudo assumirá a forma de um estudo de caso no qual se defenderá a criação de um programa museológico para o Museu da Resistência que espelhe os valores da Humanidade e que se enquadre nos parâmetros dos museus de consciência. Para isso, tive que analisar a situação actual do Museu e apresentar um modelo museológico alternativo que contribuirá para o reforço da Comunidade.

Fazem parte deste trabalho três capítulos relacionados de forma particular. O capítulo I, cujo título é **O museu, a memória e a educação: novas abordagens teóricas**, trata dos seguintes pontos: conceito de museu, a sua origem, o desenvolvimento das funções museológicas no século XX; das questões da memória do ponto de vista sociopolítico e nas suas dimensões nacional e global; a educação nos museus, no contexto da reflexão crítica sobre o entendimento na interculturalidade, vista na perspectiva de comunidades local e global. Com o título **O colonialismo, a democracia e o património comum: “comunidade imaginada”** o capítulo II, fala da relação Portugal e África numa perspectiva histórica; são abordados os processos da luta armada e a respectiva tomada da independência dos povos dos PALOP; a construção de Campo do Tarrafal e do transnacionalismo; as heranças da colonização ao nível local, na perspectiva dos países, e ao nível global com o projecto da Comunidade da Língua Oficial Portuguesa, a CPLP. Finalmente o capítulo III, **O Museu da Resistência Transnacional e um breve olhar sobre o panorama museológico de Cabo Verde**, constitui o capítulo III e nele falo do Museu da Resistência Transnacional, nas dimensões, local, nacional e global; analiso criticamente as exposições do Museu; apresento algumas reflexões sobre o entendimento do que pode ser um projecto desenvolvido do Museu; e uma pequena reflexão sobre o estado da museologia e dos museus de Cabo Verde.

Capítulo I

O museu, a memória e a educação: abordagens teóricas

1. O conceito de museu: a origem, o desenvolvimento e os desafios

“Final do século XX o mundo corre o risco de se converter num gigantesco museu” (Henry Jeudy citado em Hernández, 1994: 70).

“O museu é um conceito capcioso, que resulta numa variedade imensa de tipos, com uma fluidez organizacional e de forma adaptável a circunstâncias locais específicas” (Hooper-Greenhill, 1994:3).

A história do museu confunde-se com a história da humanidade, em termos abstractos e de substância; de certa forma, há apropriação do conceito e da prática do coleccionismo, característica intrínseca do ser humano. Para melhor elucidar a ideia de museu é necessário localizá-la e contextualizá-la à luz dos conceitos e valores da sua época. Para o propósito deste trabalho, o conceito de museu é analisado na perspectiva local, nacional e global. Sem descurar o papel do Estado na apropriação desses *power-containers* (Giddens, 1981) que sintetiza o tempo num dado espaço.

A relação do homem com o mundo tende a criar instinto de recolha, muitas vezes compulsiva, dos elementos da natureza e da cultura material de um povo. Faz parte da idiosincrasia humana o acto da recolha e a conseqüente preservação desses elementos como forma de guardar a memória individual e colectiva. O coleccionismo parte desta tendência idiosincrática que foi ganhando corpo na criação da instituição museológica.

Do ponto de vista etimológico, o museu é um termo com origem na cultura grega, o *mouseion* que na adaptação romana deu *museum*. Na cultura grega significava o templo dedicado às musas, filhas de Zeus, como reza a mitologia. Era, pois, um lugar de contemplação por excelência (Aurora, 1995; Fernández, 1993; Hernández, 1994).

No século XV emergem os primeiros protótipos dos museus actuais. Tal facto coincide com a descoberta e a exploração geográfica do mundo, daí que os objectos provenientes

das colónias fossem neles integrados como curiosidades e a produção científica fosse feita consoante as informações que os objectos forneciam¹. Este protótipo de museu, além de constituir-se como espaço para a difusão da cultura erudita, do saber consagrado pelo próprio Iluminismo, também seria o lugar de desenvolvimento de pesquisas científicas, principalmente do século XVIII até ao final do século XIX. Hooper-Greenhill (1991) chama aos primeiros proto-museus que surgiram no Renascimento como Gabinetes de Curiosidades ou como colecções de objectos de interesse artístico e científico.

É inquestionável a importância dos Estados Modernos (leia-se, da Modernidade²) no reforço da nacionalidade e na relação com os museus, na perspectiva de educação para a cidadania. Tendo como locomotiva a Revolução Francesa, no caso francês muitas colecções foram recuperadas para criar uma instituição nova, com nova ordem e poder. Em 1799 foi criado um museu público nas galerias do Palácio Real de França, o Museu Francês conhecido por Louvre, com os tesouros oriundos da aristocracia francesa, da igreja e das conquistas imperiais³.

Para além da Revolução Francesa, o museu também foi impulsionado com o advento das ciências modernas, cuja finalidade é a de desvendar os segredos da natureza, procurando defini-la através de verdades universais (Walsh, 1992: 7-9). O museu assentava na capacidade que o homem tinha em manipular e explorar o meio que o rodeava em seu benefício e da sociedade. O uso da razão era o meio que as pessoas tinham ao seu dispor para se relacionarem com o mundo, com base na educação e na utilização dos métodos experimentais para desvendarem os segredos da natureza. O Museu de História Natural dos séculos XVIII e XIX, alimentado pelas concepções iluministas, testemunhava esses optimismos, focalizado nas concepções evolucionistas. Esta abordagem da evolução do museu no espaço-tempo demonstra que muitos caminhos foram percorridos com vista à institucionalização da museologia como ciência aplicada ao museu. Os séculos supracitados são importantes na elucidação de conceito e do percurso histórico de museu, mas a institucionalização da museologia como corpo

¹ Nestes Gabinetes eram acumuladas diferentes tipologias de objectos, incluindo espécies vegetais e animais, artefactos históricos, esqueletos, conchas, rochas, moedas, esculturas, etc. A sua organização funcionava através do estabelecimento de semelhanças e de diferenças formais.

² A Modernidade na esteira de Giddens (1998:1) “refere-se a modos de vida e de organização social que emergiram na Europa cerca do século XVII e que adquiriram, subsequentemente, uma influência mais ou menos universal.”

³ Muitas colecções são fruto de pilhagem aos países colonizados da África e da Ásia e do saque cultural levado a cabo durante as campanhas militares europeias, nomeadamente pelos exércitos napoleónicos, bem como das expedições arqueológicas que se iam sucedendo dentro e fora da Europa.

teórico só aconteceu no século XX⁴. As primeiras definições oficiais surgiram no âmbito do Conselho Internacional dos Museus (ICOM). Este vem impulsionar a renovação da ciência museológica e da sua museografia, alterando a imagem do museu ainda muito ligada ao século XVIII. Nos Estatutos do ICOM, de 1947, conjuga-se os atributos da organização com o reconhecimento sobre o entendimento do museu, onde se pode ler: “O ICOM reconhece a qualidade de museu a toda instituição permanente que conserva e expõe colecções de objectos de carácter cultural ou científico com fins de estudo, educação e deleite” (Hernández, 1994: 69). Definição que foi reajustada com o decorrer dos anos.

Em 1989, o ICOM definiu o museu como uma “ instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”⁵ (Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2003:16). Sobre esta definição, algumas considerações novas foram feitas, relacionadas com o alargamento do conceito de museu, da noção de património, de colecção e do serviço à sociedade. A definição do ICOM veio a influenciar a grande maioria das definições “nacionais”, sendo dado um passo essencial para uma nova concepção da instituição museológica e do seu papel na sociedade.

O que se constata na prática, na vida diária de muitas instituições museológicas, é que a definição do ICOM constitui somente um instrumento académico. Tem, contudo, o mérito e o poder de incentivar a crítica e a discussão em torno de conceito de museu.

O fim do segundo conflito mundial trouxe novas formas de solidariedade, uma espécie de resistência e reconstrução das estruturas arquitectónicas e instituições que se materializaram no desenvolvimento da museologia. Face ao desespero provocado pela destruição da guerra, o ICOM trouxe nova esperança, o que impulsionou a ciência museológica e fez registar um desenvolvimento e uma cooperação internacional sem precedentes.

⁴ Antes da institucionalização do ICOM, os primeiros passos para a teorização da museologia é imputada a institucionalização do OIM (organização Internacional dos Museus). Na segunda década do século XX, Henri Focillon propôs a organização de um comité internacional de museus que asseguraria uma cooperação entre os museus dos países membros, com intercâmbios de ideias e procedimentos, uma reflexão dos problemas comuns, etc. É de realçar que esta instituição teve a publicação regular da revista *Museum*, entre 1927 a 1946. O OIM dissipou-se com a extinção da Sociedade das Nações, após a II Guerra Mundial. Com a extinção do OIM, J. Chaucey Hamlin tomou a iniciativa de fundar o ICOM (Bolaños, 2002: 75-77; Fernández, 1994:22-23).

⁵ Definição registada no Código Deontológico do ICOM para os museus, no artigo 2. Actualmente a definição do ICOM introduz o património imaterial, vertente que não era atendida na altura.

Um contributo importante, que saiu da esteira do ICOM, é a criação do Comité Internacional para o Estudo da Museologia (ICOFOM), em 1977. Este Comité tem por função debater a museologia nos seus vários parâmetros, desde o ponto de vista historiográfico, da abordagem teórica da actividade humana, nível social e individual, relacionada com a preservação, interpretação e comunicação da herança patrimonial nos vários contextos, físico, social até ao seu enquadramento na memória colectiva. (Fernández, 1993:23).

Apesar dos ganhos teóricos e institucionais na área do museu, este continua agarrado às concepções que estiveram na sua origem. No aspecto museográfico, as críticas se prendem com a forma de ordenação e classificação de acordo com os critérios taxionómicos do *status quo* da Modernidade. A herança de matriz cartesiana e evolucionista está patente em inúmeras exposições, carregadas de ideologia e visões etnocêntricas que não reconhecem no “Outro” capacidades e dimensões relacionais enquanto sujeito histórico. É tudo por culpa da herança positivista que na óptica, de Arriscado Nunes:

“O modelo empirista-positivista da ciência moderna conduzia, de facto, a uma situação em que o método, e, em particular, o método enquanto modo de mobilizar adequadamente os sentidos – e, especialmente, a visão, dada a sua capacidade de registo mimético [...] como «indicadores inflacionados do real», longe de ser o servidor da teoria, se tornava, de facto, o fundamento e o alicerce desta” (Arriscado Nunes, 2001: 299).

Para além das implicações teóricas, com grande peso na produção e na tomada de decisão, outras motivações estiveram na origem da crise no museu. Segundo Valdés Sagües (1999: 34), na transição para o século XX, com o desenvolvimento das funções de conservação e investigação, em detrimento da função educativa, inicia-se um processo de idolatria do objecto que o torna inacessível ao público. Esta exagerada idolatria do objecto irá desencadear duras críticas acusando o museu de se ter tornado num “mausoléu da arte”.

Dos argumentos mencionados e de outros que se prendem com os trabalhos da antropologia na década de 60, os museus vão ser confrontados com a crise que resulta na criação da “Nova Museologia”. A década de 60, com o “Maio de 68,” é um marco importante na história contemporânea pelo simples facto de trazer à tona questões relacionadas com os campos políticos, sociais e artísticos. No campo artístico, os críticos de arte, os profissionais de museus, os estudantes identificavam os museus

como uma instituição passiva e burguesa. Exigiam uma cultura mais democrática e de intervenção social, um meio de prova que queriam dar à mudança de atitude dos museus e dos conservadores. Atento a essas manifestações, Hugues de Varine-Boham, director do ICOM entre 1966 e 1975, ao defender a “Revolução Cultural” no museu, defendia a necessidade de o museu transpor as tradicionais disciplinas e passar a representar um sentido mais amplo do Homem na sua plenitude, no seu envolvente, nas múltiplas actividades, nas suas crenças (Bolaños, 2002: 279).

Tendo em contas estes percalços no meio museológico, a “Nova Museologia” vem questionar os princípios taxionómicos da chamada “velha museologia” que baseava a sua comunicação na exposição centrada em objectos, tidos como “sagrados” e pertencentes às elites. A Nova Museologia tem o mérito de trazer para o debate uma mensagem contra-hegemónica de exercício crítico e auto-reflexivo em torno do estatuto do conhecimento, do poder e da representação cultural na contemporaneidade. Em vez da centralidade dos objectos, a Nova Museologia preocupa-se com as pessoas⁶, os invisíveis que se encontravam à margem dos discursos hegemónicos.

Da Mesa-Redonda realizada em Santiago do Chile, em 1972, consequência das grandes reflexões deste período difícil porque passavam os museus, saiu harmonizada a ideia de um “museu integral” que se inspirou nos princípios do Ecomuseu⁷ e na ênfase dada à educação museológica.

Este enquadramento sobre o conceito, evolução e desenvolvimento teórico do museu, é uma prova viva de que se vive um período particularmente rico na história da museologia e, decorrente deste choque de ideias, renovou-se a discussão sobre o papel do museu na sociedade, sobre que profissionais os museus deveriam ter e sobre que discurso deveriam produzir e traduzir, numa sociedade cada vez mais plural e fragmentada. Apesar das dificuldades de várias ordens, desde a subsistência do ponto de vista financeiro, da envolvente político, social e cultural e da própria divergência interna, que se prende com as diferentes tipologias museológicas e as suas

⁶ A preocupação com a comunidade e vários segmentos da sociedade obriga o museu a redefinir a sua missão, portanto, passa por uma revisão conceitual, ao mesmo tempo que começou a questionar o seu próprio papel social na comunidade em que está inserido. O que se procurou foi redimensionar a função pedagógica e social do museu, em clara ruptura com as concepções do museu tradicional da Modernidade.

⁷ Hugues Varine-Bohan propôs o termo Ecomuseu inspirada na experiência dos museus de Etnografia local e de museus de “plein-air” surgida na Europa do Norte em finais do século XIX. O Ecomuseu é um projecto ligado ao desenvolvimento sustentado que liga os parâmetros natureza, arte e sociedade. Em 1971 foi criada o primeiro Ecomuseu na Europa, Le Crusot-Montceau-les Mines.

especificidades, os museus tiveram a capacidade de se auto-regenerar e crescer de forma nunca antes vista.

A globalização e a descolonização traduziram-se em mudanças nos processos de fazer ciência. Fala-se em mudança de paradigma neste período marcado pela nova abordagem de fazer ciência e arte, num espaço plural marcado pela visibilidade de novos actores, de espaços marginais e de histórias várias. O estudo pós-colonial⁸ vem questionar o estatuto dos conhecimentos contaminados de concepções hierarquizantes da Modernidade. Por isso, tais conhecimentos são questionados na sua essência e na sua trama de inter-relações. Os Estudos Culturais, por exemplo, se estabelecem como terreno por excelência nos estudos das abordagens que focam a descentralização cultural e as políticas internacionais, nos aspectos específicos da historicidade e de formas de representar o “Outro”. Assim, a abordagem pós-colonial contesta uma já ultrapassada concepção de representação dando voz e vez ao “Outro”, com a promoção da reescrita periférica da História, ou a desconstrução das produções científicas feita no Ocidente.

Outra implicação pós-colonial que se relaciona com a reflexão crítica tem a ver com a nova abordagem que é dada ao património. Fala-se de património em vez de colecções e da representatividade dos objectos, na medida em que as políticas patrimoniais e museológicas vão orientar-se no sentido da incorporação de objectos representativos que testemunham a vida da comunidade e o pulsar de eventos de impactos nacionais e mundiais. Neste último caso, refiro-me aos sítios de memória que testemunham o genocídio, o holocausto, a escravatura e outros aspectos de resistências. As memórias dos sobreviventes do Holocausto e de Campos de Concentração de regimes, fascista e nazi, têm adquirido considerável visibilidade nos meios de comunicação e nas Universidades cujas imagens são exibidas em exposições, portais temáticos de museus e acervos. Estas temáticas ocupam lugar de destaque nos registos históricos, sendo considerados como um dos acontecimentos mais violentos do século XX, adquirindo assim, relevância política e histórica no mundo contemporâneo.

Com as mudanças nos discursos, algumas implicações teóricas advém desta problemática: muitas instituições museológicas continuam ainda agarradas à sua função secular de guardar e preservar objectos originais, reunidos pelo seu valor “estético ou

⁸ Este paradigma na esteira de Derek Gregoy citado por Ana Azevedo (2007:31), é “ uma formação político-intelectual crítica que tem como preocupação central o impacto do colonialismo e sua contestação nas culturas dos povos colonizados e colonizadores do passado, bem como a reprodução e transformação das relações coloniais, representações e práticas no presente.”

histórico”; outras tendem a desafiar esta noção de museu-colecção (Garcia, 2003:18), ou melhor, difunde-se o entendimento de que a colecção não faz o museu. Garcia (2003) e outros falam da exposição virtual como a mais recente ameaça ao objecto museológico. Referindo ao Hudson que diz que “corremos o sério risco de, nos próximos 20 anos, o museu se vir a centrar no multimédia e a exposição virtual se banalizar.” (idem:18).

Garcia refere ainda os “Museus de experiência”, onde o virtual e a cenografia assumem grande preponderância. Cita o caso do *Museum of Tolerance*, nos Estados Unidos da América, como nova vaga de museus que procuram transmitir as mensagens através da exploração dos sentidos: visão, som, cheiro, tacto e sabor (Garcia, 2003:19).

Os museus têm estado em permanente reinvenção e redefinição, tudo por causa das mudanças da sociedade. A globalização é um fenómeno que se reflecte em novas formulações dos museus, nos sentidos local, nacional e global. Este último sentido, exige mais investimento e novas reformulações por parte dos museus sobre a sociedade multicultural o que exige uma reflexão crítica nas exposições e nos conteúdos dos Serviços Educativos.

2. O Museu e o discurso da memória

“ A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Jacques Le Goff, 1984:47)

Para dar continuidade à minha reflexão do subcapítulo anterior vou abordar o conceito da memória na perspectiva política, enquadrada nas dimensões local, nacional e global, sendo este último reflectido no valor da Humanidade. Procuo atender às influências do poder político nos processos de “apagamento da memória” e no reforço da sua transmissão através dos meios da memória.

Nora (1997) usa a expressão “lugar de memória” para evocar o comportamento dos membros da cultura contemporânea. Diz que a cultura contemporânea vive na “era das comemorações.” Realmente, é lugar-comum do século XX revalorizar as práticas e usos da memória de diversas formas, desde as oficiais às manifestações mais privadas, com

palestras, lançamento editoriais, criação de museus, etc. Nunca falou tanto da memória como actualmente. Em França, um país mais referenciado por Nora (1997), a memória é activada na comemoração do bicentenário da Revolução Francesa (1789) e do Maio de 68 do século XX. Noutros países, como Portugal comemora-se o 25 de Abril, data da democracia e o 5 de Outubro de 1910 que é comemorada a implantação da República; em Cabo Verde comemora-se o 5 de Julho de 1975, data da Independência, etc. Em suma, os últimos anos foram marcados por eventos comemorativos, pela criação de diferentes espaços e lugares de memória que espelham a localidade, a nacionalidade e a globalidade.

Os “lugares de memória” transformaram-se numa espécie de “comunidade imaginada” (Andersen, 2005),⁹ unida por um sentimento de solidariedade; uma comunidade redefinida no contexto global, nas memórias espalhadas pelo mundo. Os Campos de Concentração representam, de certa forma, os “lugares de memória” com repercussões *glocais* porque espelham os parâmetros da globalidade e da localidade ao veicular valores da Humanidade.

Ao falar da memória temos de localizá-la no tempo, por ser uma realidade que acompanha, atravessa, entrecruza as diferentes racionalidades culturais da humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, a memória era uma deusa, Mnemosyne (Chauí, 2005: 138; Finnazzi-Agrò, 1998: 72). Esta deusa confiava aos poetas os segredos do passado, por isso, estes eram considerados os “mestres da verdade.” A memória distinguia-se da *anamnese*, da recordação, que era uma técnica a ser exercida. Ao longo da Antiguidade podemos encontrar exemplos de inúmeros arquivos que funcionavam como depósitos de memória, pois havia a consciência da erosão de memória com o passar dos anos. Na Idade Média acreditava-se na Escritura Sagrada como a chave para “congelar a memória.” A Modernidade acreditou na racionalidade e reconheceu que o arquivamento da memória pode não ser, necessariamente, o da “conservação da memória”, mas pode ser, pelo contrário, o da sua substituição. A sociedade actual tende a “materializar a memória” de várias formas: na história, nos museus e noutras instituições de memória

⁹ A ideia chave da Comunidade Imaginada em Benedict Anderson (2005) tem a ver com a ideia de uma comunidade política imaginada que ultrapassa os limites físicos, isto porque nem os membros das nações conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. A ideia de comunidade que professo neste trabalho não tem nada a ver com as concepções clássicas, mas antes com uma comunidade cujo denominador comum é a comunhão de pensamentos, senso de traço comum, características, interesses ou identidades. No contexto da massificação dos meios de comunicação, informação e transporte, esta associação é mais evidente.

que fica depositada a tarefa de fazer face à amnésia colectiva. Por isso é que a sua materialização está cada vez mais dilatada, multiplicada e descentralizada.

Em termos dos processos de subconsciente, os estudos sobre a memória mostram que muitas vezes construímos as nossas memórias após o facto, somos susceptíveis às sugestões de outros que ajudam a preencher os buracos da nossa memória sobre um dado evento. Como a mente é lacunar, não preenche todos os detalhes de um acontecimento, mas apenas alguns dados. O resto das informações é organizado com base no trabalho de socialização. Para um acontecimento ficar guardado a longo prazo, uma pessoa tem de o perceber, codificar, ensaiá-lo, falar sobre ele para os outros, enfim institucionaliza-lo.

Maurice Halbwachs (1990) elabora o conceito de “memória social”, em contraponto à memória individual, como remetendo para recordações originárias de um grupo social do qual o indivíduo faz parte. Esta remete para uma memória de natureza diversa, abrangendo desde a geração, a profissão ou a região, até à nação ou comunidade ideológica e política.

A memória social é mais do que a soma das memórias individuais dos membros do grupo em questão. É um conceito dinâmico que existe pela interacção entre os elementos, e que repousa sobre as trocas e representa um património imaterial que une os membros de um grupo e lhes permite se situar no passado, no presente e no futuro. A memória social é uma realidade, antes de tudo, social e política, mas também, cultural e simbólica.

A memória, não é uma realidade estática, é construída apresentando características de “flutuante, mutável e é referenciada através de marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis” (Pollak, 1992: 22). Os usos da História para as reconstruções das memórias, nacional (por exemplo, no caso das vítimas da ditadura) e global (por exemplo relativo ao Holocausto) têm sido temas de imensos trabalhos académicos. Entre eles, destacaria os de Paul Ricoeur (1996), Pollak (1992) e Connerton (1999) cujos trabalhos se inserem nos processos sociopolíticos de manipulação pelo poder. Ricoeur na sua obra, a “A memória, a história, o esquecimento” procura enquadrar esses conceitos no confronto entre as memórias dos sobreviventes do Holocausto e as perspectiva dos historiadores. Questiona a postura de certos historiadores no que respeita ao dever de fidelidade e às exigências da verdade histórica. Fala de um “dever de memória” e de uma “dívida” em relação às vítimas da História, atribuindo a História um papel importante nos discursos dos factos históricos, cabendo a esta a sua “função

correctiva de verdade.” O conceito “dever de memória” em Ricoeur consiste no entrelaçamento entre a História, memória e justiça, na qual a memória dos testemunhos do Holocausto dialoga com a História dos historiadores. Ele propõe uma política de “justa memória”, em vez do excesso de memória seguida pelos historiadores. Em suma, defende uma memória esclarecida pela História.

Pollak (1992) aborda a mesma problemática focando algumas categorias de memória, tais como: categorias de acontecimentos, de lugares, de projecção de eventos, vestígios de memória. Ele fala em reconstrução da memória através dos acontecimentos vividos, ou não, por parte de um indivíduo, grupo ou colectividade a que a pessoa se sente pertencer. Esta categoria de acontecimentos remete para eventos que são incorporados pelas pessoas como sendo seus (idem:2). A incorporação desses acontecimentos é feita através de intenso trabalho de socialização histórica, contribuindo, assim, para o fenómeno de identificação com um determinado passado. O trabalho de socialização sobre figuras heróicas da História de Cabo Verde remete para este fenómeno, uma vez que os eventos, mesmo que ocorrendo fora do espaço-tempo das pessoas, apresentam grande grau de identificação com o empreendimento da libertação nacional. Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, por exemplo, não é preciso ter vivido naquela época para senti-la como contemporânea. Como o sentimento sobre Holocausto, a libertação nacional alimenta o mesmo espírito de solidariedade.

Para além da sua remissão aos acontecimentos, a memória, também, apresenta características de um lugar, ou vários lugares. Existem lugares de memória ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal ou não sustentada no tempo cronológico. Este fenómeno é marcante na vida de uma pessoa quando é vivida com grande intensidade, independentemente dos bons ou maus momentos. “Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração” (idem: 2-3). O Campo de Concentração do Tarrafal é um exemplo deste lugar de memória pública que serve de base de lembrança de um período em que as pessoas viviam em clausura. Também podemos encontrar nos locais longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, lugares importantes para a memória do grupo e, por conseguinte, da própria pessoa. Um outro exemplo desta categoria é o sentimento dos europeus em relação às antigas colónias, bem como a herança da família em algumas regiões africanas onde é vivida com alguma intensidade e se transforma em sentimento de pertença.

Existe outra categoria que respeita à “projecção” de outros eventos. No caso dos antigos presos antifascistas portugueses que estiveram no Tarrafal, as pessoas comparam as imagens e o *modus operandi* do presídio com os dos Campos de Extermínio nazi. Muitos chamam ao Tarrafal: Campo Dachau de Portugal. Em Cabo Verde faz parte do quotidiano das pessoas dizer a alguém que se porta mal que vai para o Tarrafal. São representações negativas que são projectadas para outros fenómenos do quotidiano.

Há também vestígios dotados de memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Em relação a esta categoria, o interesse sociopolítico em escolher certas memórias em detrimento de outras é função da sua inscrição na vida pública. O Pollak diz que as datas públicas tornam-se datas privadas, uma vez que se assiste a transferência para o interesse pessoal ou de grupo.

Feita esta pequena categorização da memória, um denominador comum importante fica assente: todos os elementos da memória analisados são alvo de selecção. A memória é selectiva, pois nem tudo fica gravado e nem tudo fica registado. A memória é estruturada de acordo com o interesse de cada grupo. As datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Em Cabo Verde, depois da chegada do multipartidarismo, há períodos de quezílias políticas quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente seleccionadas em bases políticas. A data da Independência, 5 de Julho, é fortemente festejada pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e o 13 de Janeiro é festejado pelo Movimento para a Democracia (MPD)¹⁰.

A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais que opõem grupos políticos diversos (Pollak, 1989, 1992). Por exemplo, o discurso sobre a resistência é fonte de conflito que opõe actores sociopolíticos, com as suas crenças, ideologias políticas e interesses económicos. Por outro lado, os conflitos interétnicos retratam conflitos materiais ligado à posse da terra, mas também conflitos morais, ou seja, do valor atribuído a determinada pertença. Voltando à luta da resistência dos antigos combatentes pela liberdade da pátria de Cabo Verde, actualmente vive-se uma situação de conflito latente com as autoridades oficiais no sentido do reconhecimento da participação na luta anticolonial, reivindicando pensões e outras regalias.

Ao falar da memória temos que falar necessariamente do esquecimento. O esquecimento, muitas vezes, é trabalhado através de artifícios para “apagar das

¹⁰ Como elemento informativo, Cabo Verde tornou-se independente no dia 5 de Julho 1975 e a abertura democrática aconteceu no dia 13 de Janeiro de 1991.

memórias” certos eventos que não abonam os grupos sociopolíticos dominantes. “O esquecimento é o emblema de quão é vulnerável é nossa condição histórica” (Ricoeur 1996:300).

Em alguns aspectos, o esquecimento activa as consciências e capitaliza a paz social. O caso mais flagrante de apelo ao perdão e ao esquecimento é a Unidade de Reconciliação Nacional na África do Sul e no Ruanda¹¹. Nestes países não se conseguiria a paz social se se apelasse à memória das atrocidades cometidas contra os Direitos Humanos. O que foi feito foi evocar o “dever de memória” de que fala Ricoeur (1996) para se fazer justiça à vítima, quando se tem a obrigação de saldar a dívida no contexto do uso e abuso. Neste caso é necessário fazer o “trabalho da memória” através do processo que comparou com o “trabalho de luto” para fazer face a “memória patológica.”¹² É necessário valorizar a memória no sentido positivo e não abusar nos excessos e nas suas ausências.

A memória é usada de forma mais vil pelo aparelho de Estado quando é utilizado, de modo sistemático, para despojar os cidadãos da sua memória. “A escravidão mental dos súbditos de um regime totalitário inicia-se quando as suas recordações lhes são retiradas” (Connerton, 1999: 16-17). O abuso do poder estatal pode ser identificado nos regimes totalitários. Nos regimes totalitários faz-se uso dos mais temíveis instrumentos de «lavagem cerebral» que violam a dignidade humana, mas também do extermínio das pessoas que constituem a memória social. No regime fascista português foi usada uma forma terrível de lavagem cerebral, com o desterro para o Tarrafal e o processo de mortificação física e psicológica contra os opositores do regime. Apesar do regime de tortura, os cidadãos não desistiram dos seus intentos.

“A luta dos cidadãos contra o poder de Estado é a luta da sua memória contra o esquecimento compulsivo e que fizeram sempre desta luta o seu objectivo não só para se salvarem a si próprias, mas também para sobreviverem como testemunhas para as gerações vindouras, tornando-se incansáveis arquivadores” (Connerton, 1999: 17).

¹¹ Na África do Sul, as pessoas viviam num clima de permanente conflito social, com a política de Apartheid. Entretanto, com o fim do regime, com a libertação de Nelson Mandela, foi desenvolvida uma política de reconciliação e de não à violência. No Ruanda, após o Genocídio entre Hútus e Tutsis, foi criado um tribunal onde as pessoas iam proclamar a culpa e pedir o subsequente perdão. Estas instituições foram criadas usando o mecanismo de selecção da memória, para contribuir para a paz social.

¹² Paul Ricoeur fala da memória como patologia que se manifesta de duas formas: a insuficiência da memória que se traduz na negação dos momentos traumáticos do passado; e o excesso da memória que substitui a recordação verdadeira e que se repete compulsivamente. Para este autor é necessário lutar contra esta duas formas de manifestação da memória.

É neste contexto que proliferam iniciativas locais e globais no sentido de dar dignidade às memórias das vítimas. No pós-25 de Abril, muitos sobreviventes do Campo de Concentração escreveram as suas memórias do presídio. A confraternização com as memórias das vítimas encontra-se fortemente divulgada nos meios da memória, associando-se numa espécie de “comunidade imaginada” que luta contra as tentativas de pagar das memórias os momentos tristes da ditadura. Em Portugal, o Partido Comunista tem sido um acérrimo defensor e divulgador do período do fascismo; em Cabo Verde, a Associação Cabo-verdiana dos antigos presos políticos tem divulgado a memória em inúmeras exposições itinerantes pelas ilhas.

É recorrente, perante os conflitos de memória que se observam um pouco por todos os lugares, a incapacidade do Estado em normalizar e unificar as memórias colectivas pela promoção de mecanismos de negociação e de concertação colectiva. Os conflitos no campo memorial são, antes de tudo, políticos, envolvem interesses pessoais e comunitários e são marcados por forte emotividade, muitas vezes, tocando os planos das representações, dos valores e afectos fundadores das comunidades e identidades.

O trabalho no campo memorial é feito através de intensos trabalhos de socialização política e histórica, visando reforçar a identidade de um povo. Nora (1997) ao escrever sobre a História da cultura memorial da França da III República, desde a sua origem e formação até seu enfraquecimento e extinção, constata a desaparecimento dos “meios de memória” que asseguravam a vida e a transmissão dessa memória republicana, subsistindo apenas os lugares emblemáticos e simbólicos, testemunhos de tempos desaparecidos. Por isso, ele propõe chamar a esses lugares “lugares de memória”, como locais materiais e imateriais nos quais se encontram encarnadas e representadas as memórias de uma nação, onde se cruzam memórias pessoais, dos grupos, etc. O “lugar de memória” é o espaço de identidade e de reconhecimento de um grupo. O autor também demonstra de que maneira e por meio de que instrumentos essa memória é construída ao longo do tempo e quais os “modelos” que vão contribuir para essas construções.

Os trabalhos desenvolvidos por Nora (1997) testemunham criticamente a forma como é feita a produção social do passado, pelo Estado e por outras instituições, ao determinarem o que é “digno de memória”. Atendendo a isso, classifica as comemorações em duas tipologias: a voluntária e a involuntária. Do seu ponto de vista, a voluntária seria organizada e determinada pelas instituições que ritualizam os acontecimentos com *slogans* e outros meios de propaganda. A comemoração em torno

da Revolução Francesa seria voluntária. Por outro lado, o mesmo autor salienta que outras manifestações colectivas, como no caso do “Maio de 68”, são comemorações involuntárias, não regidas pelo Estado. Este, pelo contrário, procura, através das suas acções, apagar e silenciar aquele acontecimento. Nora diz ainda que os eventos comemorativos são feitos através da apropriação da memória pela História e pela proliferação de movimentos identitários sociais e políticos que contribuem para a afirmação da cidadania, instaurando a crítica em relação aos valores que se inscrevem na História oficial.

Raphael Samuel (1997) reflecte sobre a existência de uma memória activa e dinâmica, relacionando-a dialeticamente com o pensamento histórico, ao invés de ver apenas como uma espécie de seu negativo. Sobre este ponto de vista, sustenta:

“ (...) a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela apresenta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes de seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual” (Samuel, 1997: 41-45).

O que se reitera nesta discussão é que a memória está na base do controle do passado, sendo, portanto, uma questão de poder. Faz parte dos objectivos desta dissertação analisar a evocação da memória como uma realidade positiva e indispensável no sentido de apelar ao “dever da memória” para o fomento de um quadro de referência ético e político. É desejável que, em todos os lugares, essa memória se afirme reivindicadora e conquistadora, ao mesmo tempo que possa denunciar a violação dos Direitos Humanos, reclamando o reconhecimento público e exigindo que lhe seja dado o lugar que ela merece.

A criação de um museu que represente os movimentos sociopolíticos se insere naquilo que chamo “produção sociopolítica da recordação do passado”, o que o coloca como elemento central da construção da identidade fundada na memória, na medida em que envolve a coordenação das memórias individuais e colectivas decorrentes da luta política no campo memorial, pela preservação da memória e dos lugares de memória. Daí que a lógica de criar um museu dedicado à memória implique o problematizar da História, instituindo-a e inscrevendo-a nas contradições da história dos homens e em múltiplas e possíveis leituras.

Os museus dedicados à memória da violação dos Direitos Humanos¹³ tornam-se extremamente úteis na medida em que o esquecimento tem sido empregue como uma arma por parte dos responsáveis pelas ditaduras e outros actores que, em nome de uma suposta unidade nacional, procuram destruir uma certa memória¹⁴. Neste aspecto, tem-se lutado pela visibilidade da memória da ditadura, das atrocidades, da escravatura e demais memórias que beliscam a Liberdade. Esta insistência possibilita, por um lado, a emergência de uma multiplicidade de lugares de reflexão, de expressão como enunciadores de uma memória da violência e da arbitrariedade e, por outro lado, o engajamento de todos na luta pela salvação e preservação dos lugares de memória, dos acervos, depoimentos, etc. Os estudos dedicados às modalidades de construção e institucionalização das memórias foram decisivas para o início de novas pesquisas que tentam identificar, além do mero discurso histórico, as múltiplas formas, por vezes conflituantes, de recordação e utilização do passado.

É neste quadro que a Coligação Internacional dos Lugares de Consciência foi criada para dar visibilidade e dignidade aos “lugares de memória”. A Coligação Internacional dos Lugares de Consciência foi fundada em 1999, onde participam um grupo de museus que retratam a temática dos Direitos Humanos. Posso citar exemplos de alguns museus: Museus do *District Six* (situado na África do Sul, representa uma reflexão sobre o Apartheid), do Gulag (na Rússia, representa acampamento de trabalho estalinista), da Guerra de Libertação (no Bangladesh, retrata o Genocídio de 1971), do *Esclave Maison* (no Senegal, retrata a escravatura), Memorial de *Terezin* (na República Checa, retrata um gueto judeu e a estação de trânsito para os campos de morte no leste) e a *Work House* (situado na Grã Bretanha, fala sobre o Asilo e a miséria da condição humana espelhado no romance *Oliver Twist*). Os objectivos dessa Coligação assentam nos seguintes pressupostos: dar visibilidade aos lugares de memória, com a interpretação da História através dos lugares históricos; participação em programas que estimulam o

¹³ A História tem sido marcada por inúmeras atrocidades contra a humanidade, a Primeira e a Segunda Grandes Guerras são provas da contradição humana. A Segunda Guerra Mundial durou 6 anos, de 1936 a 1945, envolvendo muitas nações do mundo. Foi a Guerra mais abrangente da História, por isso, a mais mortífera, com mais de setenta milhões de mortos. É um evento que ficará na memória da humanidade pelos estragos causados, envolvendo ataques aos civis, incluindo o Holocausto e a bomba nuclear. A Segunda Grande Guerra foi, sem dúvida, um marco importante para reflectir o sentido da vida do homem no mundo, com o desenvolvimento de muitas reformas e rupturas conceptuais no campo das ciências sociais, ética, direito, etc.

¹⁴ Os casos mais visíveis da tentativa de apagar a memória por motivos políticos podem ser encontrados em Espanha (ver trabalho sobre este assunto em Roigé, 2009) e no Brasil. No caso de Espanha, o processo da Guerra Civil (1936-39) foi silenciado. Ainda não houve a reconciliação com a memória histórica.

diálogo sobre questões sociais urgentes; promoção dos valores humanitários e democráticos, como função primária; e a participação do público nas questões levantadas em cada um dos locais.

Estes museus documentam partes dissonantes da Modernidade que procuram unir forças numa rede (www.sitesofconscience.org) para reflectir sobre os problemas da contemporaneidade. Na Ásia, as redes regionais desenvolvem-se segundo o tema da Cultura da Paz e do pluralismo para tentar resolver os problemas de conflito étnico e religioso; no continente americano, os lugares americanos de consciência promovem o debate pela construção do passado recente; no continente africano, os lugares africanos de consciência usam a História para promover a acção do cidadão para o desenvolvimento da Cultura da Paz; e certos lugares europeus de consciência promovem a cultura contra o totalitarismo, etc.

Os museus acabados de referir foram construídos num espaço de lutas e testemunham o que se chama o “dever de memória” (Ricoeur, 1996), num entrelaçamento entre história, memória e educação para a cidadania. Neles a memória das testemunhas, do lugar, dos objectos, fazem a ligação dos elementos do passado com o presente e o futuro. Esses museus constituem modalidades essenciais de afirmação da consciência histórica em que as suas exposições e actividades educativas testemunham espaços e tempo passados com grande valor na vida contemporânea.

3. A educação no museu: conviver com as comunidades

“As comunidades e os grupos a que pertencemos interferem na construção dos sistemas de significados usados por nós para explicar o mundo e funcionam como uma autoridade, determinando o conjunto de conhecimentos considerados válidos e significativos para a construção da nossa identidade (colectiva e individual)” (Gomes da Silva, 2001: 115)

Neste subcapítulo reflectirei sobre o papel do museu como espaço de reflexão e de pedagogia crítica capaz de alimentar os valores da Humanidade. O museu, enquanto *locus* de memória, tem um papel importante no reforço da memória e da identidade para a sua convivência comunitária. Saber o que o museu pode e deve fazer para a

aproximação e atracção das comunidades é o que me cabe neste momento esmiuçar com algumas perspectivas teóricas, sem deixar, contudo, de referir a história da educação no museu.

Do ponto de vista historiográfico, a relação do museu com a comunidade tem sido marcada por diferentes interacções e intervenções de acordo com o período histórico, aspectos políticos, económicos, sociais e culturais vigentes em cada país. Hooper-Greenhill (1991) traça o histórico da educação no museu e diz que esta prática é antiga. Apesar da relação entre as colecções e os visitantes ser restrita (as elites é que detinham mais acesso), havia uma preocupação com a cidadania servindo como estratégias para dirimir conflitos sociais, práticas ilegais e outros males sociais, como o alcoolismo e a criminalidade.

O Museu do Louvre, no final do século XVIII, é um exemplo deste processo. Representa um marco importante na relação entre o museu e a comunidade, por ser um dos primeiros¹⁵ a abrir as portas ao grande público, com acesso gratuito. É um feito histórico porque, pela primeira vez, o museu é gerido pelo Estado, a partir do qual as pessoas poderiam ter acesso aos bens que representavam a alma da identidade nacional, presente nas colecções. Convém realçar que naquela altura a intenção era educar através de um conjunto de objectos, com intuito de reforçar o poder e afirmação da nacionalidade e dos valores do academismo vigente, fortemente marcado pelo pensamento iluminista e positivista, assente nos pilares da razão, da liberdade e do progresso.

O século XX corresponde a um momento de ruptura no campo museológico, por isso, trouxe novas perspectivas sobre a relação do museu com a comunidade, fruto de contingências conjunturais e estruturais. A Primeira Guerra Mundial trouxe novos desafios aos museus. As escolas fecharam as portas por falta de professores que foram para a guerra. Os museus, nesse contexto, adquiriram um papel importante na educação da população ao assumir o papel da escolarização das crianças e da informação sobre conteúdos específicos, como a higiene, a saúde, cuidados com a infância, etc. (Hooper-Greenhill, 1991).

O perigo de perder os espólios com as duas guerras, Primeira e Segunda, teve impacto no comportamento dos conservadores da época:

¹⁵ Em geral, é considerado o *Ashmolean Museum* da Universidade de Oxford (1683) como o primeiro museu aberto, não só à comunidade académica, mas também a outros visitantes. Os grandes museus nacionais, caso do *British Museum* e Louvre, abriram as portas ao “grande público” com critérios de horas e de dias especiais.

“A nova geração de conservadores estava menos interessada no uso público dos museus e preocupava-se mais com a acumulação das colecções, devido possivelmente ao receio de perder os espólios, sentimento esse, provocado pela conjuntura instável da Primeira Grande Guerra” (Hooper-Greenhill, 1991:9).

Esta postura acabara por conduzir à contestação por parte de alguns sectores da sociedade. No século XX, e de forma mais acentuada a partir dos anos 50, muitos museus redefiniram as suas missões, com novas abordagens nas exposições permanentes, restringindo concepções de idolatria da Modernidade que valorizavam os objectos, os grandes feitos históricos, as personalidades ilustres. Neste contexto, assiste-se a uma nova abordagem de museu, fruto de mudanças conceptuais e de uma nova forma de comunicar, em que o pólo de atenção vai-se centrar nas pessoas, em vez de nas colecções.

A atitude atenta do museu face aos anseios da sociedade consta da preocupação da IX Conferência do ICOM¹⁶, realizada em Paris e Grenoble (Bolaños, 2002). Neste encontro reflectiu-se sobre a necessidade do museu redefinir a sua missão, os seus métodos de exibição das colecções e igualmente foi apresentado um novo modelo de museu denominado “museu de vizinhança” (*neighbourhood museum*),¹⁷ cujo objectivo é a construção e análise da história das comunidades, contribuindo para que os cidadãos se orgulhem da sua identidade cultural. A ideia é utilizar as técnicas museológicas para solucionar os problemas sociais e urbanos.

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile, de 1972, foi igualmente determinante para o novo rumo dos museus, com o conceito de “Museu Integral”. Nesta reunião foi trabalhado o conceito de património de forma global, focando-se os seus aspectos culturais e materiais, sendo considerado instrumento de desenvolvimento da comunidade. Segundo a declaração:

“ (...) o museu é uma instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades de que serve; pode contribuir para o

¹⁶A IX Conferência Geral do ICOM, realizada em Paris e Grenoble em 1971, foi dedicada ao tema “O museu ao serviço do homem, hoje e amanhã. Papel educativo e cultural do museu”, nela se debatendo o papel social dos museus. Nesta Conferência, o professor Stanisla S. Adoveti criticou duramente o papel tradicional que o museu desempenhava. Defendeu a capacidade deste servir de instrumento de cultura, propondo um sentido integral da cultura do homem pela sua contextualização e alertando para o perigo de homogeneização do conceito de património, desajustado da realidade dos povos africanos. Genericamente, defendia-se a abertura do museu à comunidade envolvente como instrumento de mudança social, sublinhando-se o seu papel educativo (Bolaños, 2002: 288-299).

¹⁷ O modelo de “museu de vizinhança” foi desenvolvido pelo Museu Anascostia, em Nova Iorque, apresentado pelo seu director, John Kinard.

engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades num quadro histórico que permita esclarecer os problemas actuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.” (Declaração de Santiago, 1972).

Esta Declaração, enquanto sintoma de crise do museu, trouxe algumas questões que não tinham sido afloradas nas posições assumidas pelo ICOM na década de quarenta. Constatou-se que esta Declaração aponta a comunicação como principal vector quando faz referência aos conceitos de “formação” ou de “consciência das comunidades”.

O Movimento Internacional para uma Nova Museologia, MINOM, oficializado em 1985, em Lisboa, no II Encontro Internacional da Nova Museologia/Museus Locais, reforçou as bases do encontro do Chile no que respeita às preocupações e formas de trabalhar nos museus. Faz parte das reflexões deste Encontro o objectivo de implementar uma nova concepção filosófica-museológica que valorize o quotidiano do cidadão, as acções educativas, a utilização dos espaços internos e externos do museu, em oposição às práticas adoptadas pelos museus tradicionais. As novas atribuições dos museus, que se pretendia implementar, eram as de preservar, conservar, restaurar, documentar, pesquisar, informar, expor e educar, em oposição à recolha e exposição que muitos museus tradicionais faziam.

As reflexões que saíram deste Encontro demonstram a preocupação com a falta de comprometimento por parte das instituições museais com o desenvolvimento social, como também, com a necessidade de melhor engajamento do museu para trabalhar distintos segmentos da comunidade, numa sociedade cada vez mais complexa. Por mais incrível que pareça, muitos museus continuam alheios aos anseios da comunidade, manifestando-se ausentes às dinâmicas da sociedade.

Apesar do propalado Estado de Direito Democrático, que advoga a igualdade do cidadão perante a lei e a defesa dos direitos e liberdades individuais, e apesar do aumento da intervenção social do Estado, persistem situações de desigualdade económica, social e cultural que contribuem para a aceleração contínua de formas de fragmentação e segmentação sociais. A criação de um novo mecanismo de mediação é urgente para favorecer as dinâmicas da educação, de forma a ultrapassar as situações de desigualdade social, ignorância do património, associada a perda de referências do passado.

O conceito de comunidade que uso para este trabalho insere-se na perspectiva dos museus reconstrutores. A comunidade refere-se a um grupo de indivíduos que, apoiado num património, realiza acções museológicas com objectivos e finalidades definidos a partir das suas necessidades e expectativas, definindo em conjunto os problemas e as soluções para os mesmos. Como é sabido qualquer comunidade possui determinado índice de continuidade comum; ou melhor, cada grupo social traz consigo uma carga do passado e de património que é a sua herança cultural. Para apropriar a herança do passado, a comunidade precisa de reinventar a interpretação oficial dela mesma, adoptando uma atitude crítica aquando do desenvolvimento das exposições, questionando as suas condições sociais de existência. Estes são aspectos realçados nas inúmeras actividades dos museus de consciência, tendo a comunidade como principal actor do processo. É importante realçar que para maior interacção do museu com a comunidade, é necessário que grupos de cidadãos façam parte do projecto, engajados no compromisso e no entendimento.

Tendo em conta a dinâmica socioeconómica e cultural que se vive actualmente, os museus precisam de articular a função cultural em termos de diálogo, não se preocupando somente com a instrução, e precisam desenvolver programas educativos inovadores para atrair visitantes de diversas comunidades. Para facilitar o diálogo museu/comunidade, os museus precisam de implementar técnicas de representação sensível e auto-reflexiva nos espaços das exposições e dos serviços educativos. Styles (2000) fez uma importante reflexão sobre as exposições realizadas no Museu Memorial da Guerra da Austrália. Constatou que o desenvolvimento de modelos de boas práticas museu/comunidade, neste domínio, continua a ser raro. O autor descreve uma exposição que se constrói através do diálogo e que envolve os visitantes, de forma mais activa, no processo de concepção e de interpretação do espaço e da colecção.

No mesmo trabalho, Styles (2000), ao avaliar o programa dos serviços educativos no Museu de Memorial da Guerra da Austrália, demonstra o potencial da teoria e prática de educação de adultos para a promulgação de compromissos entre o museu e a comunidade. Ao apostarem no programa, os estudantes e outros elementos das comunidades testam a sua experiência inicial no programa do Memorial, analisam o seu significado em contextos nacionais, internacionais e históricas e imaginam a forma alternativa de significar a memória negra da Austrália. Paralelamente, os visitantes podiam se engajar num processo crítico e construtivo de aprendizagem.

Num artigo muito interessante, Latchem (2006) analisa a formação e a criação de identidade através de um conjunto de interrogatórios às narrativas artísticas no museu. O trabalho consiste na análise das consequências das intervenções artísticas da pedagogia no museu. O autor constata que as intervenções pedagógicas no museu são reprogramações críticas da apresentação das Histórias culturais das narrativas dominantes. Tendo em conta este aspecto, ele analisa a complexidade das narrativas de forma a identificar os modelos de ensino e aprendizagem que sejam mais inclusivas. No mesmo trabalho faz referência ao artista plástico e curador Fredi Wilson que explora as noções de capital cultural e o envolvimento cultural através de educação no museu. Ao longo do artigo, é investigada a forma como o indivíduo é formado e investigado pela narrativa, tendo em conta que o programa nunca é uma selecção neutra e objectiva de conhecimentos e que também vale a pena investigar para saber se as apresentações institucionais da História são igualmente subjectivas. Se os projectos de educação no museu são definidas pelos curadores e responsáveis de Serviços Educativos para atender às exigências do programa, é necessário questionar sobre a estrutura da narrativa e o processo pelo qual são divulgadas.

Muitos outros trabalhos interessantes que envolvem a comunidade na perspectiva dos museus reconstrutores têm a ver com os trabalhos desenvolvidos por membros da Coligação Internacional dos Museus de Consciência. O Museu *Workhouse*, em Inglaterra, usa a sua história para abordar aspectos relacionados com os Direitos Humanos. Na exposição, *What Now? What next?* compara a hierarquização social da Grã-Bretanha pobre da época vitoriana com a da época actual. Os responsáveis do museu convidaram pessoas socialmente bem posicionadas na sociedade britânica, políticos e advogados e outros membros da comunidade, para reflectirem sobre as questões ligada à pobreza, aos problemas e às respectivas soluções. No Museu *Lower East Side*¹⁸, nos Estados Unidos da América, artistas imigrantes foram convidados para desenvolver instalações de artes visuais, teatro, programas de leitura, etc., para contar as suas experiências e problemas de migração. Abordou-se questões relacionadas com a nacionalidade, de justiça, cidadania, etc., tudo na perspectiva de relacionar a memória do lugar com a resolução dos problemas da comunidade.

¹⁸ Este museu, localizado no centro da antiga zona industrial de Nova Iorque, retrata a memória dos imigrantes que trabalhavam nas confecções de vestuários. Muitos imigrantes eram ilegais, trabalhavam em condições sub-humanas, horários longos e condições laborais difíceis e perigosa.

Mas para obter maior interação com a comunidade, o museu terá que desenvolver também outras tarefas, tais como, pesquisa, preservação e comunicação com a comunidade, no sentido de reconstruir aspectos da memória colectiva. A capitalização desta interação museu/comunidade deve ser desenvolvida de forma integrada e participada, visando o questionamento, a construção e a análise de várias vertentes, desde a dinamização de públicos até à organização das exposições. Considerando o museu como uma instituição de património cultural, o processo de preservação é da maior relevância, no sentido de desenvolver nos grupos comunitários atitudes que preservam o património, por meio do processo educativo e do exercício da cidadania.

A capacitação do pessoal do museu é fundamental para um entendimento satisfatório com a comunidade, no desenvolvimento de programas e actividades que possam facilitar a aprendizagem e a reflexão. Para atender a esta nova filosofia é necessário que as exposições sejam montadas com a ajuda da comunidade, com o objectivo de consciencializar e mostrar as possíveis soluções para os problemas enfrentados pela população no seu dia-a-dia, onde as experiências locais e os interesses comunitários recebam atenção e sejam valorizados.

A importância histórica/simbólica do espaço museológico pode ser apresentado à comunidade, dada a sua singularidade, como meio para reforçar a sua identidade cultural.

Alguma literatura tem criticado a forma como muitos museus têm encenado e mercantilizado a experiência do passado para o entretenimento do público. Neste aspecto, o foco das críticas se dirige aos usos e às interações entre o património e cultura, ou melhor, entre a cultura de um lugar e as culturas do turismo, quando se chocam e se cruzam na reconstituição histórica de acontecimentos históricos. Os autores Stephen (2001) e Macpherson (2006) apontam a capacidade vazia deste processo, na medida em que o carácter educativo tem sido negligenciado em detrimento do negócio. Segundo Macpherson (2006), os museus hoje operam num mercado diferente daquele do passado. Por isso identifica as duas principais tendências dos últimos anos do século XX como sendo a prevalência de uma nova ideologia orientada para o mercado que se preocupa com a criação de receitas e a introdução de novas tecnologias.

Quando os museus se tornam exclusivamente recreação perdem o que está na base da sua integridade. Assim, desviam-se das suas missões originais de preservar e educar, tornando-se espaços de lazer, em vez de espaços de educação. Tendo em conta as

dinâmicas que se vivem actualmente, é perfeitamente credível que no futuro os museus se tornem em lugares híbridos que combinam o lazer e a aprendizagem.

Tendo em conta estas incursões teóricas, o caminho dos museus na actualidade vai-se concentrar no aspecto híbrido das suas acções. Como vivemos numa sociedade multicultural, são necessárias novas soluções para enfrentar os problemas do futuro, com novas metodologias numa comunidade imaginária que se pretende mais interactiva e que orienta as suas acções para o desenvolvimento da comunidade que se quer mais alargada.

Do primeiro encontro do ICOM e da Mesa-Redonda de Santiago bem como de outros eventos mais actuais, resultaram algumas preocupações sobre o que ocorre na sociedade. Por isso, tais eventos desafiam-nos a repensar, com criatividade e novas metodologias, o actual contexto de industrialização e transnacionalização, inventando as formas de manter o diálogo com o local, mas também, com outras vozes e imagens que nos chegam de todo o mundo.

No caso do Museu da Resistência do Tarrafal, o facto de ser um espaço onde se pretende alguns desenvolvimentos do projecto que urge implementar, é importante pensar numa equipa interdisciplinar de modo a que possa ser entendido pela população. O Museu deve ser um instrumento de transformação social tendo o cidadão como o elemento central, elemento basilar de todas as acções educativas, procurando desenvolver o conhecimento integral do indivíduo, enquanto sujeito activo do processo de transformação da sociedade. É necessário pensar que o museu deixou de ser um repositório de culturas e civilizações para passar a ser um instrumento para o desenvolvimento das competências culturais e sociais, individuais e colectivas, e um espaço público da contemporaneidade.

Os museus, que até então abrigavam uma ideia plasmada de cultura, onde imperavam conceitos generalizantes e até abstractos, passaram a reflectir os processos culturais de maneira endógena, a partir dos desejos de reconhecimento de pequenas comunidades que lutam pela sua própria sobrevivência cultural.

Em suma, as novas abordagens dos museus reconstrutores desenvolvem acções de reconquista e revitalização dos meios em crise, marginalizados, com novas directrizes da valorização das suas memórias e da participação da vida comunitária. Nessa participação com a comunidade, o museu propõe-se, juntamente com os seus utilizadores, constituir-se como um instrumento de consciencialização e iniciativa

cultural, apresentando-se como reflexo dos grupos que o criam, reflectindo-se as tradições, as crises e os objectivos destes.

4. Conviver com a escola

“... este tipo de actividades [experiência museal] implica o alargamento do conceito educativo existente por detrás delas [escola e museu] e remete para o desenvolvimento de novas premissas ao nível da prática pedagógica, ao mesmo tempo que apela ao estabelecimento de uma relação negociada e duradoura entre ambas as instituições.” (Gomes da Silva, 2003:20)

O museu é um campo cultural muito importante na aprendizagem dos saberes em geral e no fomento da cidadania. Faz parte dos lugares informais de aprendizagem, do consumo da cultura, do lazer e da informação. O museu é um dos vários espaços socio-simbólicos de socialização que tem experimentado muita visibilidade na sociedade contemporânea, uma vez que trabalha na sua especificidade com a memória.

Como lugar de memória e centro de cultura, os museus procuram desenvolver a sua capacidade de diálogo com a instituição escolar, assumindo-se como elo de ligação entre o passado e o presente. Embora goze de pouca importância social, isto é, tem uma posição secundarizada face a instituição escolar, o seu papel social é inquestionável no contexto da contemporaneidade.

Nesta análise é imprescindível reflectir sobre a relação dos dois campos, museu/escola, e acerca deles discutir as suas possibilidades na construção dos saberes e da vida quotidiana em democracia. Uma vez que o meu objecto de estudo é o Museu da Resistência, um espaço com grande riqueza histórica dado ser um marco para a Democracia em Portugal e para a independência das antigas colónias portuguesa em África, a reflexão vai incidir sobre os contributos do Museu para a compreensão da história contemporânea e para o reforço da cidadania. Neste ponto procuro reflectir sobre a parceria entre o museu e a escola, faço uma abordagem sobre os paradigmas do museu e, finalmente, foco o papel do Museu na construção dos saberes e da Democracia.

Devo começar por dizer que, ao longo dos tempos, a relação com as escolas tem ganho alguma preponderância na composição dos públicos dos museus. Isto porque as

transformações que ocorreram no panorama museológico, associadas à mudança de paradigma, obrigaram os museus a mudarem de rumo, abrindo as portas às escolas.

As possibilidades culturais e didáticas dos museus, sustentadas pelas políticas governamentais de fomento e valorização do património e pelas políticas educacionais, têm ajudado a compor a imagem dos museus como parceiros da instituição escolar. Faz parte da política interna de muitos museus a manutenção desta aproximação com as escolas, fazendo destas o público prioritário das instituições museológica. É neste contexto que têm surgido estudos sobre o impacto das actividades do museu no aproveitamento escolar dos alunos.

Por causa das reformulações conceptuais do século XX, a educação vem ganhando força na instituição museológica. Hooper-Greenhill (1994: 3) sustenta que a educação assume um papel essencial no planeamento da relação com os públicos e na concepção de exposições e demais acções dos museus. Segundo ela, contudo, o papel educativo dos museus é muito maior e não remete, pura e simplesmente, para “dar aulas às crianças da escola.” Deve englobar também o estudo e a crítica dos aspectos sociais e das escolhas culturais feitas pelos museus. Daí que seja necessário evitar o perigo da “escolarização dos museus”, através da reprodução acrítica das metodologias da escola. No Encontro Museus e Educação¹⁹, em 2001, um grupo de responsáveis dos museus insistiu na importância da educação no museu assentar na parceria com as escolas. Na intervenção de Raquel Silva ficou assente que os museus devem trabalhar “numa lógica de parceria em que os diversos parceiros possam intervir no delineamento de tarefas a implementar, na sua concretização e, finalmente, na sua avaliação” (Silva, 2001:18).

Como os museus são instituições heterogéneas, nas tipologias das suas colecções, no seu enquadramento institucional, na sua história e no contexto sociocultural em que se inserem, estas características podem ser potenciadas no desenvolvimento de sinergias com as escolas. É do conhecimento público as diferenças entre as duas instituições. No entanto, as diferenças não brigam com as especificidades das duas partes, pelo contrário, as diferenças são enriquecedoras das duas partes.

Para Gomes da Silva (2001), não se pretende que o museu substitua a escola nas suas competências formais, mas que possibilite a integração das especificidades de ambos, num processo educativo dinâmico e negociado que enriqueça a experiência final. “Uma

¹⁹ O debate sobre a educação no museu teve lugar no Centro Cultural de Belém, a 10 a 11 de Setembro de 2001. O objectivo desse encontro foi promover o debate sobre o papel educativo dos museus na actualidade e a troca de experiências dos vários profissionais presentes.

experiência não só capaz de formar futuras audiências de museu, mas também estimuladora de uma relação mais estreita e participada entre estas instituições [museus e escolas] e as comunidades que as servem” (Gomes da Silva, 2001:115). Para conseguir este desiderato é necessário criar programas que não se reduzem à tradicional visita guiada e ao apoio aos grupos escolares, para se tornar num aspecto mais abrangente, que se prende com a formação do público.

“(…) Só uma verdadeira parceria escola-museu (...) poderá ir de encontro a uma experiência educativa de longa duração potenciadora de aprendizagens efectivas e significativas, proporcionando assim, a criação de uma futura audiência de museus activa, participativa e crítica.” (Gomes da Silva, 2003: 20)

Numa perspectiva mais ponderada, Faria (2000: 29) reconhece que não é fácil de alcançar o entendimento apontado por alguns autores a propósito da relação de complementaridade que escolas e museus podem e devem ter, com vista a ultrapassar barreiras de comunicação e a construir nova forma de aprendizagem que ultrapasse os parâmetros da avaliação formal, não é fácil de alcançar. É necessário que os museus e as escolas apresentem como que um texto aberto e feito e refeito pelos seus utilizadores, questionando de forma auto-reflexiva as suas práticas de ontem e de hoje num processo incessantemente dinâmico (idem:33). Considero esta posição muito interessante, mas para a qual, é necessário que as mudanças encontrem pontos de vontade e de convergência com as equipas que dão vida a essas instituições.

O que deve ser feito nas duas instituições diz respeito aos seguintes aspectos: o desenvolvimento do espírito de abertura passa necessariamente pelo reconhecimento do papel participativo das escolas, das suas aspirações e bagagem cultural, das suas emoções, sendo esta a base fundamental e determinante para o desenrolar da experiência educativa; a análise dos programas escolares permite um real conhecimento dos objectivos, estratégias, conteúdos e públicos da escola, permitindo a definição de quais os níveis de interacção que poderão ser estabelecidos entre as instituições; ao museu é imprescindível conhecer as suas colecções, para determinar que tipos de usos são possíveis face aos objectivos desejados; uma boa formação das equipas do museu que conheça a história e a missão da instituição. Todas essas dinâmicas vão contribuir para a formação dos alunos no sentido de se tornarem informados, activos, criativos, livres, abertos à diferença. Só assim a sociedade se tornará emancipada e pró-activa.

O que se pretende neste ponto é analisar qual o pressuposto teórico que mais se adequa ao Museu da Resistência. O que se percebe, entretanto, é que existe uma diversidade

quase infinita de acções e práticas educativas existentes nos museus, que nem sempre usam os pressupostos teóricos que vão ao encontro da natureza da instituição, tendo em conta as suas características intrínsecas, a história do museu, o contexto sócio-histórico, etc. Tendo em conta a natureza e a história do Museu da Resistência, a perspectiva reconstrutora parece-me ser a melhor opção, na medida em que abarca valências de outro paradigma em voga no museu, o construtivismo.

Muito sumariamente vou analisar alguns desses pressupostos teóricos. Entre as inúmeras teorias de educação accionadas no museu, a abordagem construtivista (Hein: 1998, 2006) é o que tem merecido maior destaque. Na visão construtivista, o sujeito é o centro da aprendizagem e é ele quem pode orientar na pesquisa e auxiliar na interpretação dos dados da investigação. Isto porque esta abordagem reconhece um conhecimento prévio ao indivíduo e reconhece a sua participação activa na construção do conhecimento durante uma visita ao museu. No paradigma construtivista, também denominado “educação por descoberta,” a aprendizagem dá-se de maneira activa por parte do aluno, favorecendo posicionamentos do tipo: “descobrimo por si mesmo” e “aprender fazendo” com os objectos. Este modelo é muito usado nos museus de ciência ou exposições científicas onde o público é levado a refazer experiências, e nas exposições históricas onde são simulados eventos cujos resultados são planeados e discutidos inicialmente.

Uma outra abordagem importante é a que Falk e Dierking (2000) sugerem como “expressão livre de aprendizagem”, em alternativa ao uso da expressão “aprendizagem informal”. Estes autores fornecem um modelo para a compreensão e elaboração da experiência do museu, denominado *Interactive Experience Model*, que liga contextos pessoais, socioculturais e físicos em conjunto. Perante este processo, os autores sugerem aprendizagens baseadas nos objectos que existam no museu, associando este tipo de aprendizagem às características formais de exposições. Falk e Dierking sugerem que os museus precisam de repensar a forma como planeiam as exposições, as divulgam e as promovem e, sobretudo, como os museus devem orientar os seus visitantes.

O museu não é uma realidade isolada do todo social. Aspectos relacionados com a história de uma comunidade e país devem ser reconstruídos numa perspectiva crítica, com vista a promoverem a reflexão sobre temáticas sociais, a marginalização, a inclusão, a participação das escolas na vida do museu (Baldwin e Goodacre, 2000; Cameron, 2005; Latchem, 2006).

Cameron (2005) reflecte sobre as posições controversas dos museus num contexto académico, cultural e social. O autor diz que a longa prática de mostrar a “história dos factos”, a “verdade nacional,” as ideias problemáticas de “outros” lugares e povos já não está totalmente sustentada num ambiente de auto-evidência dos factos. Por isso, os temas de interesse global tornam-se intrigantes, exercendo atracção como áreas legítimas para a investigação museológica. As tensões sociais e políticas na Austrália (e de outros países), também aumentam a necessidade da existência de espaços cívicos, onde diversas comunidades possam conhecer e debater temas de importante relevância. Portanto, é de realçar o papel cívico e social do museu no século XXI.

A utilização da “história viva” de um lugar tornou-se uma importante ferramenta educativa, e também uma parte importante da vida contemporânea para o lazer dos participantes e espectadores, bem como dos educadores e historiadores. Hunt (2004) constata que as principais razões das pessoas se envolverem com a reconstrução histórica de um lugar tem mais a ver com a finalidade de entretenimento do que com objectivos educativos. A situação torna-se mais complexa quando não se descortinam as interacções entre as actividades e as identidades dos grupos envolvidos.

Ao longo desta dissertação, reforço a ideia da necessidade de desenvolver actividades que contribuam para a construção de identidade e alma do lugar. A abordagem reconstrutora joga com a perspectiva de liberdade dos indivíduos em comunidade tendo em vista recriar diferentes versões dos factos. O reforço da identidade é importante nesta perspectiva, na medida em que expressa um sentimento de identidade nacional e um profundo sentido social. Trata-se do encontro com a herança histórica enquanto forma de “viver o património” ou “viver o passado” (Baldwin e Goodacre: 2000).

O Museu da Resistência pode ajudar nesta aproximação ao passado, no complemento dos programas escolares e na acção educativa para a cidadania. Mais do que impor conceitos e verdades abstractas, o Museu deve preocupar-se em trazer contribuições que tenham significado real na vida das escolas. Dada a história do espaço, é necessário perguntar-se qual a natureza da História que deve reverter em acções educativas, os elementos que vão compor as acções, etc.

A prática educativa em Cabo Verde é centrada na instituição escolar e na figura do professor. Dada a situação de subdesenvolvimento dos museus no arquipélago, coloca-se a necessidade de implementar programa, dentro da lógica de parcerias no sentido de promover o conhecimento alargado do património nacional nas escolas.

O museu não é só um espaço de exposição, mas também é uma instituição cultural de grande valia para a sociedade. O desenvolvimento das actividades educativas passa necessariamente, pela investigação, por investimentos materiais e humanos, no sentido de promover o museu e as suas actividades no exterior.

O Museu da Resistência enquanto espaço de sócio-simbólico e veículo de grande importância na divulgação das questões da memória precisa de se re-inventar em vários aspectos. Este não deve servir apenas como lugar de romaria dos grupos escolares e turistas, mas crescer como museu voltado para a educação da cidadania.

Para a realização do programa educativo, o conhecimento da história do lugar e a escolha de metodologia de ensino são importantes. A história do Campo de Concentração enquadrada nos dois períodos de funcionamento deve ser enquadrada com os problemas da sociedade actual. A escola deve ser convidada a desenvolver actividades que retratem aspectos relacionados com a violação de Direitos Humanos, a violência urbana, problemas de género, num ambiente de representação cénica e de exposição. O conhecimento da História deve ser socializado desde tenra idade com apresentação de conteúdos educativos que respeitem a idade e outras variáveis, tais como as motivações e as expectativas de cada um.

Trata-se do desenvolvimento de um trabalho indutivo voltado para a compreensão do mundo e resolução de problemas da vida. Como o conhecimento da história do Campo não se encontra disseminado, o aluno investiga e observa os factos e depois é confrontado com os factos, com vista a descobrir as relações existentes entre eles. A exploração da História é importante, mas depois é preciso o questionamento dos factos a fim de obter uma abordagem mais afectiva.

Capítulo II

O colonialismo, a democracia, o património comum e o transnacionalismo: comunidade afectiva imaginária

1. A relação entre Portugal e a África dos PALOP: da expansão ao Estado Novo

“A coerência do sistema suportava-se a si própria num conceito geográfico muito particular, que imaginava que o mundo só existia através da descoberta pelos portugueses” (Guimarães citado em Sidaway e Power, 2007:160).

“Não há possessões portuguesas, mais pelo contrário pegadas de Portugal disseminadas pelo mundo. Em Lisboa, em Angola, na Guiné (...) é sempre a pátria” (Salazar citado em Sidaway e Power, 2007: 163)

Esta análise visa enquadrar, na perspectiva histórica, os processos da construção do nacionalismo português na inserção do discurso geopolítico do Estado Novo. Para isso, recorro à historiografia da expansão e da colonização de Portugal em África para desconstruir (em parte) as narrativas do projecto de “Lusitânia Paraíso”, “pegadas de Portugal”, etc. O que foi historicamente construído com as conquistas além-mar assenta no propósito de uma nação como “comunidade imaginada”, na perspectiva de Anderson (2005), como processo de mundos imaginados que reforça o poder da Metrópole sobre as colónias. Pressuposto esse muito bem explorado com a tese luso-tropicalismo de Gilberto Freyre para explicar a presença de Portugal nas colónias. Trata-se de um processo bastante complexo que coloca em relação sujeitos históricos diferentes, numa relação de poder em que a relação de subordinação está presente.

Antes da descolonização, a presença efectiva de Portugal no continente africano remonta atrás 500 anos. O facto começou com a conquista de Ceuta em 1415. Este empreendimento foi, desde a sua origem, um processo multifacetado, em que

coexistiram diversas dinâmicas, nomeadamente políticas, económicas, sociais, religiosas e científicas. Nesta empresa, Portugal edificou um poderoso império com grande implantação geográfica.

O projecto de expansão portuguesa tinha como finalidade a conquista de novas terras com vista à evangelização da fé cristã e à exploração dos recursos naturais e humanos. A construção de fortalezas e de feitorias visava, não só a dinamização do comércio, mas também proteger contra os potenciais ataques. Assim, foi construída a primeira feitoria na ilha de Arguim, em 1445 e também edificados o forte de Axim no Golfo da Guiné, a cidade da Ribeira Grande em Cabo Verde, entre outras. É importante realçar que estas infra-estruturas foram importantes na dinamização do comércio transatlântico e nas primeiras experiências de crioulização no mundo. Para dinamizar o comércio foram construídos na Metrópole entrepostos comerciais em Lagos e em Lisboa que faziam a ligação com as colónias. É o de Lisboa que dá origem à casa da Guiné e da Mina²⁰, responsável pelas trocas comerciais com a África (Enders, 1994: 22).

No prosseguimento do périplo pela África, Portugal procura alianças com os soberanos locais para prosseguir com o desiderato da conquista. No jogo das alianças era suposta a conjugação de uma comunidade de valores com um esforço de cristianização e divulgação da língua portuguesa.

Por vicissitudes várias, com a entrada de outros actores nos processos da conquista, Portugal perdeu grande parte das possessões territoriais, tendo ficado no princípio do século XIX²¹, reduzido aos seguintes territórios: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e São João Batista de Ajudá (actual Benin).

É de realçar que o processo de colonização nunca foi pacífico, uma vez que Portugal teve que enfrentar inúmeras resistências no terreno. Na Guiné-Bissau, por exemplo, foi preciso intensa luta para a “pacificação” com as etnias locais. Na Conferência de Berlim estabeleceram o “princípio de que os países que possuíssem colónias deveriam provar, no terreno, que a sua presença era um facto real” (Lopes: 1996:34).

A influência do Liberalismo trouxe alguma humanização à relação da Metrópole com as colónias. Os textos constitucionais de 1820 assimilam tacitamente o Ultramar à Metrópole. O manifesto da Junta Provisória de 1820 expressa claramente que é “abolido

²⁰ Casa da Guiné e de Mina eram os armazéns da Coroa da segunda metade do século XV. Era onde os funcionários controlavam as transacções e a cobrança dos respectivos impostos. Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, esses armazéns passaram a designar-se Casa da Índia.

²¹ Na Conferência de Berlim (1884-1885) com a partilha de África, Portugal perdeu a maioria dos seus territórios para as potências de então. Portugal, mais fraco, acabou por ser a principal vítima dessa repartição. De um Império de grande extensão territorial ficou reduzido aos setes territórios.

para sempre o nome injurioso de colónias.” O mesmo texto refere que é concedido o “título generoso de cidadãos da mesma pátria” (Enders, 1994: 50). Este texto abrange todas as colónias portuguesas e define que só aos escravos não era concedido o título de cidadão. É de referir que este manifesto vigorou durante toda a monarquia, só foi revogado com a República que separou juridicamente os “civilizados” dos “indígenas.” Trata-se da primeira postura nacionalista no qual o nacional e o colonial se coligavam. Referindo alguns observadores, Sidaway e Power (2007) sustentam que a cultura política portuguesa do período republicano foi marcada por um «imperialismo nacionalista». Por isso, as expressões de identidade colonial portuguesa do século XX têm origem nessa imaginação remota, “enquadrando uma visão de portugalidade e demarcando a noção de centro metropolitano” (idem: 151)

Portugal viveu um período de grande instabilidade com o Golpe de Estado militar do 28 de Maio de 1926. Por acréscimo a este acontecimento, o fenómeno da Bolsa do Wall Street agravou imenso a situação do país, impondo uma nova racionalidade económica. Foi nesta conjuntura que Portugal viveu um período de ditadura que se prolongou durante 48 anos, só terminando com o 25 de Abril de 1974. Salazar era o homem forte do regime, acumulava as pastas das finanças e das colónias.

O regime do “Estado Novo”, como era conhecido, assentava numa política centralizadora, antiliberal, de características corporativistas. Foi com este regime que se orquestrou um poderoso instrumento de imaginação nacional assente na mitologia e outras derivações que proclamava os valores da portugalidade no além-mar. Antes disso, porém, o Estado Novo trilhou outro caminho, com o Acto Colonial²² (1930) criticado por muitos como altamente penosa para as colónias. No capítulo I do Acto Colonial estabelece o quadro jurídico que define: “ é da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem.” (Enders, 1994: 80). Esta política, contrariamente à de 1820, era bastante centralizadora e castradora de liberdade. Foi em reacção a esta e outras medidas que se originaram inúmeros movimentos populares de resistências e movimentos sociopolíticos que definiram a Independência dos povos das colónias. Como vai ser analisado no

²² O Acto Colonial restringiu e fragilizou a economia das colónias com implicação na sua autonomia financeira e administrativa. Foi aprovado pelo Decreto n.º 18570, de 8 de Julho de 1930, no consulado da Ditadura Militar (1926-1933) antes do Estado Novo. Foi republicado na Constituição de 1933. Com este Acto ficaram definidos os territórios possuídos pelos portugueses que passaram a designar-se Império Colonial Português. No entanto, foi revogado na revisão da Constituição de 1933, feita em 1951, que o modificou e integrou no texto da Constituição.

subcapítulo seguinte, os sujeitos que ocupavam posições dominadas na estrutura do campo do poder procurarão subverter as posições com a luta armada.

O Acto Colonial encarna a pretensão do Estado em resolver os problemas da Metrópole a qualquer custo. A postura reformista e corporativista vai “contra as companhias majestáticas cujos privilégios não serão, aliás, renovados depois de expirarem os respectivos contratos” (idem: 80). A descentralização do poder que estava em vigor desde o tempo da República foi revista, obrigando as colónias a estar sob a fiscalização permanente da Metrópole²³.

Para controlar os movimentos de revoltas, o Estado Novo adoptou uma política de propaganda para convencer os detractores que o projecto colonial era viável. É neste contexto que surgem imaginações de uma nação que ultrapassa a fronteira da Metrópole. Uma das estratégias de propaganda diz respeito aos eventos como a Exposição Colonial Internacional, em 1930, em Vincennes ou exposição Colonial no Porto, em 1934 e a Exposição do “Mundo Português”, em Lisboa, no ano de 1940. Estas exposições mostravam as colónias portuguesas de África, numa grande ilustração do poder português em África.

A pedra de toque da política colonial foi a forma encontrada para proteger o comércio externo de Portugal e de poupar, assim, as suas reservas em divisas. No período que vai de 1930 e 1950, pondo-se a tónica na Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo procura a todo o custo encontrar maneira de explorar as matérias-primas de que tinha necessidade. Sendo, no entanto, interdita qualquer tentativa de industrialização nas colónias.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial surgiram pressões internacionais, inclusive dos Estados Unidos²⁴ para que Portugal deixe as suas colónias. O Governos dos Estados Unidos assenta a sua posição no tradicional anticolonialismo do país e na ideia de que a África é um peso excessivo para Portugal, uma vez que é um país subdesenvolvido. O

²³ As reformas administrativas de 1930 e 1933 uniformizaram a organização das colónias. Designadas, primeiro, “províncias ultramarinas” e, depois, colónias, os territórios africanos têm à sua frente um governador (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) ou um governador-geral (Angola e Moçambique). À Medida que iam tendo conhecimentos efectivos dos territórios, as incursões avançavam. (Enders, 1994: 87).

²⁴ É importante realçar a insistência da diplomacia norte-americana para que o governo português se retire de África, com ameaças de voto desfavorável para Portugal nas Nações Unidas. Portugal responde sempre com a chantagem sobre as bases das lajes, nos Açores. Em 1965, o diplomata Anderson propõe aos portugueses proceder a um *referendum* sobre a autodeterminação das colónias africanas e receber compensações financeiras pela provável perda das províncias ultramarinas. Este plano sofreu a recusa categórica de Salazar (Enders, 1994).

facto de Portugal ter ficado neutro no conflito mundial e a sua simpatia para com o regime nazi contribuíram para aumentar a pressão dos Estados Unidos.

Portugal, sabendo da atitude dos Estados Unidos, desenvolve um habilidoso jogo diplomático para suavizar as pressões internacionais para com as colónias. Desse jogo consta a autorização para a instalação das bases aéreas nos Açores. Por outro lado, Portugal participou, em 1949, na fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Esses dois aspectos foram determinantes para que Portugal resistisse às pretensões dos Estados Unidos.

O fim da Segunda Guerra Mundial constitui um ponto de viragem essencial para o Estado Novo e a sua política colonial. A pressão internacional obriga Portugal a tomar um certo número de medidas cujo objectivo é, na realidade, eternizar a sua presença em África. Como forma de fazer convergir as posições ao nível internacional no que tange às possessões do ultramar, Portugal mudou a sua política económica para com as colónias de África. É neste quadro que Portugal preparou as bases para a mudança do Acto Colonial com a promoção de um novo quadro legal (Lei Orgânica do Ultramar de 1953) que regia a estrutura organizativa e administrativa.

Em 1951, a expressão “colónia” é substituída por “província ultramarina.” Trata-se de uma nova linguagem e terminologia para mascarar as realidades exploradoras do Império, visando a legitimação do regime administrativo. Este termo surgiu no âmbito da promulgação da revisão constitucional que reflectia as pressões e contradições internas e externas. Com a nova abordagem, a sociedade colonial tornou-se, então, um espaço “pluri-racial” ou “pluri-continental.” Foi neste contexto que Gilberto Freyre, no âmbito da sua visita pelas colónias, codificou a sua análise de “integração portuguesa nos trópicos” através da noção de luso-tropicalismo²⁵.

As pressões internacionais também se traduziam nas reacções contra o Estatuto dos Indígenas que definia os direitos e os deveres das populações das colónias, sendo a estas vedados o direito de participar nas instituições dos brancos. Entretanto graças as pressões internacionais, este Estatuto foi revisto em 1961.

A própria Constituição portuguesa assinalava como sendo um dos objectivos da política colonial a “assimilação cultural e espiritual” dos indígenas, daí estar implícita a sua não

²⁵ Gilberto Freyre (1900-1987) foi um sociólogo brasileiro que a convite do então Ministro do Ultramar visitou as colónias entre Agosto de 1951 e Fevereiro de 1952. Publicou duas obras sobre as visitas que efectuou às colónias.

pertença à categoria dos cidadãos. O regime de indigenato era consagrado na Constituição de 1951²⁶, sendo aplicado na Guiné, Angola e Moçambique.

Para além de corporativista e antiliberal, o Estado Novo caracterizava-se por uma postura fascista, antidemocrática, castradora de liberdade. A máquina do Estado definia-se pela ordem e por um apertado controlo social. Foi criada a máquina de censura, a Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE), que controlava os detractores do regime, impondo severos castigos corporais e de prisão. O sentimento de aperto atinge tanto os cidadãos da Metrópole como os cidadãos portugueses de África. A União Nacional era a única organização autorizada, fora criada para apoiar o Governo. Todos os deputados que representavam a África em Lisboa saíram das fileiras da União Nacional. A propaganda era extensiva à África onde havia organizações juvenis para apoiar o regime.

Apesar de toda a acção propagandística, feita de intenso trabalho de socialização, o fascismo português teve dificuldade de se enraizar nas comunidades portuguesas em África. As reformas levadas a cabo pelo regime eram consideradas burocráticas e como beliscando os interesses dos colonos brancos portugueses. Sentimentos de empatia contra os opositores do regime foram ganhando corpo nos anos 50, nos momentos de grandes dificuldades do regime.

As colónias serviam de lugares para extracção de matérias-primas, sendo entretanto negado qualquer investimento em educação e instituições sociais. O Estado Novo ao aproximar-se da Santa Sé, o que surge traduzido na Concordata e no Acordo Missionário de 1940, subvencionava a acção missionária, mas, como contrapartida, exigia que todas as autoridades eclesiásticas das colónias fossem de nacionalidade portuguesa e que os missionários portugueses estivessem submetidos à hierarquia portuguesa. A Igreja Católica foi muito importante na transmissão de valores da Metrópole no domínio da língua e de usos e costume do Continente. Facto que se nota na acção civilizadora levado a cabo para assimilar os colonos.

Marcelo Caetano sobe ao poder, em 1968, para substituir Salazar e um ano depois, visita África.²⁷ Identifica-se com a política defendida pelo seu antecessor e entende

²⁶ Entretanto em 1954, é aprovado um novo “Estatuto dos indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, mais liberal que continua a definir como indígenas: “os indivíduos de Raça negra ou seus descendentes que tenham nascido ou vivam habitualmente nessas províncias e não possuam ainda a instrução e os hábitos habituais e sociais sem os quais não possa haver aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (Enders, 1994: 95).

²⁷ É de realçar que é a primeira vez que um presidente do Conselho visita o continente africano. Salazar morreu sem conhecer a África.

defender até ao fim o projecto das províncias ultramarinas como parte integrante de Portugal. Consciente da irredutibilidade dos movimentos pró-independentistas, Caetano aposta na eficácia militar como uma prioridade do projecto. Para além da atitude “musculada”, mostra-se favorável a uma certa descentralização administrativa e à participação dos autóctones na gestão dos seus assuntos.

A posição dos Estados Unidos contra o colonialismo português é revista com a chegada ao poder de Richard Nixon, em 1969. Portugal é visto como um aliado precioso contra o comunismo. Com a subida de Nixon ao poder, o *dossier* da guerra colonial vai ser trabalhado e aprofundado. A experiência dos Estados Unidos no Vietname vai ser posta em prática nas colónias. Os portugueses estabelecem “aldeias estratégicas”, os aldeamentos, destinados a reagrupar as populações de forma a poderem ser vigiadas pelos militares²⁸.

A nomeação do General António de Spínola, em Maio de 1969, como governador chefe das forças portuguesas para a Guiné teve alguma importância nos processos da descolonização e do movimento das forças armadas em Portugal. A estratégia de Spínola foi simbólica na medida em que a mensagem por ele passado deixa transparecer a ideia de um colonialismo renovado. A arma de luta dele era mais cultural do que militar, com encorajamento das particularidades étnicas.

As guerras coloniais pesam cada vez mais sobre a sociedade portuguesa, quer em termos humanos quer financeiros. Muitos jovens são chamados a prestar serviço militar, ficando nas fileiras durante vários anos, inclusive com grande perda na estrutura familiar. Isto porque muitos dos jovens ou morriam ou ficavam inválidos para sempre. Por ser uma guerra muito intensa, metade do orçamento português ia para o reforço da guerra. A população da Metrópole não estava disponível para assistir apática aos desgastes que a guerra trazia; por isso, os descontentamentos não se fizeram esperar relativamente a um conflito que parecia não ter fim.

Face ao desgaste da guerra colonial, o General Spínola exprimiu o seu desacordo com a forma como era conduzida a batalha de descolonização. No seu livro “Portugal e o Futuro” mostra claro o seu descontentamento com a política de Caetano. O livro fora censurado pelo regime, entretanto só foi autorizado em Fevereiro de 1974. A ideia

²⁸ Nos anos 70, um milhão de angolanos e outros tantos moçambicanos foram deslocados para estes aldeamentos. O governo português “africaniza” a guerra tanto quanto pode. Aos soldados portugueses, profissionais ou a cumprirem o serviço militar, juntam-se os africanos dos Grupos Especiais, para as operações regulares, e os *Flechas*, homens de acção da PIDE (Enders, 1994:101-102).

expressa no livro define o reconhecimento do direito a uma forma de autodeterminação para os africanos no quadro de um Estado federal que preservasse os laços entre Portugal e as suas antigas colónias. Por isso ele chama as antigas colónias de “comunidade lusíada” de contornos bastante vagos. Nunca refere a palavra independência no seu livro.

A atitude de Spínola custou-lhe o cargo do Chefe do Estado-Maior. O sentimento de incerteza, associado ao desgaste com a guerra, faz dele um homem muito popular no seio do exército. A sua ideologia encontra simpatia nos jovens oficiais de esquerda que se unirão no Movimento das Forças Armadas (MFA) para derrubar o Estado Novo.

O MFA derruba Marcello Caetano sem encontrar resistência a 25 de Abril de 1974. Spínola foi colocado à frente do país como representante máximo. No entanto, a relação do MFA e do Presidente teve uma duração curta, uma vez que era tensa a relação no que respeita à descolonização, sendo por isso deposto do cargo.

Quando o MFA derrubou o regime do Estado Novo assumiu o compromisso para com as colónias. Compromisso inscrito na magna carta da Lei Constitucional de 26 de Julho de 1974 que estabelece o seguinte: “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933”, o qual fazia do Império “parte integrante de Portugal” (Ender, 1994:107).

É nesta conjuntura que, de Setembro de 1974 até Novembro de 1975, o Império se desmoronou para dar origem a cinco Estados soberanos: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe.

É inquestionável o saldo negativo que a luta armada causou na sociedade portuguesa, milhares de mortes e feridos, com a conta do Estado na banca rota, uma vez que metade do PIB foi gasto na guerra. Porém, a consciência nacional portuguesa também foi abalada com alguma contestação relativo ao processo negocial da descolonização. Em termos de produção literária houve grande produção que reflectindo os testemunhos de uma vida passada no além-mar e muitas memórias registadas nas toponímias das cidades e das vilas.

2. O colonialismo, a descolonização e os retalhos de uma luta comum

“Mas, mesmo nas piores horas, sou incapaz de abdicar da convicção de que as duas maravilhas que validam a existência mortal são o amor e a invenção do tempo futuro. A sua conjugação, se jamais vier a acontecer, é o messianismo” (George Steiner citado em Cosme, 2004:120).

A situação colonial enquanto processo onde se conjuga insensibilidade para com as questões políticas, socioeconómicas e culturais das colónias e acentuados apertos de falta de liberdade, miséria, fome, em suma de subdesenvolvimento, encontra espaço para a luta no campo de poder com vista a reverter a ordem imposta. O fim das situações coloniais dos países africanos de expressão, francesa e inglesa, na década de cinquenta e sessenta, foi sem dúvida um factor motivador para a emancipação dos povos dos Países Africanos de Língua Portuguesa. Também é de salientar os movimentos catalisadores, como o movimento emancipacionista, a luta armada levada a cabo pelas organizações políticas dos PALOP e a luta interna em Portugal que se traduziu no MFA. A realidade das colónias que têm a língua portuguesa como expressão oficial é muito heterogénea. Os actores envolvidos nos processos são diferentes, no entanto, comungam uma relação de poder cujo único propósito é a autodeterminação dos seus respectivos países. É a evidência do estado de coisas da situação colonial, isto é, a concentração do capital político pelos responsáveis das colónias que vai encontrar mecanismos de resistências das forças vivas desapossadas de capitais políticos. A condição colonial por si só contribuiu para a emergência de focos de reacção e de tensão, isto porque as condições sociopolíticas do regime político português assim o permitiam. Os agrupamentos socioprofissionais, os clubes de inspirações nacionalistas, o poder da imprensa, com enfoque nos aspectos das culturas locais, em determinados momentos da história social e política das colónias contribuíram para o exacerbamento de um determinado espírito.

Em termos de recorte amplo da história saliente-se o período da Revolução Francesa e a consequente extensão para outros países, como Portugal. O liberalismo em Portugal teve reflexos em Cabo Verde e em outras colónias. Permite aos colonizados uma maior liberdade cultural e, de certa forma, política. Traduz-se no aparecimento de jornais de índole informativa e cultural. No caso de Cabo Verde, a criação em 1869 do Seminário

de S. Nicolau²⁹, em duplo regime, o de internato virado para a formação sacerdotal e outro para formação da população, contribuiu para a formação de uma elite cultural e administrativa. É desta Instituição que sairão os grandes intelectuais, caso de Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, Abílio Macedo, Luís Loff Vasconcelos que criticavam o sistema colonial³⁰. Um dos primeiros exemplos de descontentamento foi quando a coroa portuguesa fugiu para o Brasil em 1807, surgindo, assim, o primeiro movimento³¹ que exigia a desvinculação de Cabo Verde de Portugal para uma efectiva ligação ao Brasil.

O advento da República em 5 de Outubro de 1910 trouxe um sentimento ambivalente nos principais intelectuais das ilhas, caso de Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e outros, que viam nos valores da democracia e igualdade, alguma mudança para os povos das ilhas. As expectativas foram defraudadas com a revisão da Constituição que alterava as relações Metrópole e Colónias. No entanto, os povos das ilhas continuavam a sofrer privações associadas ao abandono, às estiagens, às fomes e às mortes. Factos constantemente retratados por «forças vivas» na imprensa, entre a qual se destacava a “Voz de Cabo Verde” de Abílio Macedo.

O Liceu de São Vicente criado em 1912 vem substituir na missão «civilizadora» o Seminário de S. Nicolau. Este novel liceu contribuiu sobremaneira para o enriquecimento cultural das ilhas. Entretanto, por ser o único no arquipélago, o ensino estava limitado aos filhos dos altos funcionários da Administração Colonial, dos comerciantes e dos grandes proprietários. Os cabo-verdianos que estudaram no Liceu conseguiram conquistar posições de destaque, seja na administração, seja na vida social das ilhas. Constituíram-se em grandes dinamizadores culturais com grande importância no processo da independência.

A revista Claridade surge em 1936, no contexto de grande fervor cultural provocado pelos estudantes que frequentavam o Liceu de São Vicente e influenciada, em termos estéticos, pelo movimento do nordeste brasileiro. Trata-se de uma revista especializada de arte e letras que viria marcar profundamente a vida literária e cultural de Cabo Verde. Os “Claridosos” desenvolveram uma literatura de resistência contra o colonialismo. Nos

²⁹ O Seminário de S. Nicolau foi encerrado em 1918 com o advento da República que advogava o regime laico. Com a República a Igreja foi proibida de exercer o magistério educacional.

³⁰ Os citados intelectuais cabo-verdianos reivindicavam maior autonomia administrativa do arquipélago. Este pulsar reivindicativo se convencionou chamar de “Nativismo” e depois de “Regionalismo.” Trata-se de uma manifestação que retrata o apego aos assuntos da terra.

³¹ O movimento “cabo-verdiano” pró-Brasil surge na ilha de Santiago na sequência da Revolução Liberal em Portugal de 1820. Para além deste surgiram também os movimentos populares, como o caso do levantamento da Ribeira dos Engenhos, de 1821.

propósitos temáticos há a proclamação dos valores do arquipélago, naquilo que os claridosos chamam de “cabo-verdianidade”, uma demarcação cultural do colonizado face ao colonizador cuja postura é negar a afirmação da identidade do Império mediante a imposição de sua própria identidade.

A luta no campo da identidade ao jogar com os elementos simbólicos não deixa de ser uma luta política. Não é só em Cabo Verde que a simbiose entre a cultura e a política funcionou como movimento de luta. Em Angola, e mesmo na Metrópole, a cultura na vertente de recreação foi determinante na requisição de novos militantes para o movimento pró- independência. Isto também porque o regime não permitia outras formas de organizações sociopolíticas (Enders, 1994; Lopes, 1996). Em relação ao movimento “claridoso”, o cunho político está sempre subjacente; nas análises de conteúdos das produções literárias da época constata-se alguma pretensão de autonomia ou mesmo de independência das ilhas.

Em Portugal, entre 1945 e 1952 grande parte dos estudantes africanos, os assimilados, ganha consciência da sua africanidade e lança as bases de movimentos nacionalistas. Entre os estudantes, é de se destacar Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, antigos estudantes das casas do Império (existente em Lisboa e Coimbra) que se encontravam regularmente para discutirem questões das colónias. A situação interna na Metrópole encontra nos estudantes um espaço importante para simpatizarem com os resistentes ao regime que ganha força no fim dos anos 40. Muitos resistentes ao regime salazarista, caso dos comunistas que actuavam na clandestinidade, foram deportados para o Tarrafal.

Na defesa da causa e da valorização da cultura africana, os intelectuais do movimento emancipacionista acolheram de bom grado a publicação da antologia de poesia negro-africana organizada por Léopold Sedar Senghor e a revista de expressão francesa *Presence Africaine*. Foi através destas influências que os citados intelectuais fundaram o Centro de Estudos Africanos, em Lisboa.

No início dos anos 50, os intelectuais das independências dispersam-se, regressam aos seus respectivos países (ou exilam-se) e passam à acção política. Amílcar Cabral, enquanto sujeito de «espírito binacional»³², funda o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em Setembro de 1956. Em Angola, Agostinho Neto e

³² Nasceu na Guiné-Bissau filhos de país cabo-verdianos. Fez os estudos liceais em Cabo Verde e depois foi para Portugal estudar na Casa do Império. Ele identificava-se como cidadão de dois países (Cabo Verde e Guiné-Bissau), daí o projecto PAIGC.

Viriato Cruz fundam, em meados dos anos 50, o Movimento Popular Para a Libertação de Angola (MPLA). No entanto, apareceram outros movimentos de libertação nacional de Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)³³ liderado por Holden Roberto, União Nacional Para a Libertação Total de Angola (UNITA)³⁴ liderado por Jonas Savimbi.

Tendo consciência de que o movimento para a libertação das colónias passava pela união, MPLA e o PAIGC formaram o Movimento Anticolonialista (MAC) em Dezembro de 1957. Este movimento serve como representação dos dois partidos na cena internacional. No entanto, para aumentar a fileira das representações foi fundada a Conferência das Organizações Nacionalistas da Colónias Portuguesas (CONCP), em 1961, com outros intervenientes, como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, já se tinha assistido a uma mudança nos jogos de relações de força no xadrez mundial. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) é a prova de que os poderios dos impérios coloniais têm os dias contados. A aprovação da Resolução A/1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 sobre a descolonização que sustenta o princípio de autodeterminação e independência dos povos então colonizados é a prova evidente de que o mapa mundial seria alterado. Este documento é uma tradução dos sinais dos movimentos independentistas que começam a ganhar corpo a partir da década de cinquenta. A situação colonial não favorecia em nada as condições sociais e económicas das populações, daí as contestações populares.

Em Angola, como forma de reacção à política colonial aconteceram alguns focos de tensão em 1961: a 16 de Janeiro tem lugar na Baixa do Cassange (Malange) o massacre de milhares de agricultores que se haviam negado a continuar a vender o seu algodão aos preços então praticados; a 4 e 5 de Fevereiro, em Luanda, grupos de angolanos afectos ao MPLA atacam as cadeias para libertar os presos políticos; a 15 de Março, na região dos Dembos, verificava-se evidentes ataques contra colonos portugueses e não só

³³ A FNLA saiu da esteira de União das Populações de Angola (UPA) em 1962. Antes UPA era União das Populações do Norte de Angola (UPNA). Este movimento era mais local, composto elementos congolezes. Nos princípios dos anos 60, é a UPA de Holden Roberto que se revela o mais temível adversário dos portugueses, permanecendo-o durante alguns anos.

³⁴ Em 1966, surge uma terceira organização nacionalista, para complicar ainda mais a tarefa dos portugueses, mas também a do movimento nacional angolano. Um antigo membro da FNLA e do Governo de Resistência de Angola no Exílio (GRAE) implanta no leste da “província” a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

perpetrados pela União dos Povos de Angola (UPA), dirigida por Holden Roberto (Lopes, 1996: 24 e Enders, 1994: 97).

Na Guiné uma situação semelhante precipitou a luta armada. A instigação da greve dos marinheiros e estivadores de Bissau, a 3 de Agosto de 1959, no cais de Pidjiguiti, pelo PAIGC causou muitas mortes por parte dos guineenses. A força colonial foi implacável com os manifestantes. Esse massacre irá provocar a mudança de orientação do PAIGC. Este acontecimento é o marco que anuncia a passagem para a luta armada. Foi preciso esperar por Janeiro de 1963 para que a luta se acendesse a partir da Guiné-Conacri, onde o PAIGC conta com o apoio de Sekou Touré. Nesta guerra, as tropas portuguesas não conseguiram levar de vencida uma força bem preparada e que contava a seu favor com as condições naturais adversas.

É importante referir que os países da África francófona e anglófona já tinham conquistado as suas independências nas décadas de 50 e 60. Os independentistas encontram os seus principais apoios nos Estados vizinhos recentemente soberanos e fazem da Assembleia Geral da ONU uma tribuna da qual Portugal sai regularmente condenado. Os guerrilheiros são treinados no norte de África, na URSS, na maior parte dos países europeus de Leste e na China. A Organização da Unidade Africana (OUA), através da sua comissão de Libertação, ajuda a que lhes cheguem armas. O MPLA beneficia do auxílio de instrutores cubanos, a FNLA é municida pelos Chineses.

O PAIGC foi, sem dúvida alguma, o principal obreiro da luta contra o colonialismo português, pois, conduziu a luta armada e a luta político-diplomática com maior intensidade. Isto levou-o a conseguir uma grande vitória diplomática ao ser reconhecido pela Organização das Nações Unidas e pela Organização da Unidade Africana. No memorando que endereça ao Governo português, a 15 de Novembro de 1960, o PAIGC na pessoa do seu líder, Amílcar Cabral, propõe um conjunto de medidas com vista à libertação pacífica de Guiné e Cabo Verde. Entre as tais medidas constavam o direito dos “povos guineenses e cabo-verdianos” à autodeterminação, retirada das forças militares e repressivos (incluindo a PIDE), libertação dos presos políticos, realização de eleições livres supervisionadas pela ONU para Câmaras de Representantes de cada um dos dois povos e, finalmente, a sua eventual constituição unitária num só parlamento, precedida de consulta popular (Lopes, 1996:33-34).

Outros movimentos mais ou menos organizados na diáspora deram o seu contributo para a independência. No Senegal, o Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGC) cujos membros acabaram por se unir na Frente de Libertação Nacional

da Guiné (FLING). A União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) teve uma actuação meritória na acção política para a independência, tanto nas ilhas como na diáspora. Na acção política desta organização dezenas de simpatizantes foram perseguidos pela PIDE.

Em 1973 Amílcar Cabral foi assassinado, em Conacri num atentado³⁵. Apesar da morte do líder, a luta pela independência continuou e o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973. Facto que foi reconhecido por diversos países, sobretudo africanos e comunistas. Portugal só reconheceu a independência da Guiné em 10 de Setembro de 1974.

A luta armada foi um processo muito complexo, uma vez que envolveu uma heterogeneidade de actores, numa conjuntura internacional muito complicada. Portugal ficou desgastado com a guerra que o descredibilizara perante a comunidade internacional e com os custos (humanos e materiais) enormes dessa guerra. Tudo isto levará o Movimento das Forças Armadas a negociar as independências dos países que têm a língua portuguesa como canal de expressão.

No que respeita a Cabo Verde, o Governo Português recusava retirar-se de um arquipélago onde não tivera que enfrentar a guerra e, além disso invocava razões estratégicas. Com efeito, a NATO manifestava o seu receio em ver os soviéticos instalarem-se nas ilhas e dotarem-se assim de um novo porta-aviões no Atlântico, frente à África Ocidental. Todavia, o PAIGC leva a melhor e, em Dezembro de 1974, é concedida uma grande autonomia às ilhas de Cabo Verde e a independência é preparada para 5 de Julho de 1975. Os cabo-verdianos, por intermédio da Assembleia Nacional Popular que elegeram, escolhem unir a sua sorte à Guiné-Bissau.

Assim, após a independência, Guiné e Cabo Verde passaram a ser dirigidos pelo PAIGC. No dia 14 de Novembro de 1980 o projecto de unidade caiu por terra por causa de um golpe Estado na Guiné, empreendido pelo Movimento Reajustador, liderado pelo então primeiro-ministro João Bernardo Vieira. Este derruba Luís Cabral e os cabo-verdianos que pertenciam aos órgãos directivos na Guiné foram afastados. Face a este acontecimento, Cabo Verde retirou as ilações e separou-se do projecto de unidade para se constituir Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)³⁶.

³⁵ Amílcar Cabral foi assassinado em 1973, num atentado que o PAIGC atribuiu aos serviços secretos portugueses. Na verdade, fora perpetrado por um grupo de guineenses do próprio partido, que acusavam Cabral de estar dominado pela elite de origem cabo-verdiana.

³⁶ O PAICV, partido único, forma o Estado cabo-verdiano até à instauração do multipartidarismo em 1991.

Com a Revolução dos Cravos que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, Portugal seguiu um novo rumo com a implantação de um regime democrático alicerçado na Constituição de 25 de Abril de 1976. É indiscutível o papel do MFA nesse processo de liberdade, no momento em que Portugal precisava de outro rumo. Com o desgaste provocado pela guerra colonial, os elementos do MFA, sem grandes apoios militares e com forte adesão da população, não encontraram muitas resistências.

Conforme foi referido anteriormente, após o golpe de 25 de Abril foi criada a Junta de Salvação Nacional para resolver o problema da governação do país. Este período de transição não foi fácil, manifestando-se momentos de grande agitação social, militar e política, conhecidos por Processo Revolucionário em Curso (PREC). É de realçar que neste período houve uma tentativa de golpe de Estado falhado, a 25 de Novembro de 1975. Com a instabilidade foi possível a constituição da Assembleia Constituinte e a entrada em vigor de uma nova constituição democrática.

O vento da mudança também chegou a Angola na sequência do derrube da ditadura em Portugal. No dia 10 de Novembro de 1975, Angola tomou a sua independência. No processo de negociação, o governo revolucionário português negociou com os principais movimentos de libertação, no caso o MPLA, a FNLA e a UNITA. Em 1976, as Nações Unidas reconheciam o governo do MPLA como o legítimo representante de Angola, sem a correspondência dos EUA e de África do Sul.

Malgrado o intenso conflito contra o colonialismo³⁷, Angola não conseguiu desamarrar-se da guerra, tendo caído numa intensa guerra civil entre os principais movimentos nacionalistas pelo controlo do país. É de referir que os principais beligerantes contaram com o apoio das potências estrangeiras, caso da União Soviética e Cuba que apoiavam o MPLA, a África do Sul apoiava a UNITA. A FNLA³⁸ contou com o apoio da China, mas também dos mercenários portugueses e ingleses e da África do Sul.

A movimentação nacionalista enquadra-se no contexto da guerra fria em que se desenrola a descolonização. Os movimentos nacionalistas africanos procuraram a sua inspiração no marxismo-leninismo, fazendo uma prolongada estada no campo do “socialismo real.”

³⁷ O conflito armado em Angola trouxe inúmeras consequências, tanto económicas como humanas. O regresso em massa dos portugueses, foi um deles: cerca 800 mil, abandonaram Angola entre 1974 e 1976, com graves consequências quer a nível interno e externo.

³⁸ A FNLA também foi apoiada pelos Estados Unidos, porém, não tardaram a ajudar a UNITA. O apoio dos EUA à UNITA manteve-se até 1993.

O desmoronar da União Soviética acelerou o processo de democratização. Em 1990 aconteceram as primeiras reformas políticas em Cabo Verde motivado pelas pressões internas (círculos académicos, Igreja Católica) e externas (organismos internacionais e a diáspora cabo-verdiana) que queriam a democratização do país. Em 1991 foi realizada a primeira eleição multipartidária com a vitória do Movimento para a Democracia (MPD). Em 1992, o sistema multipartidário foi oficializado na Constituição. A partir desta conjuntura, as eleições têm-se sucedido em Cabo Verde, verificando-se alternância no Poder.

Contrariamente a Cabo Verde, a vida democrática em Angola³⁹ e Guiné-Bissau experimentou momentos de grande agitação. Em Angola as coisas estabilizaram-se depois da morte do Jonas Savimbi. Na Guiné-Bissau os últimos acontecimentos têm-se traduzido numa má imagem do país face à comunidade internacional. A CPLP tem-se mostrado intransigente com a QUESTÃO GUINÉ, mas as autoridades nacionais não têm-se mostrado eficazes no que tange ao combate à instabilidade institucional no país.

3. O Campo de Concentração do Tarrafal e o transnacionalismo

“O poeta «da esperança duma múrmura flor de sangue» canta. E a sua voz firme e decidida faz-se ouvir em «Tarrafal em redor», «Tarrafal Interior» e «Tarrafal Lírico».

Sofre o desterro, o exílio! Mas nem a amargura, nem o desânimo o fazem sucumbir. Dentro dele, a chama da Liberdade, da Fraternidade e do Amor mantém-se viva, brilhante, dando-lhe Força para resistir, para lutar!” (Prefácio de Irene Guerra Marques em António Jacinto, 2000:13)

Não é objectivo deste subcapítulo escrever a história do Campo de Concentração do Tarrafal, mas sim, elucidar os processos da sua construção e os traços da vida quotidiana, marcada pela violência física e psicológica, dos seus principais ocupantes. O ambiente e os problemas que marcaram a vida quotidiana dos presos sem dúvidas são aspectos que merecem o respeito desta dissertação. Porque foi construído o Campo de

³⁹ Em 1992 aconteceu as primeiras eleições multipartidárias em Angola com a vitória do MPLA (com 50% dos votos). A UNITA não aceitou o resultado, entrando novamente no intenso conflito armado.

Concentração do Tarrafal? Quais foram as populações que o ocuparam nos dois momentos em que funcionou o Campo? Como eles viviam? São algumas interrogações que serão respondidas ao longo desta retrospectiva.

A conjuntura política na Europa era de grande instabilidade, com a vigência dos regimes totalitários fascistas e nazi. Pelas suas características, estes regimes, eram repressores dos mais elementares valores da Humanidade. Foram ganhando espaço na Europa que vivia momentos de grande instabilidade desde da Primeira Guerra Mundial.

Portugal não estava imune a este fenómeno, facilitado pelo clima de grande agitação social e política. A governação da burguesia mostrava-se esgotada, houve cisões entre os democratas-liberais e democratas-conservadores, e a consequente instabilidade governativa motivada pela situação catastrófica das finanças. A situação de instabilidade acelerou ainda mais a situação e isso justificou a tomada do poder do movimento a 28 de Maio de 1926 e sua subsequente perpetuação no poder.

O Movimento Operário organizado através do Anarco-Sindicalismo, o Partido Comunista e o partido Socialista⁴⁰ tentaram combater a ditadura que saíra do golpe de Estado militar de Maio de 1926, fazendo uso de todas as formas de contestações. Nesta luta ideológica, o regime de Salazar era implacável e intolerante para com qualquer tentativa de contestação. O regime salazarista usava instrumentos de censura e de perseguição, a Polícia Política de Vigilância e defesa do Estado (PVDE, mais tarde PIDE)⁴¹ para sanear a sociedade dos “corpos estranhos” e perniciosos ao Regime.

Foi com a agudização da situação social, com a consequente luta de classes que o regime mandou construir a “Colónia Penal” em Cabo Verde, conhecido posteriormente como Campo de Concentração do Tarrafal, encorajado pela situação política na Alemanha e na Itália. Antes do Tarrafal, o regime salazarista criou na ilha de São Nicolau, um Campo de Concentração que servira para o degredo dos oficiais do exército detidos na Revolução da Madeira de 1931. O projecto do Campo de São Nicolau foi preterido para o do Tarrafal de Santiago.

Para melhor compreender a História do Campo é necessário recorrer a dois momentos de funcionamento: o primeiro momento de 1936 a 1954. O Campo acolhe os opositores

⁴⁰ Por causa do regime corporativista, os partidos como o Comunista (PCP) ou o movimento anarco-sindicalista da Confederação Geral do Trabalho actuavam na clandestinidade ou no exílio. O Partido Socialista (PS) e o Integralismo Lusitano extinguiram-se em 1932-1933 por causa das pressões.

⁴¹ PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), criado em 29 de Agosto de 1933, substituído pela PIDE (Polícia de Investigação e Defesa do Estado), em 1945.

do regime fascista de Portugal; no segundo momento, 1961 a 1974, o Campo acolhe os nacionalistas africanos que lutavam pela Independência das colónias.

No que respeita ao primeiro período, foi com o Decreto-lei 26.539 de 23 de Abril de 1936, que o regime fascista português mandou construir o Campo. Surgiu no âmbito da reorganização dos serviços prisionais da Metrópole e como forma de “isolar” os opositores do regime fascista por serem “ «perniciosos» para o ambiente «desejado» ” (oliveira, 1987: 70). No documento lavrado nessa directiva, o Campo era designado como “Colónia Penal”⁴² e determinava a instalação do estabelecimento prisional na zona de Achada Grande e Ponta de Chão Bom, no Concelho de Tarrafal, a norte da Ilha de Santiago. O Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações (MOPC) elaborou, assim, uma planta constituída por diferentes pavilhões para diversos serviços e agrupamentos. O projecto apresenta uma cadeia de 1.700 hectares, ampliáveis, caso justificar.⁴³

A escolha do Tarrafal de Santiago não era inocente. Pois tinha todas as condições para se tornar o presídio num «inferno». Numa visita feita pelos técnicos do regime às ilhas de Cabo Verde, constataram que o Tarrafal de Santiago oferecia melhores condições para o intento que estavam a planear. Isto porque fica situado numa das mais inóspitas zonas de Santiago devido ao clima de insalubridade, com mosquitos na época da chuva e, na ausência desta, com um calor infernal. Ao contrário dos outros pontos da ilha, na zona do Tarrafal não abunda água potável. Por outro lado, o Tarrafal fica distante do principal centro urbano, a cidade da Praia.

Por causa do clima de revolta e de instabilidade na Metrópole o cargueiro *Luanda* trouxe os primeiros contingentes para o Tarrafal, durante onze dias de viagem, a 29 de Outubro de 1936. O *Luanda* era um cargueiro para carregar gados mas foi adaptado para levar os presos, num dos três porões adaptados para o efeito (Pedro, 2007:365). Chegaram à Baía do Tarrafal e seguiram sob vigilância da GNR, que os acompanhava, mediante os olhares curiosos dos populares. Nesta primeira leva, foram deportados

⁴² Nos documentos oficiais, a designação é “Colónia Penal” não “Campo de Concentração, como ficou vulgarmente conhecido. Havia referência num dos artigos, o 11.º, à designação “Campo de Concentração” quando se estipula que o campo fosse provisoriamente instalado na ilha de S. Nicolau. Os presos foram os que assumiram o termo por acharem que não havia diferença relativamente a outros Campos de Concentrações espalhados pelo mundo. (Nélida Brito, 2006:48).

⁴³ Para a aprovação do projecto, o Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, o Ministério da Justiça e a Comissão das Construções Prisionais acordaram positivamente sobre a construção do Campo. O Ministério da Guerra, da Marinha e da Colónia também participou na instalação e no seu funcionamento.

cerca de 150 pessoas. Na segunda, foram deportados 41 presos, em 1937. Nos períodos seguintes os presos nunca ultrapassaram os 25.

Sobre a memória da primeira fase, Gilberto Oliveira (1987), diz que “o campo era um retângulo de uns duzentos por trezentos passos, circundado por uma vedação feita à pressa, de arame farpado entrelaçado e fixado em toros de madeira, de pouco mais de dois metros de altura” (idem: 95). Fala igualmente da viagem, dos ocupantes e das suas origens:

“Os primeiros ocupantes do campo, à volta de 150, eram: os marinheiros da revolta de 8 de Setembro de 1936, aqueles que tinham condenações maiores (cerca de 35) de entre todos quanto tinham sido presos por ocasião da revolta; cerca de 60 que se encontravam nas prisões de Lisboa, Porto, Coimbra, etc., e que a PVDE queria ver longe das prisões; cerca de 40 que se encontravam em Angra do Heroísmo, e uns 20 elementos heterogéneos, entre os quais se contavam alguns portugueses radicados na Galiza, repatriados pelos fascistas espanhóis, indivíduos que, aliás, não tinham quaisquer antecedentes de actividade política” (idem: 70).

A maioria dos condenados eram os antifascistas de diversas profissões: os operários, camponeses, soldados, marinheiros das revoltas dos navios Dão, Bartolomeu Dias e Afonso de Albuquerque, estudantes, intelectuais, etc..⁴⁴

Estes presos eram submetidos a trabalhos forçados e mantidos em regimes de pressões físicas e psicológicas constantes. Os arrames farpados estavam preparados para servir de cerca numa circunscrição previamente estudadas para o efeito. Todos os trabalhos eram executados pelos presos sob a vigilância dos soldados angolanos⁴⁵ debaixo de sol abrasador.

A construção da “Colónia Penal”, neste primeiro momento, obedece a duas etapas de construção: a fase de tendas de lona, sem as mínimas condições de habitabilidade e de higiene (ver anexo: imagens 1 e 2); e a segunda fase na qual há a construção dos primeiros pavilhões de pedra e coincide com a chegada do famoso médico Esmeraldo Pais de Prata. As tendas de lonas não tinham condições de habitabilidade e de higiene.

⁴⁴ Nesta primeira leva encontram-se os participantes nas greves de 18 de Janeiro de 1934 e da revolta dos marinheiros de Setembro de 1936. Em termos de filiação política e socioprofissionais encontram-se os comunistas, os sindicalistas, anarquistas e outros antifascistas.

⁴⁵ Nélida Brito faz referência aos soldados e guardas de Angola que vigiavam os trabalhos dos presos e faziam parte da *Companhia Indígena Angolana*. Foi no Decreto n.º 26 539 de 23 de Abril de 1936, através do artigo 12.º, n.º1.º que o Ministério da Justiça nomeava todo o pessoal da Colónia. O art. 13.º referia-se especificamente à Companhia Indígena e aos respectivos oficiais que iriam prestar serviço no Campo (Nélida Brito, 2006).

No começo da construção não havia o posto médico, nem enfermeiros e nem refeitório. A iluminação era feita com petromax colocados em alguns pontos do acampamento, junto do arame farpado. Foram edificadas doze barracas de lona, com sete metros de comprimento e quatro de largura. Cada uma tinha a capacidade para alojar doze prisioneiros. O tempo de uso das tendas foi de dois anos, altura em que surgem os primeiros pavilhões de pedra.

Foram construídas quatro pavilhões, de alvenaria, abarracados, com um único pavimento, coberto de lusalite com 40 metros de comprimento por dez metros de largura. Os pavilhões foram construídos com a mão-de-obra cabo-verdiana. Os pavilhões foram designados pelas letras, A, B, C, D e todos eles foram bipartidos longitudinalmente. Os pavilhões B e C foram utilizados como dormitórios para os presos. Os pavilhões A e D foram utilizados para múltiplas funções. No pavilhão D, que se encontrava à esquerda de quem entrasse no campo, foram instaladas oficinas e o refeitório. O pavilhão A, que ficava à direita, foi destinado para a «Mitra»⁴⁶ que era o lugar onde eram alojados os doentes.

Outros espaços, igualmente importantes na vida dos presos, era a cozinha que ficava instalada perto da vedação de arame farpado, várias oficinas, o lavadouro e a casa de banho, onde os presos improvisavam chuveiros com latas perfuradas. Para as necessidades fisiológicas existiam as retretes que ficavam distantes dos dormitórios. Nas retretes não existiam nem uma gota de água nem um esgoto para arrastar os dejectos para uma fossa. Os dejectos eram colocados numa lata que era entornada no mar pelos próprios presos.

Há dois momentos que marcaram a vida dos presos nos primeiros dois anos no Campo: a chamada «brigada brava» e o «período agudo». A «brigada brava» foi nome dado ao intenso trabalho forçado que durou 45 dias sob intenso sol abrasador. Trata-se de um período que ficou na memória dos presos porque estes foram obrigados a carregar pedras e construir estradas, muros, nivelamentos do campo, etc., sob a vigilância dos carcereiros angolanos. Este período coincide com o mandato do Director João da Silva, conhecido por «Faraó»⁴⁷, um senhor rude e sem carácter. Este regime de tortura era contestado em Portugal e nas ilhas. O «período agudo» é relativo a 1937 e coincide com

⁴⁶A «Mitra» era a designação dada a um local onde punham os doentes em estado crítico e os convalescentes.

⁴⁷ João da Silva foi director do Campo de 1938 a 1940. Foi cognominado de *Faraó* devido à sua exigência de cumprimento rigoroso dos regulamentos. Era descrito como sendo de mau carácter, desonesto e de forte convicções fascistas. A sua administração foi considerada como a mais dura e cruel.

a intensificação das doenças, caso de paludismo, e situações relacionados com a insalubridade, água inquinada e má alimentação. Muitos presos foram contaminados, alguns morreram de doenças e da indiferença do médico, Esmeraldo Pais Pratas, o «Tralheira». Dizia ele que estava ali não para tratar de doentes, mas para passar certidões de óbito.

Quando uma pessoa morria no Campo, fazia parte do ritual a seguinte passagem administrativa: “por motivo de falecimento, é abatido ao efectivo da Colónia Penal o recluso [...]” (Firmo, 1978:157), frase repetida ao longo dos anos. Faleceram no Campo cerca de 30⁴⁸ reclusos entre 1937 a 1944 e vários padeceram de doenças várias. Oliveira (1987: 108) apresenta algumas estatísticas dos enfermos: no espaço de sete anos foram registadas 67 contaminações por biliosas, 14 das quais foram mortais; 52 casos de doenças pulmonares; 498 casos de paludismo; 56 casos de doenças de pele e mucosas provenientes de afecções do fígado em estado impaludados crónicos.

Como um mal nunca vem só, para além das doenças e outros elementos que alimentavam a precariedade, o Regime mandou construir a «frigideira» para impor disciplina bem como o reforço do isolamento já que se encontra 200 metros fora do Campo. A «Frigideira» era também conhecida como «Câmara de eliminação», a mais temível forma de castigo. Tratava-se de uma construção em cimento de 60 centímetro de lado por 1, 70 metros de altura completamente fechada, tendo como única abertura a porta de entrada e uma pequena fresta para entrar o ar e comunicar com o exterior. Antes de dar entrada na «frigideira», “o preso era despojado, à saída do campo, do cinto, das botas, do chapéu e de quaisquer objectos que levasse nos bolsos” (Firmo: 1978: 169). Este era o caminho para a morte, num isolamento que leva a questionar os valores da humanidade e cristandade do regime que se identificava como cristão. Os condenados à «frigideira» tinham direito a uma alimentação reduzida alternada com dias a pão e água e um balde para as dejeções. Depois de cumprirem o isolamento, “era verdadeiramente chocante: descalços, sujos, mirrados, desgrenhados, barbas hirsutas, cabelo sobre as orelhas, vestes esfarrapadas, pareciam seres evadidos da cela de tortura de um manicómio” (idem, 170).

Os presos não tinham direitos mas deveres, trabalhos forçados sobre trabalhos forçados, castigos corporais e outras formas de repressão. As disciplinas eram estritamente cumpridas. Quando o director entrava no Campo, o guarda de serviço anunciava a sua

⁴⁸ Os dados oficiais apontam para 37 mortos no Tarrafal (de 1936 a 1948). Depois da Revolução de Abril os corpos foram transladados para Portugal.

entrada com as pancadas no troço de carril à entrada do portão. Onde quer que os presos estivessem, era obrigatório tirar o chapéu e ficar em posição de sentido até ao toque de «à vontade». Os sucessivos directores do Campo eram pessoas formatadas pelo regime, por isso se pautavam por maus tratos. Inclusive alguns abusavam da condição de chefia para se apropriarem das encomendas dos presos para o seu consumo próprio ou para fazer negócio com os presos.

Os contactos com o exterior eram escassos, sendo-lhes frequentemente proibidas as trocas de correspondência com os amigos e familiares. As autoridades não levavam em conta o facto de muitos presos não terem sido julgados, ou terem há muito cumprido as penas. O tempo de prisão dos 340 reclusos somou dois mil anos, cinco meses e onze dias. Trata-se de um tempo desperdiçado pelos presos em período de calabouço, durante o qual podiam estar a desempenhar os papéis sociais de que há muito tinham sido privados.

A vida no Campo dependia de personalidades dos seus directores. Uns mais desumanos e sem escrúpulos e outro de espírito mais aberto. Quando Olegário Antunes foi director do Campo (1940 e 1943) a vida quotidiana dos presos melhoraram consideravelmente. Foi nessa altura que os presos organizaram a «biblioteca», com a entrada de livros e papéis, houve melhoria da alimentação e começaram a praticar futebol, voleibol, basquetebol e andebol. Também nesse período, os presos organizaram «jogos florais», sessão de fado e encenaram peça de teatro que era uma paródia a Hitler e Mussolini.

O Campo do Tarrafal foi um «laboratório» de sobrevivência, de «selecção natural» dos organicamente mais aptos para resistirem e contarem história. Infelizmente muitos não tiveram essa sorte, os seus organismos foram fracos. Os que sobreviveram escreveram as suas memórias para contar a dureza da vida no Campo.

Apesar da intensa e persistente campanha de denúncia internacional contra os campos de concentração, incluindo o do Tarrafal, após a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, o último preso português só saiu do Tarrafal em 1953⁴⁹, deixando atrás de si, num cemitério não muito longe do Campo, 37 companheiros, incluindo o primeiro Secretário-geral do Partido Comunista Português, Bento Gonçalves.

⁴⁹ Francisco Miguel, membro do Partido Comunista, foi o último preso político português a sair do Tarrafal, em 31 de Janeiro de 1953.

Com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, as pessoas levantaram as suas vozes na Metrópole⁵⁰, com várias manifestações em Lisboa, Porto, Coimbra e outras regiões do país, reclamando a democracia e a libertação dos presos do Tarrafal (ver anexo nº). De Outubro a Dezembro de 1945 aconteceram inúmeros movimentos de Oposição Democrática, tentando forçar Salazar, mediante a pressão internacional, à extinção do Campo de Concentração do Tarrafal. Por causas desses ecos de revolta, alguns presos tiveram de regressar à Metrópole para serem julgados.

É de referir que nesta primeira fase de funcionamento do Campo foram construídas algumas infra-estruturas, alguns construídos com «trabalho forçado dos presos». A vivenda dos directores da Colónia, as estradas, a central eléctrica, a parada da companhia indígena, os três edifícios destinados aos oficiais e sargentos, as casernas dos soldados, a cozinha e os depósitos de material, três barracas de madeira, suspensas no ar, assente em pilastras de um metro de altura.⁵¹ Nas plantas do Campo (figuras 1 e 1 do subcapítulo 3) são perceptíveis as várias instalações com as respectivas legendas. As construções das instalações aconteceram de forma faseada e prolongou-se até a segunda fase do Campo.

A luta de libertação das colónias portuguesas em África motivou a reabertura do Campo a partir de 1961, já com a designação do «Campo de Trabalho Forçado», desta feita para acolher os nacionalistas que queriam a independência de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, nomeadamente os representantes dos principais movimentos de libertação, caso do PAIGC e vários membros integrantes do MPLA, da FNLA e da UNITA.

Foram ao todo 238 jovens que foram desterrados dos seus lugares de origem para cumprirem penas no Campo. Entre os presos políticos cabo-verdianos que eram sete, alguns tinham feito parte do assalto ao Navio, *Pérola do Oceano*⁵².

O clima de violência continuou, mas com a nova direcção recorrendo à vigilância das unidades de forças coloniais: PSP, de Cabo Verde, PSP de Angola, os guardas auxiliares cabo-verdianos e uma companhia do exército colonial, composta por soldados

⁵⁰ Os dias 8 e 9 de Maio de 1945 foram importantes na medida em que o povo oprimido da Metrópole levantara as suas vozes contra o regime exigindo a democracia e a libertação dos presos.

⁵¹ As construções em madeira foram copiadas do modelo bungalows ingleses. Essas construções vieram da Alemanha no âmbito da construção do Campo em São Nicolau. É nesse modelo de construção que está instalado o serviço administrativo do Campo.

⁵² *Pérola do Oceano*, navio a motor que fazia a ligação marítima entre Praia e Fogo. Este navio fora assaltado no dia 20 de Agosto de 1970 por 12 homens armados de pistola, punhais e cassetes. A intenção era chegar ao Senegal para se juntarem aos militantes do PAIGC. Por conluio com o senhor José Borges, o testa de ferro ao serviço da PIDE, os organizadores de assaltos foram surpreendidos pela PIDE e foram presos no Campo de Concentração do Tarrafal.

portugueses e por um tenente que controlava o complexo prisional (Martins, 1990:142). As normas continuavam a ser repressivas e humilhantes. O castigo mais severo era o isolamento na “holandinha” que substituiu a “frigideira”, um sítio hermético construído dentro do Campo. A “holandinha” tinha a mesma função da instalação anterior, a “Frigideira”: isolar para matar aos bocados.

As movimentações na Metrópole estavam acesas. Gritos de protestos, sublevações populares, pressão internacional, entre outros factores, foram determinantes para o derrube do regime do Estado Novo. A Revolução dos Cravos – 25 de Abril de 1974 foi marcante nesta história, na medida em que definiu o destino do Campo de Concentração e das colónias. O Campo foi encerrado no dia 1 de Maio de 1974⁵³ e a tomada de independência dos povos das colónias aconteceu nos períodos seguintes.

Hoje, quando se fala do Tarrafal vêm sempre as lembranças dos que tomaram no Campo e dos que resistiram às pressões para poderem viver em Liberdade. No cemitério do Tarrafal ficaram os corpos de 37 dos prisioneiros que ali morreram, vítimas de doenças e maus tratos sofridos. Foi necessário esperar para depois do 25 de Abril de 1974 para transladar os seus restos mortais para Portugal, jazendo num Mausoléu Memorial no cemitério do Alto de S. João. O Tarrafal é mais do que um lugar, é a memória e o projecto em potência dos povos que acreditaram que um dia seriam compensados com a liberdade.

O rigor analítico exige que atenda também aos acontecimentos pós-Campo de Concentração do Tarrafal. O processo da luta e a consequente conquista da Independência de Cabo Verde não foi harmoniosamente aceite no seio da comunidade cabo-verdiana. Após o encerramento oficial do Campo, a 1 de Maio de 1974, a estrutura prisional ainda recebeu os opositores do projecto do PAIGC entre Dezembro de 1974 e Julho de 1975. O investigador Vicente Lopes sustenta que:

"Essas pessoas, por se oporem ao PAIGC, foram presas, por pressão desse partido, pelas autoridades portuguesas e colocadas sob custódia das Forças Armadas. Isto, portanto, durante o governo de transição, que é empossado poucos dias depois dessa detenção. Aos poucos essas pessoas foram sendo soltas. A maioria acabou por se fixar em Portugal", (José Vicente Lopes, citado em FORCV.com: 6/06/2010).

⁵³ Um facto interessante aconteceu com o encerramento do Campo no dia 1 de Maio de 1974 quando milhares de pessoas de todos os cantos de Santiago se juntaram à população de Tarrafal e tomaram de assalto o presídio, libertando um número significativo de presos, nomeadamente cabo-verdianos, angolanos, guineenses...

Passado largos anos, o Campo de Concentração estava abandonado. A sua importância histórica chocava com a apatia das autoridades cabo-verdianas e portuguesas. Paredes a caírem, existência de animais à solta, as plantas serpenteavam as paredes e tapavam as vistas, parecia mata.

Com o vento da democracia, influenciado pelo fim da guerra fria, o interesse para a conservação e valorização do Campo voltaram. Há um consenso de que o Campo deveria ser um museu condigno para valorizar os esforços dos que tomaram para lutar contra o fascismo, a liberdade e a independência. É sem dúvida um espaço que testemunha a transnacionalidade dos valores da Humanidade.

Ser um espaço de crítica e de reflexão sobre os valores da Humanidade e da sua vocação global serão elementos mais do que suficientes para evocar e materializar um Museu desta natureza. Ser espaço global feito de experiência transnacional. A sua história aponta para isto mesmo.

4. Portugal e as colónias: os traços que ficam

A descolonização trouxe novos ares em termos das relações entre os países historicamente colonizados e o colonizador. Os países resolveram os problemas da descolonização à força das armas e de um intenso trabalho diplomático internacional. As independências dos Países Africanos da Língua Portuguesa foram progressivas, mas todas aconteceram num clima de grande agitação política e social. Portugal, por ser a última potência europeia a conceder as independências, teve no início algumas dificuldades em reatar relações com as ex-colónias, nomeadamente entre o período de 1975 e o final da década de 80⁵⁴, pelo facto das posturas ideológicas seguidas por esses países, a postura antidemocrática com forte aderência ao marxismo-leninismo, a entrada de Portugal na CEE e a mágoa relativa ao processo da descolonização de alguns portugueses são alguns factores que dificultaram esse processo.

Com o fim da guerra fria (extinção da União Soviética, em 1991), as relações entre Lisboa e os cinco países lusófonos da África tornaram-se mais estreitas. A via

⁵⁴ Sobre este aspecto, não quero dizer que não houve tentativa de reatamento de relações com as ex-colónias, inclusivamente o General Eanes, presidente da República entre 1976 e 1986 é considerado o principal responsável da reaproximação com a África.

democrática é o tal vento de mudança que os cinco Estados da África de expressão portuguesa escolheram para organizar a sociedade. Nesta conjuntura, o desenho da nova geopolítica portuguesa e dos cinco países assentaram em novos moldes, numa relação mais próxima e numa reaproximação com base no projecto da Comunidade da Língua Oficial Portuguesa. O momento oportuno era perceptível na expressão “ é hora de regressar a África” do ex-Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Actualmente a relação Portugal/África dos PALOP é manifestamente positiva. As valências dessa relação, nos aspectos informais e formais, encontram-se materializadas em algumas iniciativas no âmbito da cultura (promoção da Língua Portuguesa), económico e político. Os laços afectivos e nostálgicos ainda existem dos dois lados, estão presentes nos meios de comunicação social, nas notícias sobre a África dos PALOP, nos fóruns da internet e programas que procuram dar conta da marca portuguesa na África e no Mundo.

Trata-se de uma relação feita de construção histórica cuja herança se encontra espelhada nos patrimónios tangíveis e intangíveis. No que respeita ao património intangível, a língua portuguesa é sem dúvida um grande activo cultural de herança colonial. A sua importância é fundamental como veículo de expressão dos povos. Amílcar Cabral dizia que a língua portuguesa é o património de capital valor que a colonização legou a Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Diria mesmo, ao mundo, porque em termos de implantação geográfica, é a quinta língua mais falada do mundo. A língua portuguesa é o elo de comunicações interétnicas em países como Angola e Moçambique, com especificidades próprias no que tange às diversidades étnica-linguísticas. Se não fosse a língua portuguesa, a comunicação seria difícil ao nível do entendimento interétnico. Daí que a língua portuguesa seja um instrumento identitário muito forte. Cada vez mais a língua portuguesa serve o projecto de comunidade da CPLP. O debatido Estatuto do cidadão lusófono é uma tentativa de aproximar os cidadãos ao projecto da CPLP.

A CPLP representa a “comunidade imaginada” onde estão sedimentados os sentimentos de pertença e as narrativas e activos culturais que reforçam a identidade dos povos no espaço lusófono. O sentimento de pertença, espelhado na língua e outras formas de expressão, constitui um círculo de consenso e de entendimento sobre o passado histórico que liga os países da lusofonia. Esta associação ou “comunidade imaginada” institucionalizada encontra-se enraizada em práticas administrativas, económicas, culturais e sociais de uma mesma vivência histórica e tem como objectivos a

cooperação política, o desenvolvimento e a afirmação da língua e das culturas dos seus Estados membros.

Portugal é uma sociedade multicultural, onde se congregam pessoas de várias latitudes que tendem a reforçar o sentimento e o espírito de uma pertença global. As imagens de África estão presentes nos eventos passados e presentes. No que se refere ao passado colonial, as referências às viagens pelo mundo e às relações com as antigas colónias portuguesas surgem como um forte elemento da cultura urbana. As toponímias das cidades são elementos que remetem para a herança colonial nas cidades portuguesas. Nomes como Ruas de Cabo Verde em Odivelas, de Guiné-Bissau em Viana de Castelo, de Angola em Cacém, são testemunhos da herança de África em Portugal. Isto sem falar dos casos de mestiçagem e de criouliização da cultura portuguesa. Nos países africanos, a presença colonial é visível nos monumentos, nas toponímias e no imaginário rural e urbano.

Com a descolonização, as visibilidades da cultura africana em Portugal foram ganhando espaço nas épocas mais recentes. Muitas iniciativas culturais foram ganhando lugar nos espaços urbanos, são numerosos quer com espaços de diversões, quer lojas onde se comercializam produtos que representam valores culturais de várias etnias.

As organizações de eventos que espelham as vivências multiculturais têm sido um grande contributo na aproximação das pessoas das diversas comunidades, com os seus valores locais espelhados nas músicas, culinárias, religião, etc. O projecto «Mundos Locais» em Lagos é uma prova da vivência multicultural que explora a relação entre o local e o global. Trata-se de um projecto artístico que explora as experiências de viagem, de diáspora e a deslocação nos processos identitários da cultura e da nação. Um projecto de comunidade imaginária que espelha o sentido da localidade e a sua relação com o global.

O projecto do centro cultural africano África.CONT é uma tentativa de trazer o continente africano para Portugal, com os diversos traços culturais dos países da África Lusófona. Por outro lado trata-se de um projecto que enquadra a política pública da multiculturalidade da sociedade portuguesa. Uma abordagem que reflecte o sentido da localidade no contexto global, um espaço de consenso e de reflexão crítica.

Se o colonialismo trouxe novos atributos aos espaços das colónias, também não são de negligenciar os novos contributos que aconteceram com a descolonização. Assiste-se a um incremento das actividades culturais dos africanos em Portugal que vem reforçar o mosaico cultural num processo constante de fazer, refazer e de transformação. Nessa

aproximação assiste-se a um aumento de consciencialização dessas ideias, ao ampliar as possibilidades de migração, de tradução e permuta cultural. A antiga relação centro-periferia, fruto da hegemonia colonial, é substituída pelo novo modelo de descentramento a vários níveis: do indivíduo (multiplicidade de identidades); ao nível geográfico (com o progresso tecnológico que comprime as distâncias) e o nível cultural (no multiculturalismo). A descolonização trouxe uma nova forma de tradução cultural, alterando a anterior relação “Nós” e “Outros” para se tornar num “nós” sem distinção da cor, credo, cultura, etc. Este processo é muito positivo na medida em que desarticula as identidades supostamente estáveis do passado para criar novas abordagens identitárias, abertas, múltiplas, em permanente processo de reconstrução.

Os usos das novas tecnologias têm aproximado e construído “comunidades imaginadas” em diversos «palcos do mundo». A Internet apresenta-se como terreno profícuo para mostrar como a identidade tem sido uma “celebração móvel”, em constante formação e transformação em relações às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2000:13). O sentimento comum de rejeição em relação ao fascismo português e ao processo de desterro para o Tarrafal de Santiago, manifesta-se nessa comunidade imaginada que envolve diversos sentimentos e pertenças. Têm proliferado fóruns na internet, blogues que se especializam sobre o tema, músicas alusivas ao fenómeno, tudo numa tematização assente nos valores que valorizam a união e a defesa dos Direitos Humanos.

A construção de um museu empenhado na defesa dos Direitos Humanos e que representa uma identidade multinacional deve ser uma aposta em que os Estados membros se devem empenhar sem receios porque irá reforçar o espírito da comunidade. Este museu da comunidade, como o vou delinear nas páginas seguintes, deverá usar a identidade da lusofonia para construir e articular consensos no espaço da Comunidade.

Capítulo III

O Museu da Resistência transnacional e um breve olhar sobre o panorama museológico de Cabo Verde.

1. Museu da Resistência: Museu transnacional

"É que nestas paredes estão guardadas histórias de pessoas e de povos de Angola, de Cabo Verde, da Guiné Bissau, de Portugal, escritas com suor, sangue e lágrimas, que adubaram o chão da luta e fermentaram os ideais da independência nas ex-colónias portuguesas e da resistência antifascista em Portugal. Este Campo é Património de toda uma Humanidade em luta contra o fascismo e todas as formas de totalitarismo", (José Maria Neves, primeiro ministro de Cabo Verde, em Simpósio no Tarrafal).

A conversão do Campo de Concentração num museu deve ser entendido como um compromisso do passado para com o futuro. Sendo o tempo uma incógnita, o futuro do Museu da Resistência dirá sobre o seu uso e destino. Ao comparar o Campo de Concentração com o agora Museu da Resistência pode-se argumentar que este espaço de memória conquistou o simbolismo de ser um espaço de reflexão crítica.

Antes de caracterizar o Museu no seu estado actual seria melhor enquadrá-lo em termos espacial e institucional. O Museu da Resistência fica situado no Concelho do Tarrafal. Este situa-se a norte da cidade da Praia (75km), com 112, 4 km² e uma população estimada de 20.000 habitantes. O Concelho do Tarrafal, actualmente elevado à categoria de cidade, possui grandes potencialidades turísticas, é portador de belas praias de areia branca. Em pleno Chão Bom encontra-se o Campo/Museu da Resistência, uma construção imponente no contexto local. Depois de largos anos ao abandono, o Campo foi classificado como património nacional segundo a Resolução nº 33/2006 de 14 de Agosto. A sua importância histórica e civilizacional é o motivo de tal distinção. O

Campo/Museu é tutelado pelo Governo, sendo a responsabilidade da sua gestão e conservação atribuída ao Instituto de Investigação do Património Cultural (IIPC).

Em termos analíticos vou dividir o funcionamento do Museu da Resistência em duas fases: a primeira fase que coincide com a sua inauguração, em 2000 na pessoa do Primeiro-ministro Gualberto do Rosário, após o trabalho de beneficiação do espaço da parceria da Secretaria do Estado da Cooperação Portuguesa; a segunda fase, mais recente, coincide com a realização do Simpósio sobre os Trinta e Cinco anos do Encerramento do Campo. Nesta categorização, como vamos ver os funcionamentos do Museu são substancialmente diferentes.

No que respeita a primeira fase, o Museu funcionava numa pequena galeria da exposição de madeira situada na parte exterior do Campo (ver anexos n.º 28). A instalação interior do presídio servia somente para as visitas e romaria. Os acervos da galeria da exposição eram constituídos por fotografias em ponto grande que representavam os antigos presos políticos portugueses, os vestuários dos reclusos e os capacetes dos guardas e alguns documentos que faziam parte dos processos dos reclusos. É notória nesta exposição a grande predominância de informação e referências ao primeiro período de funcionamento do Campo (1936 a 1954). Em termos do processo de montagem da exposição, notava-se maior ênfase no conteúdo, isto é, mais informações escritas do que objectos.

A segunda fase do Museu resultou do Simpósio Internacional sobre os 35 anos do encerramento do Campo. Este evento foi realizado durante o mês de Abril a um de Maio de 2009. Na programação do evento, para além de palestra alusiva ao Evento, foi montada uma exposição intitulada “Memória do Campo de Concentração do Tarrafal” que ainda se encontra patente no Museu.

O Simpósio Internacional da comemoração dos 35 anos do encerramento do Campo foi sem dúvida muito importante. Depois dele o Museu ganhou mais duas galerias de exposição ainda que apesar da maioria dos documentos sejam reproduções de fotografias. No plano das intenções ficou assente a materialização de um projecto museológico com alguma dignidade. O valor histórico e simbólico, bem como o carácter transnacional, do Campo foram os argumentos referidos a ser usados na possível candidatura à Património da Humanidade.

No encontro Internacional, contou com a presença dos antigos presos políticos de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Portugal e outras personalidades do mundo da política e da investigação. Contou com o alto patrocínio da Fundação Amílcar Cabral, da

Fundação Mário Soares e do Ministério da Cultural de Cabo Verde. A Fundação Amílcar Cabral, no quadro deste encontro, pretende cumprir os seguintes objectivos: a recolha de testemunhos e documentos relativos à existência e funcionamento do Campo e apresentar e discutir um projecto museológico transnacional. A criação de uma base de dados com fins de investigação será uma das apostas saídas deste Evento. Segundo Álvaro Dantas⁵⁵, a criação da base de dados deverá incidir sobretudo sobre as informações da segunda fase do Campo uma vez que estas se encontram dispersas.

As declarações saídas deste Encontro Internacional constituem uma síntese dos planos de intenções e dos discursos dos oradores convidados. A necessidade de preservar a memória e de criar um museu condigno que envolva outros parceiros internacionais são as principais conclusões saídas deste Encontro.

Os principais parceiros do projecto assumiram que o Museu tem como principal missão constituir-se como um espaço de debate, interpretação e salvaguarda da memória e da identidade ao serviço da Humanidade.

No processo de produção museográfica foi usada duas selas do Campo para servir de galeria da exposição. Trata-se da memória política de Portugal, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau que em termos da historiografia contemporânea é sem dúvida “matéria-prima” de grande valor. As duas galerias de fotografias retratam o Campo nas suas duas fases. Os vários painéis de suporte da sala (1) retratam o processo de construção do Campo, a vida quotidiana dos reclusos, uma réplica da «frigideira», instrumentos musicais e outras actividades dos reclusos. Esta galeria sintetiza os dois períodos do funcionamento do Campo. A sala (2) retrata os antigos presos políticos africanos em painéis policromo para distinguir as nacionalidades dos presos, há uma réplica de «holandinha», os vestuários de caqui e as reproduções dos processos dos presos dispostos nas mesas.

Apesar deste pequeno ganho, o Museu ainda não tem um corpo de colecções estruturado e sistematizado, carece ainda de recursos humanos, dos Serviços Educativos, de reservas técnicas, de Serviço de Documentação, etc. Apesar de alguma encenação inaugural e de visibilidade em termos institucionais com a consagração deste como “lugar de memória transnacional”, o Museu ainda se encontra dependente das vontades políticas dos governos e de outros parceiros internacionais. Tendo em conta o impasse que alimenta a imobilidade do Museu da Resistência, seria bom que o seu estatuto

⁵⁵ Álvaro Dantas, antigo Preso Político e presidente da Comissão científica para a realização do Simpósio. Citado na agência Lusa...

mudasse e passasse a Património da CPLP. Assim, os parceiros da Comunidade trabalhariam com mais afinco na materialização do projecto.

Em termos da arquitectura, este edifício prisional de estrutura monumental evidencia soluções técnicas próprias de uma prisão de alta segurança, composta por vários compartimentos de paredes robustas circundadas por arame farpado. No extramuros do Campo encontram-se várias instalações que serviam de abrigo e de apoio logístico ao Campo. Algumas das instalações encontram-se actualmente ocupadas por famílias que tem a suas residências e as restantes encontram-se em estado degradado. Urge recuperar o complexo prisional e dar novas valências a esses espaços.

Para quem visita o Museu, o primeiro impacto é a sua estrutura monumental, o silêncio e muita apreensão de espírito. Uma estrada tosca leva ao Museu e desemboca no serviço administrativo, antiga galeria da exposição. No portão da entrada existe uma placa que mostra o mapa e outras informações sobre o funcionamento. Depois de ter entrado no Museu, o primeiro edifício que aparece é a enfermaria ou posto de socorro, um pequeno espaço em bom estado de conservação. Trata-se de uma mini-galeria com a fotografia do médico sanguinário, Esmeraldo Pais de Prata e outras listas dos médicos que passaram pelo Tarrafal.

Na ala direita fica instalada as celas dos reclusos⁵⁶ de Angola e Guiné-Bissau servindo actualmente de salas de exposição (S1 e S2). Existe igualmente, a lavandaria e a casa de banho, a retrete e a sala de leitura; na ala esquerda é composta por compartimentos que albergaram os presos políticos de delito comum cabo-verdianos, a latrina, a cela disciplinar, a oficina, refeitório e o compartimento dos presos de delitos comuns, a cela disciplinar, a «holandinha». Estes edifícios são elementos *in situ* que testemunham as tragédias nacionais e internacionais que aparecem omnipresentes nas paredes, nos arames farpados, nos portões, etc. São auxiliares de memórias que testemunham a fase negra de um período que não se podia expressar. O sítio retrata as emoções sociopolíticas de uma época marcada pela privação da liberdade, pelo trabalho forçado, pelas agressões físicas, etc., que surgem visíveis nas paredes, nos compartimentos que testemunham histórias individuais e colectivas dos momentos do presídio.

A história do Campo de Concentração é motivo de inúmeras actividades e exposições itinerantes. Foram realizadas na cidade da Praia pelo menos duas exposições sobre o Campo de Concentração: a primeira em 2007 intitulada “O Campo de Concentração do

⁵⁶ Esta descrição diz respeito a segunda fase já que o enquadramento e a especialização funcional do espaço se restringe a essa fase. Acredito que no projecto mais desenvolvido se enquadre essas duas fases.

Tarrafal – Documentação Histórica” foi organizada pelo Instituto do Arquivo Histórico Nacional; a segunda realizada em 2009, foi organizada pelo ACEP no Arquivo Histórico Nacional. Na ilha de São Vicente, concretamente no Centro Cultural do Mindelo, esteve patente uma exposição fotográfica e textual composto por 42 painéis. Esta exposição que esteve patente durante todo o mês de Maio de 2009 foi organizada pela Fundação Amílcar Cabral.

Numa perspectiva desterritorializada, o Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, Portugal realizou uma exposição intitulada “ Tarrafal. Memória do Campo de Concentração do Tarrafal.” Numa retrospectiva feita de imagens que retratam o processo de construção e a vida quotidiana no Campo, a exposição esteve patente de Abril a Agosto de 2010. Esta exposição do Museu do Neo-Realismo é uma extensão da exposição ainda patente no Museu da Resistência do Tarrafal, com alto patrocínio da Fundação Mário Soares e Fundação Amílcar Cabral.

Em termos de actividade para o público, o Museu da Resistência tem estado aberto para visitas às instalações e às galerias de exposições. Na pessoa do seu coordenador, João da Mata, o Museu tem promovido visitas de estudo com as escolas do Ensino Básico Integrado (EBI) de vários concelhos da ilha. Tendo em conta o considerável interesse manifestado por muitas escolas pelo Museu é urgente promover programas de acção educativa de forma organizada e alargada aos públicos escolares de todo o país e não só. As visitas guiadas às oficinas pedagógicas temáticas, tirando naturalmente partido do ineditismo do espaço, para a exploração dos valores sociais e dos Direitos Humanos, serão uma das componentes fundamentais do projecto educativo.

- Holandinha
- Latrina
- Lavandaria
- Cella Disciplinar
- Oficina
- Refeitório
- Presos Políticos de Cabo Verde
- Presos de Delito Comum
- Posto de Socorro
- Cozinha
- Cella
- Celas de Presos Políticos
- Sala de Leitura
- Aquartelamento dos Guardas Militares
- Director
- Administração do Campo

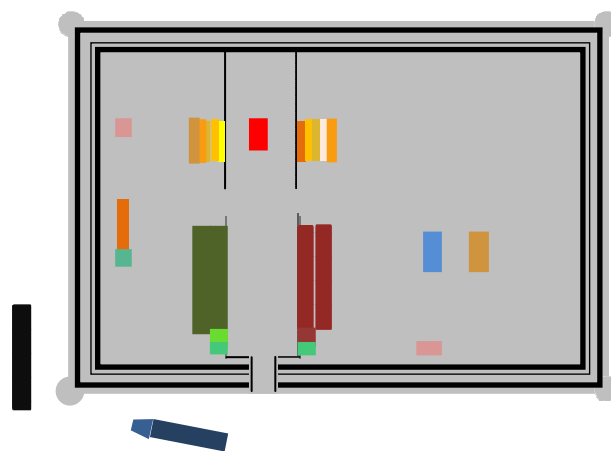


Imagem 1. mapa do Campo

2. Um olhar sobre a exposição: espaço e experiência biográfica

“Exposição é um acto político. O patrocínio é um acto político. A curadoria é um acto político. Trabalhar num museu é um acto político.” (Ames citado por Duarte, 1997:108).

Feita a apresentação do Museu e dos processos que estiveram na sua criação, agora é o momento de fazer uma abordagem crítica da apresentação museográfica do Museu. Como foi dito anteriormente, as condições materiais do Museu não são as melhores e o processo da sua produção museográfica está politicamente situado, isto é, ocorreu no contexto do Simpósio Internacional que teve lugar neste lugar de memória.

A crítica às exposições fica relativizada porque o projecto museológico e museográfico que se almeja acontecerá futuramente. Por outro lado, não tive nenhuma conversa com o curador da exposição, pelo que a minha abordagem se cingirá à da observação directa da exposição do Simpósio.

Na produção museográfica do Simpósio o enquadramento da historiografia do Campo atende às duas fases que lá funcionaram. Na primeira galeria (sala 1) apresenta-se todo o enquadramento historiográfico das duas fases e na segunda galeria (sala 2) são representadas as personalidades africanas que estiveram presos no Campo. Por causa do Simpósio o destaque centrou-se nos movimentos independentistas, mais do que nos Resistentes antifascistas portugueses.

Os espaços da exposição servem de auxiliar de memória aos sobreviventes do infortúnio e a exposição é um mecanismo que ajuda à rememoração. Vou concentrar-me nas duas salas da exposição (sala 1) e (sala 2) e depois abordarei a mini- galeria (sala 3). A sala 1 era a antiga cela dos presos angolanos. Nela estão 40 painéis distribuídos ao longo das paredes da sala. Os painéis do lado esquerdo da parede retratam a primeira fase do Campo. A exposição começa com o painel de enquadramento onde se pode ver: a ordem de Salazar para a criação do Campo em 1935; o decreto-lei n.º 26 539 que cria o Colónia Penal; a primeira leva dos presos de 29 de Outubro de 1939; o encerramento do Campo, em 1954; a 2ª fase do Campo com reabertura a 17 de Junho de 1961 com o nome de Campo de Trabalho Forçado de Chão Bom (Portaria nº 18 539). Em seguida descrevo alguns dos painéis com informações mais significativas. No segundo painel representada os primeiros momentos da vida no Campo. Nota-se que o Campo encontrava-se em construção: concentração de tendas cercadas por arrame farpado, as primeiras instalações para a administração do Campo e a paisagem da baía do Tarrafal.

Neste painel, os textos e as imagens estão reproduzidos no painel realçado com cores diferentes: o texto de enquadramento está inscrito num fundo verde, as imagens do Campo estão a preto e branco e as fotografias dos processos estão representadas a cores. É de realçar que todos os painéis estão marcados com as chancelas da Fundação Mário Soares e da Fundação Amílcar Cabral e são carimbadas com elemento iconográfico, arrame farpado e o nome Tarrafal. No terceiro painel estão representadas três fotografias dos reclusos, as imagens da sela com camas e roupas amontoadas a preto e branco e, as fotografias dos processos. No painel de fundo verde estão sobrepostos outros textos de cores, azul e cinza. Outra imagem representativa do Campo é a «frigideira», no sexto painel: está inscrita com textos e dois guardas de vigília. Neste painel, os textos e as imagens estão igualmente reproduzidas com os mesmos processos dos painéis anteriores. Como forma de homenagear as memórias das vítimas, está inscrita uma extensa lista seriada dos 307 nomes dos presos portugueses que passaram pelo Campo do Tarrafal. Finalmente no último painel é dedicado à vida quotidiana no Campo com as imagens de um jogo de xadrez e de um violoncelo com os textos colados no painel para servir de enquadramento.

Os painéis com elementos iconográficos, legendas e textos informativos corridos representam as soluções expositivos encontradas para retratar a história do Campo. É de se salientar que na sala 1, a nível iconográfico recorreu-se essencialmente à reprodução, ampliada de vários formatos e cores.

Como se vê nas imagens (2) e (3) as histórias são narradas através de várias intertextualidades nos painéis de grande porte. Os textos são colados consoante as informações para que as imagens remetem.



Imagem 2. Sala 1: Painel de enquadramento com as cronologias dos acontecimentos.

Imagem 3. Sala 1: vista panorâmica da sala do lado esquerdo.

Os painéis do lado direito da sala retratam a segunda fase do Campo. Nesta abordagem expositiva, encontram-se representados os processos sociopolíticos que envolveram a luta armada, as fotografias dos presos, o momento da libertação dos presos políticos, as listas seriadas dos nomes dos antigos presos políticos que estiveram presos no Campo. Recorreu-se ao mesmo suporte cénico para “contar” a História do Campo.

Na sala 1 encontram-se ainda expostos os artefactos que marcaram a vida no Campo. Na vitrina de vidro encontram-se três capacetes dos guardas do Campo e um bandolim que pertencia a um dos presos do Campo. Na mesa que se segue, encontra-se uma réplica da «frigideira».

No que respeita à sala 2, a sua extensão é igual à primeira sala e nela as imagens dos painéis representam os antigos presos políticos africanos. As cores dos painéis são identificativas das nacionalidades desses presos. Os painéis das personalidades africanas estão dispostos ao longo das paredes, na da direita, em linha contínua e na da esquerda, alternadas pelas janelas gradeadas, por onde entra a energia solar. Atente-se na imagem (4).



Imagem 4. Vista panorâmica da sala 2. Os painéis com as personalidades africanas identificados com cores diferentes.

Nos painéis de cor verde-escuro são representadas as personalidades sobreviventes de Angola. São oito painéis de fotografias cruzados com os testemunhos sobre a sua experiência no Campo. A cor verde-alface pertence à nacionalidade guineense. São

visíveis do lado direito cinco painéis. E, finalmente, a cor vermelha serve de suporte às personalidades cabo-verdianas. Na parede da esquerda encontram-se dispostas alternadamente com as janelas os restantes dois painéis de Angola, da Guiné e de Cabo Verde. Ao longo da sala, disposta as mesas/vitrinas que mostram os processos dos reclusos, as listas das doenças, listas dos presos e os tempos de prisão, uma réplica da «holandinha»,⁵⁷ e ao fundo da sala duas vitrinas que mostram os vestuários dos presos e os capacetes dos guardas.

O objectivo central desta exposição, para além do seu cunho político acentuado, é valorizar mais as informações sobre os processos sociopolíticos relativos à criação e o funcionamento do Campo. Isto é, favorece mais o conteúdo descritivo do que a materialidade dos objectos.

Como foi dito anteriormente, o Simpósio Internacional foi o enquadramento institucional em que surgiu esta exposição. É a comemoração dos 35 anos do encerramento do Campo de Concentração que lhe dá origem. A exposição tem um fim, marcado para um novo projecto mais desenvolvido.

A maioria dos documentos apresentados pertence às colecções da Fundação Mário Soares. Pelas imagens nos painéis nota-se que o curador fez uma selecção minuciosa dos documentos para a exposição, preocupando-se em obter uma abordagem representativa de todos os documentos. Saliente-se que as informações relativas à segunda fase do Campo encontram-se dispersas pelo que é urgente a sua recolha com vista à posterior organização e sistematização. Alguns documentos que testemunham essa segunda fase da repressão colonial encontram-se na posse do antigo preso político cabo-verdiano, Pedro Martins, Presidente do ACEP.

Regressando à análise da exposição, verifica-se que o curador optou pelos critérios cronológicos e formais. Esta postura vê-se na mistura dos painéis e com os artefactos existentes nas vitrinas.

A exposição do Museu da Resistência é feita através de elementos históricos específicos, cuja função é desencadear a rememoração dos acontecimentos. Estes elementos relativos ao tempo e ao espaço do Campo de Concentração remetem para os antecedentes do movimento da resistência, aos processos legislativos e a outros eventos de resistências ligados com o Campo de Concentração de Tarrafal. As fotografias nos

⁵⁷ A legenda sobrepõe-se ao objecto, tirando todo o valor ao objecto.

painéis, os documentos soltos que constavam dos processos dos reclusos, os instrumentos musicais, os capacetes, etc., são materiais que no espaço do Museu dão forma a construções memoriais que contrariam o esquecimento. Estes signos que servem à descodificação da memória, percorrem as existências dos indivíduos.

Nesta descrição pormenorizada das salas, S1 e S2, pode-se verificar o modo como se sobrevaloriza as informações, como elemento primário. Como disse anteriormente, os suportes cénicos de que a montagem da exposição se serviu foram modestos. A iluminação não é dos melhores. Tanto na primeira sala como na segunda sala a luz natural incide directamente nos painéis. Pineis, sendo este um material muito sensível a tal luz. Segunda a literatura, o nível de luminosidade de um objecto sensível não deve exceder os 50 lux. As lâmpadas fluorescentes usadas na exposição não são as mais adequadas. Para além de serem nocivas para os objectos sensíveis, a sua propagação para toda a sala é menor.

Quanto ao espaço da mini-galeria situado no antigo posto médico e casa mortuária, ele representa a fotografia de Esmeraldo Pais de Prata, o famoso médico e informações sobre outros médicos que passaram pelo Campo. Trata-se de um pequeno espaço em bom estado de conservação. Por mais incrível que pareça, o suporte cénico desta sala é melhor do que as restantes. Há suportes de acrílico nas fotografias e legendas.



Imagem 5. Sala 3: Pais de Prata; e informações sobre o médico.

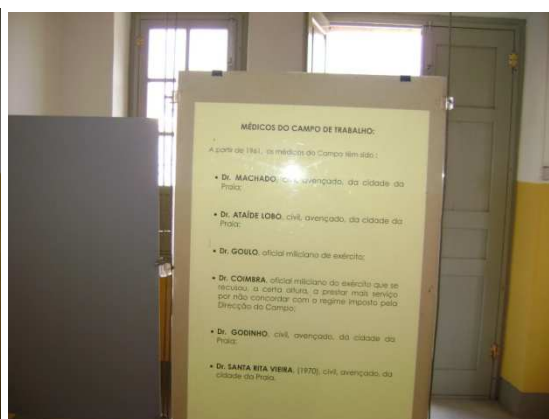


Imagem 6. Sala 3: Nomes dos médicos que passaram pelo Campo.

3. Museu da Resistência: subsídio para um projecto desenvolvido

Neste subcapítulo procuro apresentar uma proposta para o Museu da Resistência mais de acordo com a linha das abordagens que têm sido desenvolvidas ao longo desta dissertação. Ao reflectir sobre o real valor simbólico e histórico do Campo de Concentração, pensei-o como lugar transnacional como um espaço de união, de pedagogia crítica que para espelhar os mais nobres valores da Humanidade.

Decorrendo do ineditismo do processo e do propósito da criação mas também da constatada quantidade de relatos, noticiais, reportagens produzidas a propósito do seu simbolismo é indesmentível, pelo menos, em Portugal o elevado interesse pelo Museu da Resistência. Para conseguir alcançar um nível satisfatório seria melhor pensar num projecto capaz de espelhar a sua história e o seu simbolismo entre outros aspectos.

Para propor um projecto museológico mais desenvolvido, inseri duas dimensões que reputo como fundamentais: primeiro, o Museu deve ser pensado no âmbito da História Contemporânea respeitando a sua identidade, ou melhor, os factos, os processos que estiveram por detrás da sua construção física, social e ideológica; segundo, deve ser situado no contexto global de uma cultura e de uma política de memória, associadas com o fim do fascismo, a emergência da democracia e o seu cruzamento com outros sítios de memória que fazem parte da Comunidade dos lugares de consciência. Deve ser pensado como retrospectiva do passado, potenciado com os valores dos Direitos Humanos, da cidadania, num processo de reconstrução e de reforço da identidade local e global.

Tendo em conta a história do fascismo português e a luta da libertação dos Povos Africanos da Língua Oficial Portuguesa, o Museu da Resistência deve ser pensado como projecto supra nacional⁵⁸. Um projecto colectivo para o qual todos devem envidar esforços para edificar, nesse sítio de memória, um espaço de diálogo e de desenvolvimento cultural. É o dever da memória, a dimensão histórica e a causa comum que faz do Campo um espaço de compromisso entre os PALOP, Portugal e o Mundo.

O Museu da Resistência deve ser pensado como um museu *glocal* que discursa sobre os valores da Humanidade através do seu enquadramento local. A sua função deverá

⁵⁸ Pelo menos é os entendimentos dos principais responsáveis governamentais de Cabo Verde, Portugal, Angola e Guiné-Bissau que o entendem como património comum e que deve ser assumido como projecto colectivo.

abranger, não só as comunidades locais, mas também toda a comunidade humana. Uma reflexão crítica que interroga as contradições do homem, os valores sociais, a pobreza, a democracia e a liberdade. Será um Museu da representação das identidades transnacionais. Na sua investigação mais recente o jornalista Vicente Lopes, mostra que passaram pessoas de outros países pelo Campo de Concentração. Ele fala de alemães, húngaros, lituanos, espanhóis e italianos na primeira fase do Campo e de moçambicanos e angolanos, guineenses e cabo-verdianos na segunda fase. Fazendo valer esta investigação de Vicente Lopes, o Museu da Resistência deve questionar também os valores multiculturais, isto é, a mestiçagem, os patrimónios interculturais, etc.⁵⁹

No artigo que publiquei no *Semanário a Nação*⁶⁰, reflecti sobre o papel do Museu da Resistência no contexto do continente africano. Partindo da imagem de Cabo Verde como um país pacífico e credível no plano internacional, o Museu da Resistência traria grandes benefícios no quadro da África Ocidental. As situações dos conflitos na sub-região, as constantes violações dos Direitos Humanos que são o “pão nosso de cada dia” nos países africanos, poderiam ser discutidas no Museu.

Pensando na transnacionalidade do Museu da Resistência, os efeitos multiplicadores ao nível global traria ganhos para o Museu. Repare-se no que o uso das novas tecnologias de comunicação e de informação poderiam trazer; e o envolvimento das escolas e de outras comunidades nas actividades do Museu, abrangendo um número significativo de pessoas no projecto de educação patrimonial. A existência deste espaço “sem fronteiras” faz com que a nossa identidade já não possa definir-se como cabo-verdianas, mas pertencendo às várias comunidades globais. O Campo foi uma babel e um caldeirão de várias culturas, por isso as questões linguísticas, as migrações, a multiculturalidade devem ser exploradas de várias formas. Todos estes campos de possibilidades e outros poderiam ser canalizados para um intenso trabalho de activação da memória social bloqueada, recuperando as ligações e as tramas perdidas. Os elementos pertencentes às várias comunidades que passaram pelo Campo poderiam activar as suas afectividades, promovendo debates numa tentativa de recuperar as memórias perdidas e na identificação dos valores da Humanidade.

Todo este quadro de análise mostra que o Museu deve laborar na pedagogia crítica que “não trabalha em direcção ao final grandioso de uma história mundial ideologicamente

⁵⁹Esta nova “descoberta” de Vicente Lopes não foi tida em conta no subcapítulo 3.3 que fala do Campo de Concentração porque a sua formulação é muito recente. Também não li o trabalho de Vicente Lopes tendo tido conhecimento da “descoberta” apenas através da imprensa.

⁶⁰ Mendes, Carlos. “Que Museu para o ex-Campo de Concentração II.” *A Nação*. 10/06/2010.

compreendida, mas, em vez disso, busca elucidar o indefinido e explorar outros modelos de sociabilidade e organizações sociais” (McLaren, 2000: 98). McLaren, contra qualquer tentativa de analisar o multiculturalismo numa perspectiva conservadora, propõe um multiculturalismo crítico e de resistência que “compreende a representação de raça, classe e género como resultado de lutas sociais mais amplas sobre signos e significações [...] enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados” (2000: 123). Para isso, o desenvolvimento das actividades educativas no Museu deve ter em conta diversas temáticas que envolvem desde o património histórico às artes cénicas e visuais, para que as pessoas das comunidades possam socializar-se com as várias temáticas da vida contemporânea.

Para não me alongar nesta reflexão proponho os seguintes serviços para o Museu, respeitando a sua missão que é: constituir-se como um espaço de debate, de interpretação e de salvaguarda da memória e da identidade ao serviço da Humanidade.

Salas de exposições permanentes: As salas de exposições permanentes devem ser preparadas para albergarem as colecções do Museu. Os trabalhos de beneficiação dos espaços devem ter em conta os parâmetros da conservação dos objectos: a humidade e a temperatura, o nível da iluminação, a poluição, a segurança e o conforto.

No que respeita às exposições permanentes são necessários trabalhos de recolha dos testemunhos da primeira e da segunda fase do funcionamento do Campo. Devem contar como acervos os artefactos usados e as documentações orais e escritas. O trabalho da museografia deverá ter em conta as propostas contemporâneas na área. Existem, actualmente, dispositivos cénicos que valorizam muito as exposições. Falo do recurso às novas tecnologias que cruzam a oralidade com a escrita. Em termos de critérios expositivos poder-se-ia optar pela abordagem cronológica que enquadraria os principais momentos no Campo e no exterior. Dependendo dos recursos disponíveis, seria melhor categorizar as temáticas em dois momentos: o Fascismo e a Luta da Libertação Nacional. Ciente de que esta categorização não é estanque, esta categorização serve mais a título elucidativo.

As cozinhas, as retretes e a lavandaria poderiam ser adoptadas como salas de exposição. Seriam reconstruídas, salvaguardando os dois momentos, ilustrando as formas como se alimentavam, as higiènes, numa encenação fazendo uso de vários recursos: fotografias, documentos, etc. Na “holandinha” seriam mostradas as formas como os prisioneiros aguentavam as condições atmosféricas e de higiene.

Salas de exposições temporárias: O Museu da Resistência possui vários compartimentos que poderiam ser usados para várias salas de exposições temporárias. As temáticas para exposições temporárias terão de se enquadrar dentro do espírito e das missões do Museu. As temáticas que versariam questões da justiça, dos Direitos Humanos, da multiculturalidade, da desigualdade, dos conflitos sociais e étnicos, seriam as mais adequadas. Por se tratar de um espaço transnacional, os objectos de exposição seriam de várias nacionalidades.

Serviços educativos: A existência deste serviço é fundamental para qualquer museu. O Museu da Resistência deverá desenvolver este serviço no sentido da educação para a cidadania local e global. Os valores do Museu e as suas colecções deveriam ser potenciados através do Serviço Educativo. O Campo de Concentração foi um complexo prisional composto por vários edifícios. Alguns desses edifícios, tanto internos como exteriores ao Museu deveriam ser aproveitados para o Serviço Educativo. Uma das instalações extramuros funcionaria como lugar de debates, sessões de filmes e oficinas; a instalação interna deveria trabalhar como complemento do secção extramuros na execução das actividades, encenações, visitas guiadas, etc. Nos Serviços Educativos em geral seriam desenvolvidas actividades temáticas, exposições feita pelos alunos das escolas e outras comunidades para mostrarem as suas versões da história.

As parcerias com as escolas são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer Serviço Educativo. Respeitando as competências de cada uma das instituições, a parceria terá mais ganhos. Sendo a escola um espaço de formação cultural e o professor um mediador e multiplicador de subjectividades, no Serviço Educativo seria importante o aprofundamento teórico inicial que actua como alicerce às práticas educativas mais reflexivas. Neste aspecto, os técnicos do Museu deveriam trabalhar com os professores na transmissão dos valores.

É importante no Serviço Educativo externalizar as suas actividades para fora do Museu. Levar o Museu às escolas e às comunidades é uma boa estratégia de fidelização. O desenvolvimento de actividades como exposições e palestras sobre os mais variados temas da Humanidade seria muito interessante para as pessoas da comunidade local e os alunos. Também os professores e as pessoas da comunidade poderão trocar suas experiências enquanto seres culturais e enquanto educadores formais e informais.

Acervo e Reserva: Os dois serviços funcionariam com desenvolvimento de políticas de aquisição, recolha e doações por parte das entidades públicas e privadas, um processo sistemático que deveria ser empreendido por uma equipa multidisciplinar. A colecção

constituída deveria estar no depósito e seria integrada em unidades de reserva apropriadas para o efeito, respeitando todas as condições de conservação e de preservação. A reserva seria parcialmente visitável, funcionando como espaço de complementaridade das actividades museais.

Actividades de dinamização: O cruzamento dos discursos do passado e do futuro é uma dos mais fortes componentes programáticos do museu e um dos seus objectivos essenciais ao nível da dinamização. O novo contexto gerado pela recriação de um lugar (prisão) e a presença evidente de outros elementos serviriam de mote a muitas iniciativas. Neste processo, a comunidade local e global seriam as principais interventoras na dinamização e construção do museu.

Serviços de Documentação e Biblioteca: A instalação dos Serviços de Documentação sobre todos os processos que envolveram a criação do Campo, documentos sobre os lugares de memória congénere, informações sobre a Luta da Libertação dos Povos Africanos da Língua Portuguesa, seriam muito importantes para a concretização do Centro de Estudo sobre a temática no Museu. Esse Serviço de Documentação ficaria instalado num dos espaços exteriores do Campo. Deveria reunir todos os documentos e informações produzidas e disponíveis nos formatos analógicos e digitais, neste caso sobre a forma escrita, gráfica e em imagens. A Biblioteca, seria acrescida com outros fundos bibliográficos existentes, com as bibliografias das Ciências Políticas, Histórias, Sociologia, Antropologias entre outras áreas.

Auditório/Cinetatro: Este serviço serviria como espaço de debate. Para realização de eventos como conferências, simpósio, etc. E o Cinetatro teria uso nas exposições de filmes sobre a temática, ou melhor que focassem os Direitos Humanos, a Independência, sobre o mundo e as suas contradições. De igual modo, esse espaço teria uso para representações cénicas sobre a temática.

Serviços Administrativos: Este serviço responderia sobre todos os aspectos de gestão do Museu da Resistência. Seria o cérebro da gestão do espaço museológico. Englobaria o gabinete de marketing que trataria das questões de comunicação com o exterior, a gestão de colecções, o gabinete de relações internacionais que trataria dos aspectos burocráticos sobre parcerias internacionais, das exposições itinerantes para outros países, enfim, dos eventos internacionais.

Outros Serviços: a criação de uma cafetaria e um ponto de venda de produtos de *merchandising* de marca “Museu da Resistência”, assim como publicações sobre o

Campo de Concentração. Esta componente ficará localizada numa das instalações do complexo prisional.

Fazendo jus a esta proposta seria necessário um grande investimento no restauro dos edifícios internos e a montante do Campo. As unidades que fazem parte do complexo seriam valorizadas mediante a recuperação e revitalização das casas, de uma central eléctrica e demais infra-estruturas que pertencem ao Campo. Também instituir-se-ia um novo percurso museológico, com a formação de novos núcleos exteriores ao próprio museu (ver a imagem 7.). Destacaria como fazendo parte deste circuito o cemitério de Tarrafal.

Para rematar esta modesta proposta, posso dizer que o sucesso do Museu, a médio e longo prazo, passa pela sua capacidade, de não só responder aos desafios e às mudanças da sociedade global, mas também de a influenciar através da sua acção. O Museu deve tornar-se um instrumento de comunicação e demonstrar perante a sociedade e a comunidade que cumpre um papel importante e que merece ser apoiado. Mas para isso, terá de estreitar a sua ligação ao mundo académico e da investigação. O Museu tem que ser um agente activo na construção permanente da sociedade, fechar-se sobre si mesma é condenar-se à morte. Infelizmente é o que tem acontecido com os museus existentes em Cabo Verde.

Tendo em conta o enquadramento no mapa, o Museu ocupa um papel importante na paisagem urbana do Concelho. É o lugar de visualização das memórias, das identidades e o património. Por isso, não pode ser um monumento isolado, solto e sem funções urbanas. Pelo contrário se constituirá um elemento comprometido directamente com a delimitação e caracterização desse espaço público no Concelho.

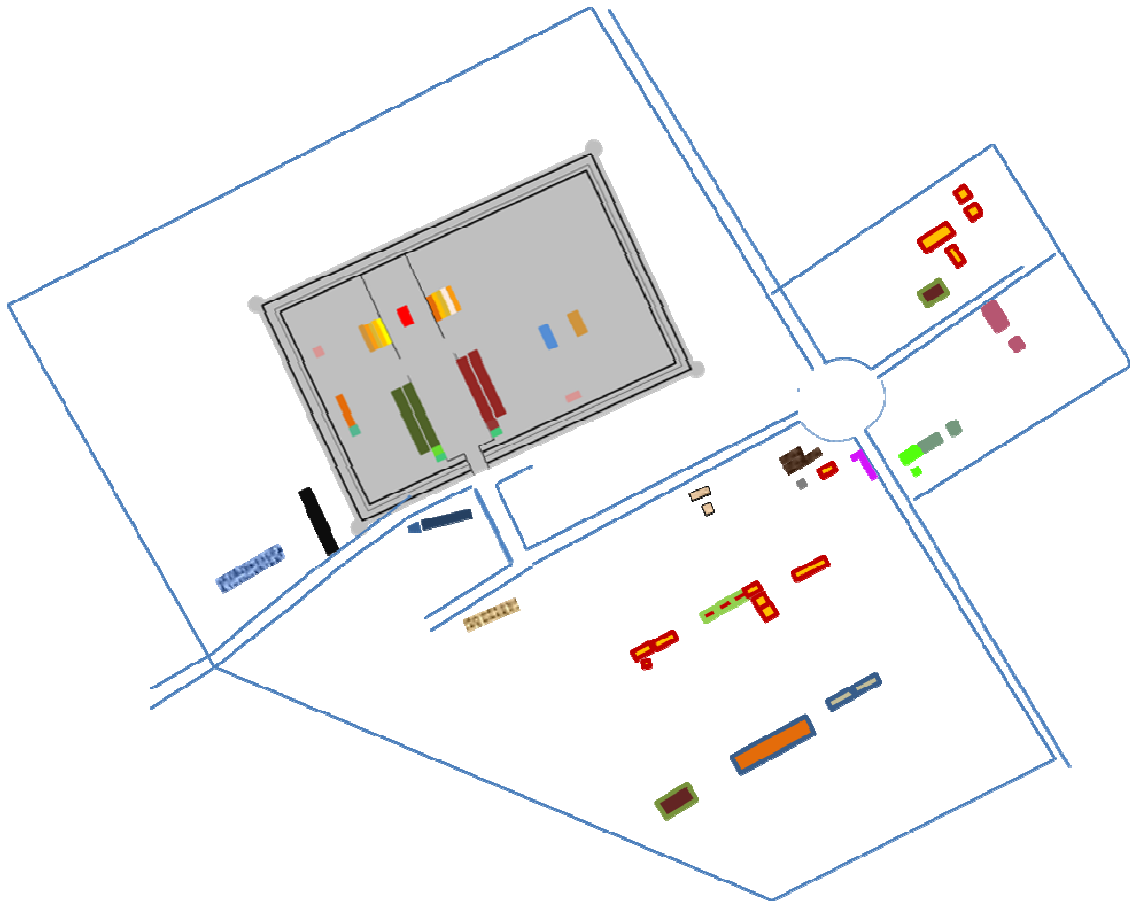















Imagem nº 7. Enquadramento do Campo

- | | |
|---|---|
|  PSP de Cabo Verde |  Garagem |
|  Refeitório e Clube |  Caserna dos Soldados |
|  Moradia do Enfermeiro |  Arrecadações |
|  Central Eléctrica e Arrecadação |  Refeitório dos Soldados |
|  Moradia do Encarregado da Central Eléctrica |  Sala dos Soldados |
|  Moradia de um Guarda da P.S.P. de Angola |  Moradia do Ecónomo |
|  Moradia de um subchefe da P.S.P. de Angola |  Oficiais de Exército |
|  Moradia do Motorista |  Moradia do Chefe da Secretaria |

4. Museus de Cabo Verde: que caminho?

“O objectivo de uma política de cultura não deverá (...) resumir-se à protecção de um património e de um espaço cultural. Deverá ser o de pôr os indivíduos e os grupos em condições de recompor uma personalidade, uma identidade.” (Jean-Marie Domenach, 1987:35)

A movimentação museológica a que se assiste um pouco por todo lado, principalmente no mundo ocidental, encontra espaço em Cabo Verde. Trata-se de uma movimentação museológica embrionária que precisa desbravar terrenos para conquistar o seu espaço no panorama cultural cabo-verdiano. Luc Benoit diz que o museu é o indicador do nível de desenvolvimento cultural de um país. “Um povo sem museu é um povo sem tradição e sem alma” (citado em Isabel Moreira: 1989: 39-40). É nesta base que os decisores nacionais vêm reflectindo sobre a importância do museu enquanto instrumento da identidade nacional. Apesar de não existir Museu Nacional em Cabo Verde, os museus locais têm espelhado a identidade nacional.

O despontar material do museu em Cabo Verde é um facto recente, fruto da Segunda à Quinta Legislatura. Foram criados os seguintes museus: Museu Etnográfico da Praia (1997), Museu de Resistência do Tarrafal (2000), Museu de Tabanka (2001), Museu de Arqueologia da Praia (2004), Casa da Memória (2004) Museu Municipal da ilha do Fogo (2009), Museu de Arte Tradicional em São Vicente (2009) e, finalmente, Museu da Água na ilha de S. Nicolau. De certa forma este pequeno avanço está associado às mudanças de mentalidades e dinâmicas regionais.

Cabo Verde não herdou nenhuma estrutura museológica do período colonial, pelo que para compreender o processo museológico em Cabo Verde é preciso enquadrá-lo historicamente, na matriz de algumas iniciativas legislativas, acções de resgate patrimonial e programas dos governos. O plano de intenções para a criação de um Museu em Cabo Verde é antiga, faz parte dos interesses de alguns intelectuais e políticos da época colonial. Há relatos da existência de uma Biblioteca/Museu Nacional em 1871⁶¹ (Pereira, 2002) e (Brito-Semedo, 2006). A Biblioteca/Museu funcionou num

⁶¹ Aristides Pereira, referindo aos escritos de Gabriel Mariano, dá-nos conta do panorama cultural em Cabo Verde na época colonial, especialmente a efervescência cultural e intelectual na cidade da Praia, no século XIX. A cidade da Praia «transpirava a intelectualidade» com a existência de inúmeros espaços culturais.

compartimento do rés-do-chão da então residência do Governador-Geral. Era a única em toda a África portuguesa, com a finalidade de “facilitar instrução ao público, e formar colecções de produtos histórico-naturais, que serviam de exemplares para estudo” (Brito-Semedo, 2006: 132). A Biblioteca/Museu funcionava das 5 às 10 da manhã e das 5 às 10 da noite, tendo sido designado encarregado da guarda e conservação o poeta romancista Guilherme Augusto da Cunha. O Museu possuía várias espécies de minerais das ilhas, artefactos de indústria regional, duas espingardas antigas e alguns objectos abandonados pelo “gentio” nas operações levadas a cabo na Guiné (idem:132). O Museu teve uma vida curta. O seu encerramento aconteceu em 1892:

“Estando completamente arruinados alguns dos artigos, a cargo da escola principal, que pertenceram ao antigo museu, os quaes pelo seu mau estado de conservação ou pouco valor, não foram em ocasião oportuna removidos para o museu Colonial de Lisboa”. (Portaria N.º 43, citado em Brito-Semedo, 2006:133).

Em 1965, Mesquitela Lima, numa conferência proferida nas cidades do Mindelo e da Praia, lança o repto às autoridades locais para a criação de um museu em Cabo Verde. Após a independência de Cabo Verde, em 1979 havia interesse por parte das autoridades cabo-verdianas em criar um Museu Nacional que representasse a alma cabo-verdiana. O projecto museológico foi encomendado ao antropólogo Mesquitela Lima. Por razões várias o projecto não foi materializado, sobretudo devido a falta de recursos materiais e humanos, associada ao conformismo ligado aos aspectos sociopolíticos (Filho, 1981). O conformismo de que fala Lopes Filho remete para a não prioridade de um museu, numa altura em que o país tinha outras prioridades.

Ao falar da área museológica necessariamente tenho de falar de património porque de certa forma a criação de museus está associado ao valor que se dá ao património. Com a independência de Cabo Verde, em 1975, as acções de preservação do património traduziram-se nos trabalhos de parcerias com o IPPAR (Instituto Português de Património Arquitectónico) de Portugal e com a aprovação do despacho para a criação da Comissão Nacional para a salvaguarda do monumento cabo-verdiano, o Decreto-lei nº 51, de 23/12/1978. A Comissão tinha como objectivo promover, defender, conservar e restaurar os monumentos nacionais que estavam em perigo de se degradarem (Carvalho, 2005). Apesar das medidas legislativas, o património cabo-verdiano continuava a sofrer processos de degradação, estando sujeito ao abandono por carência de recursos financeiros e humanos. Exemplos mais relevantes, dada a sua importância

histórica, foram a Cidade Velha de Santiago, a primeira cidade portuguesa nos trópicos, actualmente Património da Humanidade, e o Campo de Concentração do Tarrafal.

A década de 90 trouxe novidades no sector do património e museológico. Com a abertura política ao multipartidarismo, surgiram iniciativas legislativas. O Decreto-lei nº 52, de 29/12/1990, legisla as recolhas dos objectos etnográficos, nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Boavista e Brava, durante os anos de 1992 a 1995 o que se traduziu na criação do Museu Etnográfico da Praia. Este Decreto-lei nº52, de 29/12/2009 tem as suas limitações no que respeita à actual abordagem discursiva do património, já que se rege pela não inclusão do património imaterial. Convém realçar que a mudança conjuntural de 1992, a Segunda República, trouxe nova preocupação com a identidade cabo-verdiana, assente nas reivindicações que há muito eram exigidas, de criação de museus e de maior atenção à cultura.

Centrando-me no sector dos museus, posso dizer que existem esforços dos actores políticos e da sociedade civil no sentido de dar corpo a esses empreendimentos, pese embora as lacunas no que se refere ao corpo teórico e prática museológica para a criação de museus nacionais e locais. Os museus surgidos nesse contexto surgem, de certa forma, como testemunho das dinâmicas regionais e como meio para dar a dignidade às peças resgatadas dos espaços marítimos e terrestres.

A maioria das unidades museológicas existentes é de temática etnográfica cujos conteúdos se centram nos processos de construção da caboverdianidade, na relação do homem cabo-verdiano com a natureza. O denominador comum dos museus existentes consiste em espólios de elementos representativos da cultura material e imaterial relacionados com as actividades agrícolas, o mobiliário, o artesanato e o folclore. O Museu de Tabanca surge como forma de perpetuar a memória de uma das manifestações culturais mais antiga de Cabo Verde, a tabanca; a Casa da Memória e o Museu Municipal representam as vivências da sociedade são-filipense da ilha do Fogo. O Museu Arqueológico da Praia surge da necessidade de dar a conhecer as peças subaquáticas encontradas no mar de Cabo Verde. As peças expostas são importantes achados para compreender os processos comerciais que se faziam no período colonial entre várias civilizações. São testemunhos de uma época marcante de Cabo Verde enquanto placa giratória de tráfico comercial interatlântico. Apesar de tudo, as peças ainda não foram estudadas. Estes activos culturais constituem uma parte dos processos de resgate e partilham o mesmo intento que se prende com a preservação da memória colectiva que se encontrava em perigo de se perder.

Um dos espaços museológico mais recente é o Museu de Arte Tradicional, inaugurado em 2009, e que começou por ser o Centro Nacional de Artesanato (CNA), considerado o primeiro espaço museológico de Cabo Verde, extinto em 1997.⁶² Hoje Trata-se de um espaço que expõe peças de artesanato e com alguma dinâmica no sector educativo.

Este esboço dá para perceber que a criação de museus de âmbito nacional e local está associada aos esforços por parte das autoridades e da sociedade civil na activação de uma consciência nacional para a preservação e valorização da identidade nacional. Outros interesses transversais existem, que se prendem com o desenvolvimento do turismo cultural tendente a acelerar o processo. Apesar desses esforços díspares e espontâneos, não existe, ainda, uma consciência nacional por parte das populações locais para a preservação do património. Os museus existentes apresentam escassas visibilidades internas, com ausência de ligação das gerações mais novas e das populações mais recentes nos territórios, em relação às colecções apresentadas. Colocam-se desafios sobre o futuro dessas instituições que muitas vezes vêm funcionando em intermitência, com sucessivas indefinições de estratégias no que respeita às suas missões e vocações.

As questões com que se debate o actual estado dos museus em Cabo Verde exige uma reflexão sobre a necessidade de um desenvolvimento cultural plural, com base na diversidades de acções e respondendo às necessidades específicas de diversos sectores da sociedade. Não se limitando a uma temática mono-discursiva de base etnográfica, é necessário apresentar, também, produções culturais que reflectam a actualidade cultural do país visando atingir os segmentos específicos, desde universos com características e necessidades particulares, e que incluam uma vasta panóplia de utilizadores, a escolas, associações e outros grupos locais.⁶³

A democratização dos museus exige uma aposta na diversificação de temáticas e na existência de áreas funcionais que potenciem as funções museológicas. Infelizmente a estrutura arquitectónica dos museus existentes não consegue abranger outras áreas

⁶² O Museu de Arte Tradicional esteve envolto em polémica quanto ao nome, missão e vocação. Este espaço saiu das cinzas do Centro Nacional de Artesanato, fundado pelos artistas plásticos Manuel Figueira e Luísa Queirós em 1977, para desenvolver actividades de pesquisas, recolha, preservação, ensino e divulgação do artesanato em Cabo Verde. A sua direcção foi assumida desde Março de 1989 por Manuel Figueira, que acumulava a função de director e artesão formador, em conjunto com Luísa Queirós e Bela Duarte. Neste momento é um espaço museológico com exposições permanentes.

⁶³ É nesta lógica que alguns projectos museológicos devem abarcar uma pluralidade de discursos patrimoniais que enquadrem a arte contemporânea, a arte moderna e outras manifestações artísticas. As entrevistas, dadas por responsáveis do sector, falam mais na necessidade de criar museus de matriz etnográfica representativo de cada ilha, de formato minimalista.

funcionais, como sejam, a investigação, reservas, extensão cultural, centros de documentação, áreas de divulgação, promoção e atendimento, o que contribuiria para a diferenciação de papéis e competências dos profissionais e dos usuários que apostam no enriquecimento cultural. Por isso, os museus têm revelado dificuldades em se afirmar como espaço de cultura pública e democrática. A forma como foram concebidos deixa transparecer que esses locais servem para guardar os testemunhos culturais, e não são espaços de ciência e de cultura ao serviço da comunidade e do ensino. As colecções neles armazenadas não têm sido rentabilizadas enquanto instrumentos de informação e complemento educativo no país.

Sabendo que a experiência museológica em Cabo Verde é, ainda, incipiente, é mister a implementação de uma política museal que, para além de outras funções específicas do museu, tenha como objectivo a sensibilização da população para a defesa e valorização do seu património histórico-cultural. É urgente o desenvolvimento de uma “política organizativa com bases técnico-científicas, sem improvisações fragmentárias e evitando transplantar para o arquipélago experiências estrangeiras sem as prévias reflexões e necessárias adaptações aos particularismos destas ilhas” (Filho, 2008:134). É nesta lógica de excessivo experimentalismo que os museus cabo-verdianos vêm funcionando sem uma reflexão feita de diálogos disciplinares, que saiba identificar os problemas, definir as prioridades segundo as necessidades e as expectativas da população.

Analisando os programas dos sucessivos governos da Segunda Legislatura (1991) à Quinta Legislatura (2006), o sector dos museus é apontado como eixo estratégico dos governos no domínio da cultura. Ao fazer o *zoom* das obras produzidas pouca coisa tem sido feita nesse sector. Apesar de alguns ganhos em termos quantitativo, os museus existentes vêm funcionando em condições minimalistas.

Os museus cabo-verdianos sofrem os efeitos de uma linha de actuação governamental redutora que vem privilegiando intervenções de carácter efémero nos edifícios, estas sobrepondo-se às intervenções pedagógicas de divulgação de conhecimentos. O Ministério da Cultura vem-se alimentando com fraco orçamento pelo que a margem de manobra para o desenvolvimento cultural é uma dificuldade a ser combatida. O Instituto de Investigação e Promoção de Património Cultural (IIPC), órgão governamental que tutela os museus e sítios patrimoniais em substituição do ANC não tem desempenhado a sua missão que é investigar e promover o património, cingindo-se a «recuperar e armazenar», edifícios de interesse histórico e colecções de carácter etnográfico e

religioso, descurando os aspectos de animação e de interpretação que são importantes na comunicação museológica.

A política e o enquadramento jurídico do património estão também definidas no Decreto-lei 52 de 1990, mas todas as limitações que já referi, tem trazido acréscimos de custo para o país. A título de exemplo, ainda não foram inventariados os patrimónios móveis, imóveis e imateriais existentes no país, e até agora não existe nenhuma iniciativa legislativa sobre a instituição museológica.

Cabo Verde, sendo um país que aposta no turismo como o principal motor de desenvolvimento, tem de ter um plano estratégico para o desenvolvimento cultural, para a criação de espaços culturais, onde os museus devem ocupar um lugar de destaque nas suas realizações. Um desenvolvimento cultural que se pautar pela multiplicidade de discursos patrimoniais e na nova forma de participação da sociedade civil no consumo e na criação cultural.

Os objectivos de desenvolvimento estratégico que devem assentar no desenvolvimento sustentável e integrado das regiões do país, do reforço da identidade sociocultural através da museologia são: criar e pôr em funcionamento a rede museológica de Cabo Verde; aumentar a oferta de animação cultural: eventos e dinamização dos espaços (incentivando a acção da população) através da rede de museus; promovendo o destino das regiões e das ilhas incentivando o turismo interno; criar e divulgar a marca cultural de cada uma das regiões e ilhas; desenvolver actividades de educação patrimonial a partir da rede de museus; criar vários serviços nas várias unidades museológicas que virão a existir; estruturar campanhas de promoção da rede museológica e de marketing; interligar a ofertas turísticas existentes e os serviços museológicos; implantação de sinalética patrimonial e turística em todas as áreas do país, etc.

O desenvolvimento da museologia cabo-verdiana deve estar em sintonia com o desenvolvimento integrado, servindo de interface com o Turismo, a cultura, o ambiente, etc. Estes sectores só se desenvolvem com eficácia se estiverem em perfeita sintonia. Devem desenvolver actividades complementares entre si, como é o caso do turismo, das actividades culturais associadas e de rotas temáticas e de acções pedagógicas que focam a vida da comunidade, da história e do ambiente. O desenvolvimento social no sentido da participação colectiva só se consegue quando as pessoas se sentem participantes das actividades e do desenvolvimento local.

Conclusão

O Campo de Concentração do Tarrafal reconvertido no Museu da Resistência testemunha a herança colonial portuguesa em Cabo Verde. O seu valor histórico e simbólico permite-lhe ser um lugar de reflexão crítica e de aprendizagem sobre os valores da Humanidade.

O esforço de valorização do Campo de Concentração, actual Museu da Resistência, é a prova da necessidade de preservar a memória colectiva, transformando-o naquilo que chamo de “produção sociopolítica da recordação do passado.” A recordação do passado assente nas políticas memorialísticas dos governos podem servir de instrumento importante na acção pedagógica para a cidadania. A historiadora Irene Pimentel (2007) referindo-se aos estudiosos do regime fascista considera que a sua não condenação simbólica dos envolvidos no “terrorismo fascista” e a cultura de passividade e deferência, a fraqueza da sociedade civil não contribui em nada para a vivência democrática. É necessário fazer um “trabalho da memória” (Ricouer, 1996) por forma a que possa ser apreendida como algo de positivo para a vivência colectiva. O trabalho da memória deve combater o esquecimento irreversível que corresponde à “queima dos arquivos da memória” para se tornar num esquecimento “libertador” que ajude na pacificação, na preservação e na educação crítica.

O Museu da Resistência representa a preocupação de combater o esquecimento irreversível para se tornar num espaço de debate, de interpretação e que salvguarde os valores da Humanidade. O Simpósio de 2009 mostra-nos esta preocupação, com a defesa das memórias das vítimas do fascismo, transformando o Museu num espaço da Liberdade que espelhe o espírito da Comunidade.

O Museu actual augura melhores momentos para se tornar num espaço que orgulhe e dignifique as memórias das vítimas. Funcionando em condições minimalistas sem um corpo de colecções organizadas e sistematizadas, com os espaços tanto internos como externos carecendo de intervenções, o Museu da Resistência precisa que os parceiros internacionais se juntem para um trabalho mais integrado.

Ao longo da minha dissertação referi que o Museu da Resistência, pelas suas características bem como pelo seu carácter histórico e simbólico, é um Museu que deve representar os valores da *glocalidade*. Por vários motivos: foi a primeira experiência

transnacional do género em África; o regime de tortura e de mortificação física e psicológica fere os mais elementares valores da Humanidade; a sua criação e a carga ideológica espelha a transnacionalidade de experiência do Terror no mundo. Por tudo isto, é um espaço de reflexão crítica que pode valorizar os valores da Humanidade, a multiculturalidade, etc.

Este trabalho não esgota o assunto sobre o Campo de Concentração do Tarrafal e o Museu da Resistência. Trata-se de uma reflexão sobre o entendimento do que pode ser um museu da Resistência. Algumas ideias defendidas nesta dissertação são frutos das experiências ensaiadas noutras latitudes que ajudaram a enriquecer este trabalho. As experiências e os trabalhos desenvolvidos pela rede dos museus de consciência (Coligação Internacional dos Lugares de Consciência) foram determinantes na elucidação dos principais pressupostos teóricos para este trabalho. Ao mesmo tempo o paradigma dos museus reconstrutores está presente no trabalho pedagógico que se quer desenvolver com as escolas e as comunidades. As Declarações do Santiago do Chile (1972) e de Caracas (1992) espelham a preocupação da participação da comunidade nos museus, como factor de desenvolvimento social e da cidadania. A participação das escolas e da comunidade no Museu contribuirá para o desenvolvimento, a aprendizagem, a recriação e valorização do seu património e das suas memórias colectivas, fortalecendo as identidades.

As questões metodológicas referentes aos processos de pesquisa e alguma indefinição sobre a temática e os objectivos acabaram por limitar este trabalho. A escolha do tema “Museu da Resistência: Museu transnacional” só aconteceu durante a minha estadia em Portugal no mês de Junho. O meu anterior projecto era a “Proposta educativa para o Museu da Resistência,” aspecto que não consegui dar a continuidade dada a pertinência de reflectir o Museu da Resistência nas suas várias dimensões.

A minha reflexão deixa algumas pistas de reflexão sobre o entendimento do Museu da Resistência no quadro da reflexão crítica. Igualmente, este trabalho deixa pistas sobre a possibilidade de alargar actividades e serviços no Museu, dado que o complexo prisional é grande e existem muitos edifícios que podiam ser usados proveitosamente.

Bibliografia

- Alonso, F. L. (1993). *Museologia. Introduction a la teoria y práctica del museo*. Madrid: Istmo
- Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Ed. 70.
- Azevedo, A. (2007). “Geografias pós-coloniais: contestações e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial.” In José Pimenta e al.(coord.). *Geografias pós-coloniais- ensaios de Geografia cultural*. Ed. Figueirinas.
- Birmingham, David (2003). *Portugal e África*. Ed. Documenta Histórica.
- Bolaños, M. (2002). *La memoria del mundo - cien años de museología (1900-2000)*. Gijón: Ed. Trea
- Brito, N. F. (2006). *Tarrafal na memória dos prisioneiros*. Lisboa: Dinossauro.
- Brito-Semedo. M. (2006). *Cabo Verde: A Construção da Identidade Nacional — Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: IBNL
- Bruno, C. (1996). “Museologia e Comunicação”. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Centro de Estudos de Socio-Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- Canclini, N. G. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa.
- Carvalho, Carlos (2005). “Herança patrimonial e a política de conservação: balanço e perspectivas.” In Felinto Elisio Correia (org.), *Cabo Verde 30 anos de cultura 1975-2005*. Praia: IBNL.
- Chauí, M. (2005). “A memória.” *Convite a filosofia*. (13 ed). São Paulo: Ática.
- Cosme, L. (2004). *Agostinho Neto e o seu tempo*. Porto: Campos de Letra.
- Connerton, P. (1999). *Como as Sociedades Recordam*. (2ª ed.). Oeiras: Celta.
- Domenach, J-M. (1987). “Souveraineté politique et identité culturelle” *Pour une politique européenne de la culture*. Paris: Economica.

- Duarte, A. (1997). *Colecções e Antropologia – Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento não publicado.
- Ender, A. (1997). *História da África Lusófona*. Ed. Inquérito.
- Falk, J. e D. Dierking (1992). *The museum experience*. Washington DC: Whalesback.
- Falk, J. H. e L. D. Dierking (2000). *Learning from Museum – visitor Experiences and the Making of Meaning*. Oxford: Altamira Press.
- Faria, M. L. de (2000). *Educação – Museus – Educação. Relatório de projecto: Educação e Museus*. Instituto de Inovação Educacional, 29-33
- Faria, M. L. de (2002). “Etapas e Limites da globalização da cultura institucional: os limites.” In C. Fortuna e A. Santos Silva (orgs.). *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 315-354.
- Fernandes, G. (2002). *A diluição da África – Uma interpretação da Saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Brasil: Editora da UFSC.
- Filho, J. L. (2008). *Crónica do tempo que passou*. Praia: IBNL.
- Finazzi-Agrò, E. (1998). “Os (des)caminhos da memória e os lugares da invenção na Idade Média”. In Pedro Cardim (ed). *A História: Entre Memória e Invenção*. Ed. Europa-América.
- Firmo, M. (1978). *Nas trevas da longa noite – da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*. Ed. Europa-América.
- Fleming, D. (2001). “Política Educativa: Objectivos.” In Actas, *Encontro Museus e Educação*. Instituto Português de Museus, 20-28.
- Garcia, N. G. (2003). *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Ed. Instituto Politécnico de Coimbra.
- Giddens, A. (1981). *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Macmillan, Londres.
- Giddens, A. (1998). *As Consequências da Modernidade*. (4ª ed.). Oeiras: Celta.
- Gomes da Silva, S. (2001). “O valor educativo do museu”. *Educar Hoje - Enciclopédia dos Países*. Amadora: Lexicultural, 112-115
- Gomes da Silva, S. (2003). “Museu e Escola – por uma relação privilegiada”. *Revista/ Fernão*. Revista da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, 20-25.
- Goodacre, B. & Baldwin, G. (2002) *Living the Past: reconstruction, re-enactment and education at Museum and historical sites*. London: Middlesex University Press.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória colectiva*. São Paulo: Vértice.

- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós – modernidade* (4ª. Ed). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hein, G. (1998). *Leaning in the Museum*. London and New York: Routledge.
- Hernández, F. (1994). *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Hooper-Greenhill, E. (1991). *Museum and Gallery Education*. London: Leicester Museum Studies.
- Hooper-Greenhill, E. (1994). “Education, communication an interpretation: towards a critical pedagogy in museums”. In Hooper-Greenhill (ed.). *The Educational Role of the Museum*. Londres: Routledge.
- Jacinto, A. (2000). *Sobreviver em Tarrafal de Santiago*. Porto: Ed. Campos das Letras.
- Kelly, L (2003). “What does it mean for the museum of leaning visitors?”. In *International Journal of Leaning*, 10, 1333-1343.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2001). “La cultura de les destinacions: teoritzar el patrimoni”. *Revista de Etnologia de Catalunya*, 14, 44-61.
- Lash, S. e Urry, J. (1994). *Economies of Sign and Space*. Londres: Sage.
- Latchem, J. (2006). “How does Education Support the Formation and Establishment of Individual Identities?” In *International Journal of Art and Design Education*, 25 (1), 42-52.
- Le Goff, J. (1984). “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. (5º ed). São Paulo: Ed. Unicamp.
- Leon, A. (1995). *El Museo, Teoria, praxis e utopia*. Madrid: Ed. Cuadernos Arte Cátedra.
- Lopes, J. V. (1996). *Cabo Verde e os Bastidores da Independência*. Ed. Instituto Camões/ Centro Cultural Português.
- Martins, P. (1990). *Testemunho de um combatente*. Praia-Mindelo: Instituto Camões e Centro cultural Português
- Martins, P. (1995). *Testemunho de um combatente*. Mindelo: Ilhéu editora.
- McLaren, P. (1997). *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez.
- McPherson, G. (2006). “Public Memories and Private Tastes: The Shifting Definitions of Museums and their Visitors in the UK”. *Museum Management and Curatorship*, 21, 44-57.
- Mohen, J. P. (1999). *Les Sciences du Patrimoine*. Paris: Odile, Jacob.
- Moreira, I. (1989). *Museus e Monumentos em Portugal (1772-1974)*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Nora, P. (1992). *L'Ere des commémorations*. Vol. III. Paris: Editions Gallimard, 687-715
- Nora, P. (1997). *Les lieux de mémoire: Les Frances. Édition Quarto*. Paris: Gallimard, 3
- Nunes, J. A. (2001). “Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização.” In Boaventura Sousa Santos (org), *Globalização- Fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 297-331.
- Olivares, R. (2004). “Museos de hoy. Modelos para a(r)mar”. *EXIT express*, 8, 8-9.
- Oliveira, G. (1987). *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Ed. Avante.
- Pedro, E (2007). *Memória: um combate pela liberdade*. Lisboa: Âncora Editora.
- Pereira, A. (2002). *Uma luta, Um partido, dois Países*. Lisboa: Notícias.
- Pimentel, I. (2007). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Vigilância Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Ricoeur, P. (1996). "Entre mémoire et histoire". *Projet*. Paris: numéro 248.
- Roigé, X. (2009). “ Memory of the past as an intangible heritage. Museological preservation of the Spanish Civil War”. In S. Lira e al. *Sharing Cultures*. Ed. Green lines institute.
- Sagües, M. V. (1999). *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*. Gijon: Ed. Trea.
- Samuel, R. (1997). “Teatro da Memória”. *Projeto História*. São Paulo, 14.
- Santos, B. de S. (1997). *Pela Mão de Alice- o social e o político na pós-modernidade*. Porto: edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2000) (org.). *Globalização, Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- Sidaway, J. & Power, M. (2007). “As ‘lágrimas de Portugal’: imperio, identidade, ‘raça’ e destino nas narrativas geopolíticas portuguesas.” In José Pimenta e al. (coord..) *Geografias pós-coloniais – ensaios de Geografia cultural*. Ed. Figueirinas, 143-192.
- Semedo, A. (2006). “Museus: Políticas de representação e zonas de contacto”. *Boletim RPM*, 22, 3-?
- Silva, R. H. (2001). “Política Educativa: Objectivos.” In Actas, *Encontro Museus e Educação*. Instituto Português de Museus, 14-20
- Styles C. (2002). “Dialogic Learning in Museum Space.” In *Australian Journal of Adult Learning*, 42, 169-191.

Walsh, K. (1992). *The Representation of the past: Museums and Heritage in the post-modern World*. London and New York: Routledge.

Artigo disponível em meio electrónico:

Pollak, M. (1992). “Memória e identidade social” (s/d). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V.5, 10, 200-212. Disponível em:
<<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> [consultado em 15/07/2010].

Styles, C. (2000). “Another place: The Australian War Memorial in a Freirean Framework.” (unpublished PhD thesis, Australian National University, 2000)
Disponível em:
[http://thesis.anu.edu.au/public/adtANU20010904.111335/02whole\[1\].pdf](http://thesis.anu.edu.au/public/adtANU20010904.111335/02whole[1].pdf)
[consultado em 15/07/2010].

Soares, M. (2009). “SIMPÓSIO SOBRE O TARRAFAL”. Fundação Mário Soares.Fwww.msoares.pt.294[1].pdf [consultado em 17/07/2010]

Legislação Citada:

Decreto-Lei n.º 51/78, de 23 de Dezembro de 1978. Boletim Oficial de Cabo Verde.
Decreto-Lei n.º 52/90, de 29 de Dezembro de 1990. Boletim Oficial de Cabo Verde.

Outras Fontes de Consulta:

Catálogo de exposição “nos patrimóniu” (2005). Praia: IIPC
Programa do II Governo Constitucional da II República (1996). Praia.
Programa do IV Governo Constitucional da III República (2006). Praia.
Museu Etnográfico da Praia – Catálogo da Exposição (2007). Praia: IIPC

Páginas electrónicas:

www.sitesofconscience.org [consultado em 4/11/2009]
http://www.ajic-assoc.com/index.php?paginas=22&id_cod=35 [consultado em 23/07/2010]

<http://www.forcv.com/articles/post/2010/06/06/Apos-Encerrado-Campo-de-Concentracao-do-Tarrafal-Ainda-Recebeu-Opositores-ao-PAIGC.aspx> [consultado em 23/07/2010]

www.maismemoria.org [consultado em 19/09/2010]

<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/05/11/tarrafal-simposio-internacional-284-a-152009/> [consultado em 24/05/2010]

Anexo I

Quadro nº 1. Cronologia dos eventos associados ao Campo de Concentração

Cronologia	Legislações e acontecimentos associados ao Campo de Concentração
1933	6 Nov. - o decreto n.º 23.203 define o quadro das penas a que estão sujeitos os crimes de rebelião e equiparados, ou seja, os delitos e infracções disciplinares de carácter político. Estabelece que "a pena do desterro será cumprida em recinto fortificado ou colónia penal estabelecida em uma ilha das colónias, exclusivamente destinada a tal fim, à escolha do Governo" (Art. 11º),
1934	29 Jun. - o decreto n.º 24.112 transfere para o Ministério do Interior a autorização dada ao Ministério da Justiça para a elaboração dos estudos.
1935	8 de Outubro Salazar determina a instalação do Campo do Tarrafal para presos políticos e sociais; Parecer da Comissão das Obras das Cadeias Civas sobre a Colónia Penal;
1936	Em 23 de Abril o Decreto-lei nº 26 539 cria, no Tarrafal, a Colónia Penal de Cabo Verde destinada a presos por crimes políticos; Instituição da Colónia Penal de Cabo Verde por decreto no Diário do Governo n.º 94, 1ª série, de 23.04.1936;
1937	- Expropriação dos terrenos de Chão Bom, propriedade da Câmara Municipal do Tarrafal; estudos para a construção de um cais acostável na baía do Tarrafal, para utilização da Colónia Penal;
1945	8 e 9 de Maio de 1945 O povo português festejou nas Jornadas da Vitória a derrota do nazi-fascismo. Em Lisboa, Margem Sul, Porto, Coimbra, Viana do Castelo, Marinha Grande, Alentejo e muitas outras regiões do País o povo vem para a rua, em grandiosas manifestações. A extinção do Tarrafal aparece, em todas as manifestações Outubro/Novembro de 1945 Poderosas manifestações e comícios da Oposição Democrática marcam a campanha eleitoral que Salazar é forçado a conceder,
1946	26 de Janeiro - Embarcam com destino a Portugal os presos «amnistiados» do Campo de Concentração do Tarrafal. Ficam ainda no Tarrafal 52 presos políticos.
1949	Desenvolvem-se grandiosas manifestações populares de apoio à candidatura do general Norton de Matos, apresentada pela Oposição Democrática nas eleições

	para a Presidência da República. A extinção do Tarrafal é uma das reclamações apresentadas.
1952 -1953	A luta pela amnistia ganha grande adesão e torna-se uma das importantes frentes de acção e unidade das forças democráticas portuguesas. Francisco Miguel, o último preso político português no Tarrafal, é transferido para a cadeia do Forte de Caxias.
1954	- Encerramento da colónia penal; Morreram 32 antifascistas.
1961	É reaberto o Campo, agora com o nome de Campo de Trabalho Forçado de Chão Bom (Portaria nº 18539).
1962	- Em Fevereiro, chegam os primeiros 31 angolanos; em Setembro desembarcaram 100 guineenses;
1968- 1971	Encarcerados 20 presos cabo-verdianos;
1969-1970	Construídas as muralhas e torres de vigia
1974	25 de Abril; 1 de Maio libertação dos presos e encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal.
2000	Inauguração do Museu da Resistência
2009	Simpósio Internacional

Anexo II

Imagens associadas a primeira fase do Campo de Concentração do Tarrafal

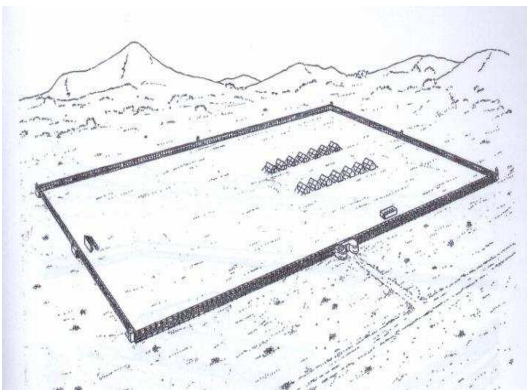
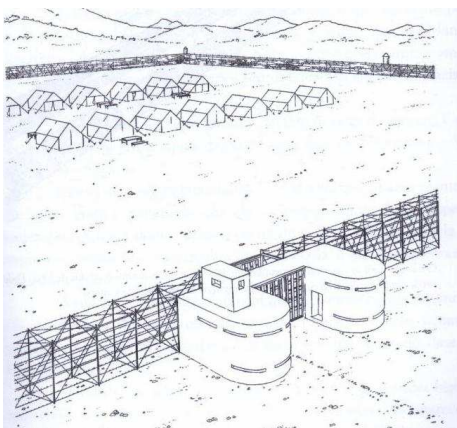


Imagem nº 1. Vista parcial do Campo de Concentração.

Imagem nº 2. Vista geral do Campo de Concentração.



Imagem 3. Cédula que representava moeda no Campo.

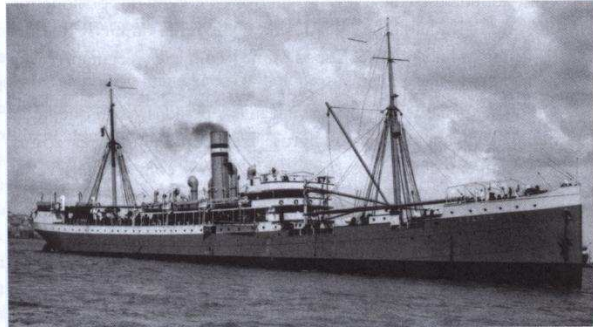


Imagem 4. Navio Luanda que levou os primeiros presos para Tarrafal.



Imagem 5. Cemitério de Chão Bom.



Imagem 6. Frigideira e os guardas

**Imagens associadas à segunda fase do Campo de Concentração do Tarrafal
(Campo de Trabalho forçado)**



Imagem 7. Vista de cima do Campo

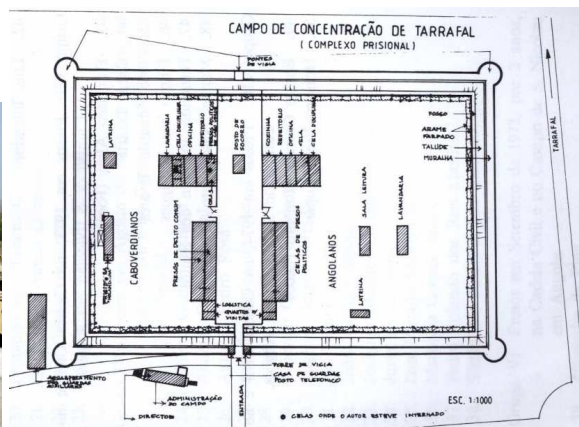


Imagem 8. Mapa do Campo feito pelo antigo preso político, Pedro Martins

Imagens da primeira fase do Museu da Resistência



Imagem 9. Exposição na galeria da primeira fase do Museu.



Imagem 10. Placa de inauguração do Museu na primeira fase.

Imagens da segunda fase do Museu (Associado ao Simpósio Internacional)



Imagem 11. Bandolim na vitrina



Imagem 12. Fotos no painel que retratam os presos e as instalações



Imagem 13. Fotos no painel que retrata instalações na 1ª fase.



Imagem 14. Imagem da «frigideira»



Imagem 15. Nomes dos presos políticos portugueses



Imagem 16. Imagens de um instrumento musical e jogo de xadrez.



Imagem 17. Vista da ala esquerda da sala nº 1, com a Escola de EBI.



Imagem 18. Vista da ala direita da sala nº 1.



Imagem 19. Sala nº 2.



Imagem 20. Vista panorâmica da sala nº 2



Imagem 21. Processos dos presos políticos



Imagem 22. Imagem da “Holandinha”.



Imagem 23. Fardamento de preso da primeira fase.



Imagem 24. Capacetes dos soldados Angolanos e Portugueses.

Algumas imagens do exterior do Campo



Imagem 25. Instalações pertencentes aos guardas.



Imagem 26. Central eléctrica.



Imagem 27. Vista alargada das instalações pertencentes ao Campo



Imagem 28. Vista das casas e do serviço administrativo do Campo.

Índice de crédito das imagens

Anexo 1

Imagem n.º 1 – retirada de Pedro, E (2007). *Memória: um combate pela liberdade*.

Lisboa: Âncora Editora.

Imagem n.º 2 – retirada de Pedro, E (2007). *Memória: um combate pela liberdade*.

Lisboa: Âncora Editora.

Imagem n.º 3 – retirada de Pedro, E (2007). *Memória: um combate pela liberdade*.

Lisboa: Âncora Editora.

Imagem n.º 4 – retirada de Pedro, E (2007). *Memória: um combate pela liberdade*.

Lisboa: Âncora Editora.

Imagem n.º 5 – retirada em 24/06/2010

(http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://static.blogstorage.hipi.com/photos/ascostaferrerira.bloguepessoal.com/images/mn/1205666860/Tarrafal2.jpg&imgrefurl=http://ascostaferrerira.bloguepessoal.com/9/&usg=__CjrANBKf_m4Knjvzmus1cGVSA=&h=200&w=400&sz=13&hl=ptPT&start=369&zoom=1&tbnid=3GNA_bmGRoBimM:&tbnh=103&tbnw=206&prev=/images%3Fq%3Dcampo%2Bde%2Bconcentra%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bdo%2Btarrafal%26hl%3DptPT%26sa%3DG%26biw%3D1276%26bih%3D627%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:10%2C10126&itbs=1&iact=hc&vpx=751&vpy=357&dur=262&hovh=159&hovw=318&tx=131&ty=111&ei=JQWjTJrbL8LFswaGv5WKbQ&oei=8wGjTMa9DIXNswbH8cWKbQ&esq=21&page=21&ndsp=18&ved=1t:429,r:10,s:369&biw=1276&bih=627)

Imagem n.º 6 – retirada em 24/06/2010

(http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://avenidadaliberdade.org/get_document.php%3Ffid%3D737&imgrefurl=http://avenidadaliberdade.org/index.php%3Fcontent%3D740%26co_template%3D10&usg=__OwO5YEu_ZDK9CBe1QLa86N0g=&h=697&w=591&sz=283&hl=ptPT&start=53&zoom=1&tbnid=DhyC0zK8zlxxLM:&tbnh=138&tbnw=117&prev=/images%3Fq%3Dcampo%2Bde%2Bconcentra%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bdo%2Btarrafal%26hl%3DptPT%26sa%3DG%26biw%3D1276%26bih%3D627%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:1&itbs=1&iact=rc&dur=233&ei=HwOjTKiXI8aQswa)

3_vnHCg&oei=8wGjTMa9DIXNswbH8cWKBQ&esq=4&page=4&ndsp=18&ved=1t:429,r:16,s:53&tx=50&ty=71)

Imagem n.º 7 – retirada em 24/06/2010

(http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://agualisa3.blogs.sapo.pt/arquivo/c_v_tarrafa_l.jpg&imgrefurl=http://agualisa3.blogs.sapo.pt/arquivo/791952.html&usg=__z61rE1kDUTDI1U_auAM2VNWGZ4w=&h=200&w=310&sz=102&hl=ptPT&start=16&zoom=1&tbnid=kpPH4sbuoBoHM:&tbnh=123&tbnw=190&prev=/images%3Fq%3Dcampo%2Bde%2Bconcentra%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bdo%2BTarrafal%26hl%3DptPT%26sa%3DG%26biw%3D1276%26bih%3D627%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:10%2C235&itbs=1&iact=hc&vpx=137&vpy=372&dur=7421&hovh=160&hovw=248&tx=101&ty=126&ei=_wGjTPWqKMKKswaVz6THCg&oei=8wGjTMa9DIXNswbH8cWKBQ&esq=2&page=2&ndsp=19&ved=1t:429,r:0,s:16&biw=1276&bih=627)

Imagem n.º 8 - Martins, P. (1990). *Testemunho de um combatente*. Praia-Mindelo: Instituto Camões e Centro cultural Português

Imagem n.º 9 - retirada em 24/06/2010

http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com/_WG_n5avdLFY/ShDKGEmgq7I/AAAAAAAAHPE/J5o1WVSKMk8/s400/Museu%2Bdo%2BTarrafal.jpg&imgrefurl=http://arrastao.org/santaalianca/items/site/cafemargoso.blogspot.com/page/46&usg=__8qvTdt8Tsqp_rexATudnH0VQGC=&h=300&w=400&sz=25&hl=ptPT&start=0&zoom=1&tbnid=acSv5H0YR4KmM:&tbnh=157&tbnw=200&prev=/images%3Fq%3Dmuseu%2Bdo%2BTarrafal%26hl%3DptPT%26sa%3DG%26biw%3D1276%26bih%3D627%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:1&itbs=1&iact=rc&dur=409&ei=swajTKjyNMGEswbJiPWKBQ&oei=swajTKjyNMGEswbJiPWKBQ&esq=1&page=1&ndsp=17&ved=1t:429,r:0,s:0&tx=130&ty=113

Imagem n.º 10 – Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 11 – Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 12 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 13 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 14 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 15 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 16 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 17 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 18 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 19 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 20 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 21 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 22 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 23 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 24 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 25 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 26 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010

Imagem n.º 27 - Autoria de Carlos Mendes. Data: 16/05/2010